

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE
PRODUÇÃO**

RENATA DE MARTINS FARIA VIEIRA HEIS

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA CONCEPÇÃO DE
PROGRAMAS DE PROJETOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA
FORMAÇÃO ACADÊMICA**

FLORIANÓPOLIS

2006

RENATA DE MARTINS FARIA VIEIRA HEIS

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA CONCEPÇÃO DE
PROGRAMAS DE PROJETOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA
FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção - Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Prof. Fernando Álvaro Ostuni Gauthier, Dr.

Florianópolis

2006

Renata de Martins Faria Vieira Heis

**EMPREENDEDORISMO SOCIAL: UMA CONCEPÇÃO DE
PROGRAMAS DE PROJETOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA
FORMAÇÃO ACADÊMICA**

Esta Tese foi julgada e aprovada para obtenção do Título de Doutor em Engenharia de
Produção, no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade
Federal de Santa Catarina

Florianópolis, 13 de junho de 2006.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Edis Mafra Lapolli, Dr^a
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Fernando Álvaro O. Gauthier, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina
Orientador

Prof. Maurício Gariba Junior, Dr.
Cefet – SC

Prof^a Maria Clara K Schneider, Dr^a
Cefet – SC

Prof. Consuelo Ap. Fielski Santos, Dr^a
Cefet – SC

Dedico este trabalho
aos meus pais (José e Vera),
ao meu marido (Adriano) e
à minha filha (Gabriela),
meus grandes incentivadores
para a realização desse.

AGRADECIMENTOS

À minha filha Gabriela, pelos momentos em que estive ausente, para que pudesse me dedicar a este trabalho e concluí-lo. Agradeço-a ainda, pelo seu carinho, pelos seus beijos e abraços que foram, muitas vezes, responsáveis por me dar força ao longo desta jornada;

Ao meu marido Adriano, pelo seu apoio e compreensão, por aceitar minha ausência em momentos familiares, para que eu pudesse mais um objetivo profissional;

Aos meus pais, meus grandes incentivadores na realização desse trabalho. Obrigada pelo carinho e paciência, pelo apoio dispensado durante a longa jornada acadêmica. Estando ao meu lado em todos os momentos;

Aos meus irmãos, por estarem sempre do meu lado, incentivando-me nos momentos de dificuldade;

Ao meu orientador, Fernando Alvaro Ostuni Gauthier, pela sua orientação e conhecimento transmitido ao longo dos anos, durante a realização da presente pesquisa;

Aos membros da Banca, Maurício, Maria Clara e Edis, obrigada por aceitarem avaliar o referido trabalho, tenho certeza de que vossas contribuições serão importantes para a realização da tese.

Em especial à professora Edis Mafra Lapolli, por seus conselhos em momentos tão importantes que foram primordiais, os quais foram um incentivo a mais para a conclusão para desse trabalho.

À Nadia, bibliotecária da PUCPR – Campus Toledo, pelo auxílio metodológico, que foram importantes para a boa apresentação do trabalho.

RESUMO

O presente trabalho propõe uma concepção de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica. Para fundamentar as diretrizes, utilizaram-se elementos como: conceito e perfil do empreendedorismo social; um breve histórico sobre as Universidades brasileiras e seu papel com a sociedade; a importância das ações comunitárias na formação acadêmica, bem como sua avaliação. A mesma pode ser feita de acordo com diferentes critérios: por meio de indicadores sociais ou em função do momento em que se realiza e os objetivos que perseguem; de quem realiza a função; da escala dos projetos e dos destinatários da avaliação. A metodologia foi desenvolvida com base no caso da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR – Campus Toledo, sendo realizada uma pesquisa junto aos acadêmicos, instituições conveniadas e pessoas beneficiadas por essas. A metodologia aplicada objetivou verificar a importância quanto à realização de projetos comunitários para formação acadêmica.

Palavras-chave: Empreendedorismo Social, Projetos Comunitários Acadêmicos, Metodologia de Avaliação de Projetos Comunitários Acadêmicos, “*Service Learning*”.

Formatado: Inglês (E.U.A.)

ABSTRACT

The present work proposes a conception of programs on social projects based on academic background. In order to validate its guidelines, some elements were used as: concept and social entrepreneurship profile; a brief report concerning Brazilian Universities and its roles with society; the importance of community actions for academic background, as well as their evaluation. This evaluation can be based on different criteria as social indicators according to the moment when they take place; their goals; the goals from the one who accomplishes the action; as well as to the series of projects, and do not forgetting who is going to receive the evaluation. The methodology was developed based on a study case from the Papal Catholic University of Paraná - PUCPR - Campus Toledo. Thus, this research was developed with the academics, associated institutions and people from communities who received the benefits. The applied methodology aimed at verifying the importance of accomplishing community projects and how they act out on academic background.

Keyword: Social Entrepreneurship, Academic Community Projects, Methodology; Evaluation, "Service Learning"

Formatado: Português
(Brasil)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Acadêmicos com Inscrição no Projeto Comunitário no 1º Semestre de 2005	60
Tabela 2 – Acadêmicos com Carga Horária Completa ou Incompleta no Projeto Comunitário no 1º Semestre de 2005.	61
Tabela 3 – Quantidade de Vagas Ofertadas por Projeto Externo e Interno no 1º Semestre de 2005	61
Tabela 4 – Inscrição no Projeto Comunitário no 2º Semestre de 2005	62
Tabela 5 – Acadêmicos não Inscritos no Projeto Comunitário no 2º Semestre de 2005 e Carga Horária Realizada	63
Tabela 6 - Quantidade de Vagas Ofertadas por Projeto Externo e Interno no 2º Semestre de 2005	64
Tabela 7 – Análise Comparativa entre o 1º e o 2º Semestre de 2005	65

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Acadêmicos Conheciam os Objetivos Sociais do Seu Projeto Comunitário	78
Gráfico 2 – Acadêmico Atingiu o Objetivo Social do Seu Projeto Comunitário	78
Gráfico 3 – Acadêmico possuía Conhecimento Necessário	78
Gráfico 4 – Presença dos Acadêmicos	79
Gráfico 5 – Percepção da Realidade Social pelo Acadêmico	79
Gráfico 6 – Mudança da Realidade Social das Pessoas Beneficiadas – Visão da Instituição	80
Gráfico 7 – Acadêmico pretende Continuar a Realizar Atividade Social – Visão da Instituição	80
Gráfico 8 - Acadêmico pretende Realizar Outro Tipo de Atividade Social – Visão da Instituição	81
Gráfico 9 – Áreas que as Atividades estão Inseridas – Visão da Instituição	81
Gráfico 10 – Conhecia quais eram os seus Objetivos Sociais	82
Gráfico 11 – Atingiu os Objetivos Sociais – Respondido pelo Acadêmico	82
Gráfico 12 – Conhecimento Utilizado pelo Acadêmico	83
Gráfico 13 – Mudança da Percepção da Realidade Social – Visão do Acadêmico	83
Gráfico 14 – Mudança da Realidade Social das Pessoas Beneficiadas – Visão do Acadêmico	84
Gráfico 15 – Continuar a Realizar Atividade Social – Respondida pelo Acadêmico	84
Gráfico 16 - Realizar Outro Tipo de Atividade Social – Respondida pelos Acadêmicos	85
Gráfico 17 – Áreas que a Atividade está Inserida – Respondida pelo Acadêmico	86
Gráfico 18 – Mudança na Realidade Social – Visão Pessoas Beneficiadas	86
Gráfico 19 – Continuação da Atividade	87
Gráfico 20 – Participação em Outra Atividade	87
Gráfico 21 – Contribuição para a Formação Profissional	88
Gráfico 22 – Áreas que a Atividade está Inserida – Visão Pessoas Beneficiadas	88

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 Contextualização	11
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Objetivo geral	14
1.2.2 Objetivos específicos	14
1.3 Justificativa	15
1.4 Procedimentos Metodológicos	16
1.4.1 Caracterização da pesquisa	16
1.5 Estrutura do Trabalho	19
2 O EMPREENDEDORISMO SOCIAL	20
2.1 Definição de Empreendedorismo Social	20
2.2 Perfil do Empreendedor Social	23
2.3 As Universidades Brasileiras e suas Relações com a Sociedade	24
2.4 Ações Comunitárias	30
2.4.1 A importância das ações comunitárias na formação acadêmica	33
2.5 Avaliação de Ações Sociais	37
2.5.1 Como avaliar ações sociais	37
2.5.1.1 Tipos de indicadores sociais	40
2.5.1.1.1 Indicadores demográficos e de saúde	40
2.5.1.1.2 Indicadores educacionais e culturais	42
2.5.1.1.3 Indicadores de mercado de trabalho	43
2.5.1.1.4 Indicadores de renda e pobreza	44
2.5.1.1.5 Indicadores habitacionais e de infra-estrutura urbana	45
2.5.1.1.6 Indicadores de qualidade de vida e meio ambiente	46
2.5.1.1.7 Indicadores político-sociais e de opinião pública	47
2.5.1.1.8 Índices de desenvolvimento e pobreza humanos	48
2.6 Considerações Finais	49
3 ESTUDO DE CASO – PUCPR – CAMPUS TOLEDO	50
3.1 A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR	50
3.1.1 Um breve histórico	50
3.1.2 A missão	53
3.2 O Projeto Comunitário	53
3.2.1 O projeto comunitário na PUCPR	53
3.2.1.1 Etapas a serem desenvolvidas pelo acadêmico	56
3.2.1.2 Instruções às instituições conveniadas	57
3.2.2 A implantação do projeto comunitário em Toledo	58
3.2.2.1 2º Semestre de 2004	58
3.2.2.2 1º Semestre de 2005	59
3.2.2.3 2º Semestre de 2005	62
3.2.3 Atividades referentes ao projeto comunitário	65
3.2.3.1 Instituições conveniadas no campus Toledo	65
3.2.3.2 Projetos externos desenvolvidos no campus Toledo	66
3.2.3.2.1 Projetos externos realizados no 1º semestre de 2005	67
3.2.3.2.2 Projetos externos realizados no 2º semestre de 2005	69

3.2.3.3 Projetos internos desenvolvidos no campus Toledo	72
3.2.3.3.1 Projetos internos realizados no 1º semestre de 2005	73
3.2.3.3.2 Projetos internos realizados no 2º semestre de 2005	74
3.2.4 Análise crítica	75
3.2.4.1 Análise da pesquisa realizada junto às instituições conveniadas	75
3.2.4.2 Análise da pesquisa realizada junto aos acadêmicos da PUCPR – Campus Toledo	82
3.2.4.3 Análise da pesquisa realizada junto às pessoas beneficiadas	86
3.3 Outras Propostas de Projeto Comunitário em Universidades Brasileiras	89
3.4 Considerações Finais	89
4 DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE PROJETOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA	91
4.1 Passo 1 – Contextualização do projeto de empreendedorismo social da instituição	91
4.2 Passo 2 – Estudo do perfil de alunos	93
4.3 Passo 3 – Estudo das instituições sociais	94
4.4 Passo 4 – Objetivos/metasp	96
4.5 Passo 5 – Lista de objetivos/metasp	96
4.6 Passo 6 – Instrumento de avaliação	101
4.7 Passo 7 – Analisar respostas	102
4.8 Passo 8 – Relatório	102
4.9 Considerações Finais	103
5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO	104
5.1 Conclusão	104
5.2 Recomendação	106
REFERÊNCIAS	107
APÊNDICE	110
Apêndice A Questionário de Avaliação dos Acadêmicos	111
Apêndice B Questionário de Avaliação das Instituições Conveniadas	114
Apêndice C Questionário de Avaliação dos Beneficiados	117
ANEXO	119
ANEXO A Manual do Acadêmico	120
ANEXO B Manual de Orientações Gerais aos Responsáveis das Instituições Conveniadas	130
ANEXO C Ficha de Acompanhamento de Frequência dos Alunos	144
ANEXO D Ficha de Avaliação da Instituição	146
ANEXO E Resolução nº 106/2001 – CONSUN	148
ANEXO F Manual do Programa de Cidadania da Universidade do Sagrado Coração – USC	158

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No final do século XX, a sociedade passou por profundas transformações no que tange aos estilos tradicionais de vida, em que o desemprego se tornou um problema mundial, governos caíram e guerras se multiplicaram. Viu-se a destruição dessa sociedade, dos valores morais e de tudo que tem sido a base da sociedade por décadas, mas viu-se também, a esperança de que tais mudanças sejam mais justas e tenham menos divergências sociais.

A sociedade está ainda sujeita a uma desproporção: por um lado, temos os que provocam mudanças e se envolvem na comunidade. Por outro lado, observamos uma grande quantidade de inércia, complacência, auto-satisfação e falta de vontade para mudar. Isso se deve parcialmente aos receios e ansiedades que as pessoas têm a respeito de suas vidas, seus empregos e seu local em processos de rápido desenvolvimento, e esses receios estão entorpecendo as pessoas. No entanto, há também exemplos impressionantes de compromisso, energia e criatividade. Muitas tarefas estão sendo assumidas e a ajuda prática vem de unidades pequenas e gerenciáveis, em bairros, paróquias, clubes e iniciativas particulares. Até mesmo esse pequeno inventário deixa uma coisa clara: quando se trata de capacidade futura, não devemos ter executantes de um lado e espectadores de outro. Pelo contrário, todos os membros da sociedade são convocados a fazer sua parte e devem ser incluídos no esforço criativo. A sociedade deve se mover como um todo (HESELBEIN; GOLDSMITH; BECKHARD; SCHUBERT, 1998, p. 39-40).

Entretanto, os valores da sociedade também mudaram, hoje, as pessoas são muito mais individualistas e, para “conseguirem o quê desejam”, vale qualquer coisa, até passar por cima dos outros.

Nessa competição, contudo, as pessoas acabam esquecendo os valores mais essenciais da humanidade, como a solidariedade e a partilha, e vão se fechando num mundo onde é até aceitável descartar, como se fossem coisas, as pessoas que não tiveram condições de desenvolver as aptidões para participar desta mesma sociedade. As pessoas acabam se esquecendo da grande lição: a vida, desde sempre, só é possível porque é baseada na cooperação e na solidariedade humanas (BRASIL, 2005, p.16).

Nesse rol de mudanças, a solidariedade ainda é o valor permanente que costura a existência do ser humano e silenciosamente vai mantendo-o de pé, dia após dia, para enfrentar as batalhas da vida.

Ao mesmo tempo, é necessária a formação de uma nova consciência que ajuda a entender como funciona a sociedade e mostre que os caminhos encontrados pelo povo podem ir melhorando a vida, mas que a solução dos grandes problemas só virá com uma real distribuição de renda, com emprego, com a elevação dos salários, com

Reforma Agrária e urbana, o que passa por um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e justo. Isto tudo faz parte de um grande processo de luta onde os mais pobres precisam entrar e fazer parte do jogo (BRASIL, 2005, p. 38).

Tudo isto significa muito trabalho, dedicação e esforço de pessoas, tanto de entidades como de setores, um exemplo disso são igrejas, sindicatos, movimentos sociais e organizações não-governamentais e governamentais, como prefeituras, os quais têm como meta fazer com que todos os brasileiros possam comer três vezes ao dia, todos os dias. É um mutirão, no qual todos têm algo a fazer, inclusive aqueles e aquelas que passam fome, pois

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei; é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar e ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação da pessoa na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Temos também, consolidados mais recentemente, os direitos econômicos, culturais e de acesso à informação (BRASIL, 2005, p. 59).

Mas, a cidadania só é plena quando são assegurados às pessoas os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Para isso, precisa-se da sensibilização, organização, mobilização e da luta das pessoas e dos grupos sociais para terem seus direitos assegurados.

É necessário, para tanto, que medidas sejam tomadas de maneira imediata, e assim, haja uma sociedade mais justa e livre das injustiças sociais. Os projetos sociais são uma dessas maneiras, nos quais os cidadãos ou empresas podem desenvolver projetos em comunidades carentes, como cursos de informática, artesanato, culinária, corte e costura, dentre outros, para que as pessoas possam ter uma profissão ou aumentar a renda familiar, por conseguinte, ter uma vida mais digna.

Uma forma de sensibilização pode ocorrer por meio de projetos comunitários que, de acordo com Dimenstein (2001, p. 74)

São ações espontâneas da sociedade civil (ou seja, de cidadãos não ligados ao governo) para atingir algum fim específico dentro da comunidade – oferecer lar a menores abandonados, alimento aos subnutridos, abrigo aos sem-teto, etc. Os projetos comunitários costumam ser bastante eficientes, por não visarem lucro ou poder. Em sociedades acostumadas a se organizarem para resolver problemas, como a norte-americana, as ações comunitárias são numerosas e criativas, indo desde o aconselhamento para adolescentes gays até grupos de visita a idosos em abrigos, abrindo um leque de opções a pessoas que, de outro modo, seriam excluídas socialmente. No Brasil, as ONGs mais destacadas são aquelas que lutam pelos direitos dos índios, dos negros, das mulheres, dos homossexuais e das crianças de rua, tentando abrir-lhes espaço para a sobrevivência econômica ou a igualdade social.

Por conseguinte, é necessário profissionalizar o terceiro setor, porém, são fundamentais três fatores para tal execução: reconhecimento social, mercado de trabalho e

oportunidades de formação. “O reconhecimento social concede legitimidade aos responsáveis. O mercado de trabalho permite fazer do exercício profissional um meio de subsistência remunerada. Quanto à formação, cabe a mesma oferecer conhecimentos e habilidades para aqueles que ambicionam tornarem-se profissionais na área” (IOSCHPE et al., 1997, p. 122).

Essas ações contribuirão para o aparecimento de uma sociedade preocupada com as questões sociais, pois, é importante preparar os futuros profissionais, durante a sua formação acadêmica, para o mercado de trabalho e esses sejam cidadãos conscientes das suas responsabilidades para com a comunidade na qual estão inseridos.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e a Universidade do Sagrado Coração – USC, situadas em Bauru, São Paulo, são exemplos desse trabalho, no Brasil.

A PUCPR, por ser uma Universidade Católica, tem como princípio formar não apenas profissionais, mas profissionais cidadãos, ou seja, pessoas conscientes quanto às suas responsabilidades para com a sociedade. Esse propósito a motiva a instituir em seu currículo escolar o Projeto Comunitário, assim, todos os acadêmicos dos diversos cursos de graduação, a partir do 5º período, podem prestar algum tipo de trabalho comunitário à sociedade.

O Projeto Comunitário é um Programa de Aprendizagem (disciplina), na qual o acadêmico deve cumprir uma carga horária de trinta e seis horas, composta de duas partes: nas primeiras quatro horas, o acadêmico deve assistir a uma palestra de preparação para a ação comunitária e nas outras trinta e duas horas, o acadêmico deve desenvolver uma atividade em uma instituição de escolha própria.

Existe um sistema de controle de frequência do acadêmico, bem como é realizada uma avaliação pela instituição e outra pelo acadêmico, para que as horas referentes ao Projeto Comunitário possam ser validadas.

A USC, em seu currículo, mantém uma disciplina chamada Projeto de Cidadania, cujo objetivo geral é o de oportunizar ao universitário o exercício da cidadania, associado à vivência missionária. Nessa, os acadêmicos têm quinze horas de teoria em sala de aula; são avaliados por prova e têm quinze horas de atividades comunitárias. Depois de concluídas as tarefas, eles devem apresentar um Projeto do Trabalho que será desenvolvido juntamente com o professor responsável para aprovação do mesmo; em seguida, o acadêmico deve executar a atividade. Ao término da atividade, ele apresentará o trabalho realizado para uma banca, a qual o avaliará.

1.2 Objetivos

Formatados: Marcadores e numeração

1.2.1 Objetivo geral

Formatados: Marcadores e numeração

Propor diretrizes para o desenvolvimento de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica.

1.2.2 Objetivos específicos

Formatados: Marcadores e numeração

- estudar o empreendedorismo social, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de ações comunitárias pelas Universidades brasileiras;
- pesquisar técnicas de avaliação de ações sociais no contexto da formação acadêmica;
- descrever o programa de Projeto Comunitário da PUCPR, no *Campus* de Toledo, como atividade de empreendedorismo social no contexto da formação acadêmica;
- pesquisar junto aos acadêmicos, Instituições conveniadas e pessoas beneficiadas, sobre os resultados alcançados durante a execução do Projeto Comunitário;
- analisar o programa de Projeto Comunitário da PUCPR, *Campus* Toledo, como atividade de empreendedorismo social no contexto da formação acadêmica;
- propor diretrizes para o desenvolvimento de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica pelas Instituições de Ensino Superior.

1.3 Justificativa

A sociedade vive em uma época cada vez mais necessitada de valores morais, de pessoas que façam o bem, de pessoas que se ajudem mais, que estendam mutuamente as mãos.

Não há dúvida de que a ciência, a tecnologia e os drásticos desenvolvimentos políticos nos levaram a um ponto único na história, mas, a menos que iniciativas sérias sejam tomadas para quebrar o ciclo de pobreza e as desigualdades sociais que grassam em tantos países, desejos comuns de paz e segurança, habitação decente, nutrição, atenção à saúde, educação e emprego significativo permanecerão tênues esperanças para um grande número de pessoas nas próximas gerações [...] Precisamos, no entanto, agir rapidamente, antes que a promessa da infância seja envenenada pela exploração e pela negligência (HESSELBEIN; GOLDSMITH; BECKHARD; SCHUBERT, 1998, p. 236).

Diante do fato, medidas precisam ser tomadas e uma maneira de mudar tal situação é a inclusão de uma disciplina nos currículos universitários, em que o acadêmico passe a ter contato com as necessidades da sua comunidade, possa ajudá-la e contribua para o desenvolvimento dela.

Sabe-se que muitas universidades têm no seu currículo horas complementares em que o acadêmico deve cumprir uma determinada carga horária em atividades sociais, culturais, etc. E aqueles que realizam atividades comunitárias podem validá-las como horas complementares, mas essa atividade não é obrigatória nas universidades brasileiras.

Por isso, realizar um estudo de programas dos projetos sociais, no contexto da formação acadêmica, deverá ser, ao longo dos anos, uma preocupação das universidades, pois como formadora de profissionais competentes, a instituição universitária deve se preocupar também em formar pessoas conscientes e preocupadas com as questões sociais do País.

Assim, pretende-se, nesta tese, desenvolver um trabalho que possa estimular outras universidades a realizar as atividades ora sugeridas, como algo obrigatório para a formação do profissional.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Formatados: Marcadores e numeração

1.4.1 Caracterização da pesquisa

Formatados: Marcadores e numeração

O método de abordagem aqui utilizado é o qualitativo. Segundo Deslandes, Cruz Neto e Minayo (1994, p. 21), ele “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Segundo a mesma autora, “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Deslandes, 1994, p. 22).

De acordo com Patton (1986 apud ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998), a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que as pessoas agem conforme suas crenças, valores e percepções e que seu comportamento tem um sentido não identificado de imediato, portanto, necessita ser descoberto.

Godoy (1995, p. 58) afirma que

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não se apresenta rigidamente estruturada posto que leva os pesquisadores a propor trabalhos que explorem enfoques, e traz contribuições importantes no estudo de alguns temas.

A pesquisa qualitativa pode ser conduzida por diferentes caminhos, portanto, neste trabalho foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, a entrevista, o questionário e a referente ao estudo de caso.

Para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é produzida a partir de materiais já elaborados por diversos autores, constituída principalmente de livros e artigos científicos.

Outra característica da pesquisa qualitativa é a pesquisa documental, cuja característica é que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Essas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Para Godoy (1995, p. 24), a pesquisa documental é “o exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”.

Para Gil (1999, p. 66), a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental é a natureza das fontes. “Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A pesquisa bibliográfica serve para dar sustentação às informações obtidas no estudo de caso que será realizado ao longo desta tese. Assim, a pesquisa documental proporcionou um estudo dos dados referentes ao Projeto Comunitário, e auxiliou na compilação dos dados para o embasamento teórico-prático desta pesquisa.

Para a análise das informações, aplicaram-se questionários aos responsáveis pelas Instituições e aos alunos que participaram do Projeto Comunitário no ano de 2005 e entrevistas com as pessoas beneficiadas com o Projeto Comunitário.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 195),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Para o autor supracitado, existem três tipos de entrevista:

- a) padronizada ou estruturada – em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido;
- b) despadronizada ou não-estruturada – em que o entrevistador tem liberdade para agir de maneira que a situação lhe convier; e
- c) painel – em que o entrevistador repete as perguntas aos entrevistados de tempos em tempos com o intuito de estudar a evolução das opiniões em um curto espaço de tempo.

A presente pesquisa utiliza a entrevista padronizada ou estruturada, para que se possa realizar uma análise comparativa das questões abordadas nas diferentes Instituições.

O questionário, segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 201), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”, o qual pode ser enviado por

Formatados: Marcadores e numeração

correio ou por um portador. O mesmo consegue atingir um grande número de pessoas, contudo, somente cerca de 25% dos respondentes o devolveram.

Nesta tese, foram utilizadas, como pesquisa, a implantação e a avaliação do Projeto Comunitário da PUCPR, no *Campus* Toledo, sendo considerada também como um estudo de caso, já que para Chizzotti (1991, p. 102)

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

“O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2003, p. 72).

De acordo com o mesmo autor, o estudo de caso vem sendo utilizado com uma frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, pois servem a diferentes propósitos de pesquisa como:

- a) explorar situações da vida real, cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionário para os acadêmicos que realizaram suas atividades do Projeto Comunitário no ano de 2005 e nas Instituições que receberam acadêmicos do Projeto Comunitário no Ano de 2005.

Foi realizada uma entrevista com as pessoas beneficiadas por atividades do Projeto Comunitário.

Os questionários foram aplicados aos acadêmicos da PUCPR – *Campus* Toledo que completaram as trinta e duas horas referentes ao Projeto Comunitário nas Instituições e, por conseguinte, para as referidas instituições. As pessoas beneficiadas entrevistadas foram aquelas das Instituições nas quais os acadêmicos também concluíram o mesmo número de horas, necessárias para as avaliações finais.

Formatados: Marcadores e numeração

Foi realizado, ainda, um levantamento bibliográfico quanto à concepção e à estruturação do Projeto Comunitário, no *Campus* Toledo, para a obtenção de dados importantes da implantação desse, enquanto foi feita uma análise pelas pessoas supracitadas.

Esperou-se, assim, fechar o ciclo de avaliação e, com isso, serem obtidas informações importantes de como foram desenvolvidas as atividades do Projeto Comunitário – no *Campus* Toledo -, no seu primeiro ano de funcionamento e, com isso, corrigir as falhas para o próximo ano.

A seguir, será abordada a estrutura do presente trabalho.

1.5 Estrutura do Trabalho

Formatado: Marcadores e numeração

O trabalho está constituído de maneira a facilitar a compreensão do assunto.

No primeiro capítulo encontra-se uma pequena introdução sobre o assunto, em que se abordam os seguintes tópicos: a contextualização do tema; os objetivos: geral e específicos; a justificativa da tese; os passos metodológicos utilizados para a sua realização e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo aborda-se a fundamentação teórica do trabalho, iniciando-se com o empreendedorismo social, com referência a sua definição, ao perfil do empreendedor social e as suas características, por fim, desenvolve-se a respeito das ações comunitárias e como avaliá-las.

No terceiro capítulo, é realizado um breve histórico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, sua missão, e, em seguida, é abordado como a instituição trata o Projeto Comunitário, tanto em Curitiba, quanto no *Campus* Toledo, bem como realiza-se a análise dos dados obtidos.

O quarto capítulo desenvolve diretrizes para programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica.

O quinto capítulo faz referência à conclusão do trabalho, há também a sugestão para trabalhos futuros.

Finalmente, apresentam-se as referências utilizadas na elaboração da presente tese, bem como, os anexos e apêndices.

Formatado: Normal, Justificado, Recuo: Esquerda: 113,4 pt, Espaço Antes: 6 pt, Depois de: 12 pt

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No final do século XX, a sociedade passou por profundas transformações no que tange aos estilos tradicionais de vida, em que o desemprego se tornou um problema mundial, governos caíram e guerras se multiplicaram. Viu-se a destruição dessa sociedade, dos valores morais e de tudo que tem sido a base da sociedade por décadas, mas viu-se também, a esperança de que tais mudanças sejam mais justas e tenham menos divergências sociais.

A sociedade está ainda sujeita a uma desproporção: por um lado, temos os que provocam mudanças e se envolvem na comunidade. Por outro lado, observamos uma grande quantidade de inércia, complacência, auto-satisfação e falta de vontade para mudar. Isso se deve parcialmente aos receios e ansiedades que as pessoas têm a respeito de suas vidas, seus empregos e seu local em processos de rápido desenvolvimento, e esses receios estão entorpecendo as pessoas. No entanto, há também exemplos impressionantes de compromisso, energia e criatividade. Muitas tarefas estão sendo assumidas e a ajuda prática vem de unidades pequenas e gerenciáveis, em bairros, paróquias, clubes e iniciativas particulares. Até mesmo esse pequeno inventário deixa uma coisa clara: quando se trata de capacidade futura, não devemos ter executantes de um lado e espectadores de outro. Pelo contrário, todos os membros da sociedade são convocados a fazer sua parte e devem ser incluídos no esforço criativo. A sociedade deve se mover como um todo (HESELBEIN; GOLDSMITH; BECKHARD; SCHUBERT, 1998, p. 39-40).

Entretanto, os valores da sociedade também mudaram, hoje, as pessoas são muito mais individualistas e, para “conseguirem o quê desejam”, vale qualquer coisa, até passar por cima dos outros.

Nessa competição, contudo, as pessoas acabam esquecendo os valores mais essenciais da humanidade, como a solidariedade e a partilha, e vão se fechando num mundo onde é até aceitável descartar, como se fossem coisas, as pessoas que não tiveram condições de desenvolver as aptidões para participar desta mesma sociedade. As pessoas acabam se esquecendo da grande lição: a vida, desde sempre, só é possível porque é baseada na cooperação e na solidariedade humanas (BRASIL, 2005, p.16).

Nesse rol de mudanças, a solidariedade ainda é o valor permanente que costura a existência do ser humano e silenciosamente vai mantendo-o de pé, dia após dia, para enfrentar as batalhas da vida.

Ao mesmo tempo, é necessária a formação de uma nova consciência que ajuda a entender como funciona a sociedade e mostre que os caminhos encontrados pelo povo podem ir melhorando a vida, mas que a solução dos grandes problemas só virá com uma real distribuição de renda, com emprego, com a elevação dos salários, com

Reforma Agrária e urbana, o que passa por um modelo de desenvolvimento mais inclusivo e justo. Isto tudo faz parte de um grande processo de luta onde os mais pobres precisam entrar e fazer parte do jogo (BRASIL, 2005, p. 38).

Tudo isto significa muito trabalho, dedicação e esforço de pessoas, tanto de entidades como de setores, um exemplo disso são igrejas, sindicatos, movimentos sociais e organizações não-governamentais e governamentais, como prefeituras, os quais têm como meta fazer com que todos os brasileiros possam comer três vezes ao dia, todos os dias. É um mutirão, no qual todos têm algo a fazer, inclusive aqueles e aquelas que passam fome, pois

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar e ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação da pessoa na riqueza coletiva: o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, a uma velhice tranqüila. Temos também, consolidados mais recentemente, os direitos econômicos, culturais e de acesso à informação (BRASIL, 2005, p. 59).

Mas, a cidadania só é plena quando são assegurados às pessoas os direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Para isso, precisa-se da sensibilização, organização, mobilização e da luta das pessoas e dos grupos sociais para terem seus direitos assegurados.

É necessário, para tanto, que medidas sejam tomadas de maneira imediata, e assim, haja uma sociedade mais justa e livre das injustiças sociais. Os projetos sociais são uma dessas maneiras, nos quais os cidadãos ou empresas podem desenvolver projetos em comunidades carentes, como cursos de informática, artesanato, culinária, corte e costura, dentre outros, para que as pessoas possam ter uma profissão ou aumentar a renda familiar, por conseguinte, ter uma vida mais digna.

Uma forma de sensibilização pode ocorrer por meio de projetos comunitários que, de acordo com Dimenstein (2001, p. 74)

São ações espontâneas da sociedade civil (ou seja, de cidadãos não ligados ao governo) para atingir algum fim específico dentro da comunidade – oferecer lar a menores abandonados, alimento aos subnutridos, abrigo aos sem-teto, etc. Os projetos comunitários costumam ser bastante eficientes, por não visarem lucro ou poder. Em sociedades acostumadas a se organizarem para resolver problemas, como a norte-americana, as ações comunitárias são numerosas e criativas, indo desde o aconselhamento para adolescentes *gays* até grupos de visita a idosos em abrigos, abrindo um leque de opções a pessoas que, de outro modo, seriam excluídas socialmente. No Brasil, as ONGs mais destacadas são aquelas que lutam pelos direitos dos índios, dos negros, das mulheres, dos homossexuais e das crianças de rua, tentando abrir-lhes espaço para a sobrevivência econômica ou a igualdade social.

Por conseguinte, é necessário profissionalizar o terceiro setor, porém, são fundamentais três fatores para tal execução: reconhecimento social, mercado de trabalho e

oportunidades de formação. “O reconhecimento social concede legitimidade aos responsáveis. O mercado de trabalho permite fazer do exercício profissional um meio de subsistência remunerada. Quanto à formação, cabe a mesma oferecer conhecimentos e habilidades para aqueles que ambicionam tornarem-se profissionais na área” (IOSCHPE et al., 1997, p. 122).

Essas ações contribuirão para o aparecimento de uma sociedade preocupada com as questões sociais, pois, é importante preparar os futuros profissionais, durante a sua formação acadêmica, para o mercado de trabalho e esses sejam cidadãos conscientes das suas responsabilidades para com a comunidade na qual estão inseridos.

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e a Universidade do Sagrado Coração – USC, situadas em Bauru, São Paulo, são exemplos desse trabalho, no Brasil.

A PUCPR, por ser uma Universidade Católica, tem como princípio formar não apenas profissionais, mas profissionais cidadãos, ou seja, pessoas conscientes quanto às suas responsabilidades para com a sociedade. Esse propósito a motiva a instituir em seu currículo escolar o Projeto Comunitário, assim, todos os acadêmicos dos diversos cursos de graduação, a partir do 5º período, podem prestar algum tipo de trabalho comunitário à sociedade.

O Projeto Comunitário é um Programa de Aprendizagem (disciplina), na qual o acadêmico deve cumprir uma carga horária de trinta e seis horas, composta de duas partes: nas primeiras quatro horas, o acadêmico deve assistir a uma palestra de preparação para a ação comunitária e nas outras trinta e duas horas, o acadêmico deve desenvolver uma atividade em uma instituição de escolha própria.

Existe um sistema de controle de frequência do acadêmico, bem como é realizada uma avaliação pela instituição e outra pelo acadêmico, para que as horas referentes ao Projeto Comunitário possam ser validadas.

A USC, em seu currículo, mantém uma disciplina chamada Projeto de Cidadania, cujo objetivo geral é o de oportunizar ao universitário o exercício da cidadania, associado à vivência missionária. Nessa, os acadêmicos têm quinze horas de teoria em sala de aula; são avaliados por prova e têm quinze horas de atividades comunitárias. Depois de concluídas as tarefas, eles devem apresentar um Projeto do Trabalho que será desenvolvido juntamente com o professor responsável para aprovação do mesmo; em seguida, o acadêmico deve executar a atividade. Ao término da atividade, ele apresentará o trabalho realizado para uma banca, a qual o avaliará.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Propor diretrizes para o desenvolvimento de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica.

1.2.2 Objetivos específicos

- estudar o empreendedorismo social, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de ações comunitárias pelas Universidades brasileiras;
- pesquisar técnicas de avaliação de ações sociais no contexto da formação acadêmica;
- descrever o programa de Projeto Comunitário da PUCPR, no *Campus* de Toledo, como atividade de empreendedorismo social no contexto da formação acadêmica;
- pesquisar junto aos acadêmicos, Instituições conveniadas e pessoas beneficiadas, sobre os resultados alcançados durante a execução do Projeto Comunitário;
- analisar o programa de Projeto Comunitário da PUCPR, *Campus* Toledo, como atividade de empreendedorismo social no contexto da formação acadêmica;
- propor diretrizes para o desenvolvimento de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica pelas Instituições de Ensino Superior.

1.3 Justificativa

A sociedade vive em uma época cada vez mais necessitada de valores morais, de pessoas que façam o bem, de pessoas que se ajudem mais, que estendam mutuamente as mãos.

Não há dúvida de que a ciência, a tecnologia e os drásticos desenvolvimentos políticos nos levaram a um ponto único na história, mas, a menos que iniciativas sérias sejam tomadas para quebrar o ciclo de pobreza e as desigualdades sociais que grassam em tantos países, desejos comuns de paz e segurança, habitação decente, nutrição, atenção à saúde, educação e emprego significativo permanecerão tênues esperanças para um grande número de pessoas nas próximas gerações [...] Precisamos, no entanto, agir rapidamente, antes que a promessa da infância seja envenenada pela exploração e pela negligência (HESSELBEIN; GOLDSMITH; BECKHARD; SCHUBERT, 1998, p. 236).

Diante do fato, medidas precisam ser tomadas e uma maneira de mudar tal situação é a inclusão de uma disciplina nos currículos universitários, em que o acadêmico passe a ter contato com as necessidades da sua comunidade, possa ajudá-la e contribua para o desenvolvimento dela.

Sabe-se que muitas universidades têm no seu currículo horas complementares em que o acadêmico deve cumprir uma determinada carga horária em atividades sociais, culturais, etc. E aqueles que realizam atividades comunitárias podem validá-las como horas complementares, mas essa atividade não é obrigatória nas universidades brasileiras.

Por isso, realizar um estudo de programas dos projetos sociais, no contexto da formação acadêmica, deverá ser, ao longo dos anos, uma preocupação das universidades, pois como formadora de profissionais competentes, a instituição universitária deve se preocupar também em formar pessoas conscientes e preocupadas com as questões sociais do País.

Assim, pretende-se, nesta tese, desenvolver um trabalho que possa estimular outras universidades a realizar as atividades ora sugeridas, como algo obrigatório para a formação do profissional.

1.4 Procedimentos Metodológicos

1.4.1 Caracterização da pesquisa

O método de abordagem aqui utilizado é o qualitativo. Segundo Deslandes, Cruz Neto e Minayo (1994, p. 21), ele “se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado”.

Segundo a mesma autora, “a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas” (Deslandes, 1994, p. 22).

De acordo com Patton (1986 apud ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 1998), a pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que as pessoas agem conforme suas crenças, valores e percepções e que seu comportamento tem um sentido não identificado de imediato, portanto, necessita ser descoberto.

Godoy (1995, p. 58) afirma que

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados. Parte de questões ou focos de interesses amplos, que vão se definindo à medida que o estudo se desenvolve. Envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Segundo Godoy (1995), a pesquisa qualitativa não se apresenta rigidamente estruturada posto que leva os pesquisadores a propor trabalhos que explorem enfoques, e traz contribuições importantes no estudo de alguns temas.

A pesquisa qualitativa pode ser conduzida por diferentes caminhos, portanto, neste trabalho foram utilizadas as pesquisas bibliográfica e documental, a entrevista, o questionário e a referente ao estudo de caso.

Para Gil (1999), a pesquisa bibliográfica é produzida a partir de materiais já elaborados por diversos autores, constituída principalmente de livros e artigos científicos.

Outra característica da pesquisa qualitativa é a pesquisa documental, cuja característica é que “a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Essas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre, ou depois” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 174).

Para Godoy (1995, p. 24), a pesquisa documental é “o exame de materiais de natureza diversa que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se interpretações novas e/ou complementares”.

Para Gil (1999, p. 66), a diferença entre a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental é a natureza das fontes. “Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

A pesquisa bibliográfica serve para dar sustentação às informações obtidas no estudo de caso que será realizado ao longo desta tese. Assim, a pesquisa documental proporcionou um estudo dos dados referentes ao Projeto Comunitário, e auxiliou na compilação dos dados para o embasamento teórico-prático desta pesquisa.

Para a análise das informações, aplicaram-se questionários aos responsáveis pelas Instituições e aos alunos que participaram do Projeto Comunitário no ano de 2005 e entrevistas com as pessoas beneficiadas com o Projeto Comunitário.

De acordo com Marconi e Lakatos (2003, p. 195),

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Para o autor supracitado, existem três tipos de entrevista:

- a) padronizada ou estruturada – em que o entrevistador segue um roteiro previamente estabelecido;
- b) despadronizada ou não-estruturada – em que o entrevistador tem liberdade para agir de maneira que a situação lhe convier; e
- c) painel – em que o entrevistador repete as perguntas aos entrevistados de tempos em tempos com o intuito de estudar a evolução das opiniões em um curto espaço de tempo.

A presente pesquisa utiliza a entrevista padronizada ou estruturada, para que se possa realizar uma análise comparativa das questões abordadas nas diferentes Instituições.

O questionário, segundo Marconi & Lakatos (2003, p. 201), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”, o qual pode ser enviado por

correio ou por um portador. O mesmo consegue atingir um grande número de pessoas, contudo, somente cerca de 25% dos respondentes o devolveram.

Nesta tese, foram utilizadas, como pesquisa, a implantação e a avaliação do Projeto Comunitário da PUCPR, no *Campus* Toledo, sendo considerada também como um estudo de caso, já que para Chizzotti (1991, p. 102)

O estudo de caso é uma caracterização abrangente para designar uma diversidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

“O estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados” (GIL, 2003, p. 72).

De acordo com o mesmo autor, o estudo de caso vem sendo utilizado com uma frequência cada vez maior pelos pesquisadores sociais, pois servem a diferentes propósitos de pesquisa como:

- a) explorar situações da vida real, cujos limites não estão claramente definidos;
- b) descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação; e
- c) explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

A pesquisa foi realizada por meio da aplicação de questionário para os acadêmicos que realizaram suas atividades do Projeto Comunitário no ano de 2005 e nas Instituições que receberam acadêmicos do Projeto Comunitário no Ano de 2005.

Foi realizada uma entrevista com as pessoas beneficiadas por atividades do Projeto Comunitário.

Os questionários foram aplicados aos acadêmicos da PUCPR – *Campus* Toledo que completaram as trinta e duas horas referentes ao Projeto Comunitário nas Instituições e, por conseguinte, para as referidas instituições. As pessoas beneficiadas entrevistadas foram aquelas das Instituições nas quais os acadêmicos também concluíram o mesmo número de horas, necessárias para as avaliações finais.

Foi realizado, ainda, um levantamento bibliográfico quanto à concepção e à estruturação do Projeto Comunitário, no *Campus* Toledo, para a obtenção de dados importantes da implantação desse, enquanto foi feita uma análise pelas pessoas supracitadas.

Esperou-se, assim, fechar o ciclo de avaliação e, com isso, serem obtidas informações importantes de como foram desenvolvidas as atividades do Projeto Comunitário – no *Campus* Toledo -, no seu primeiro ano de funcionamento e, com isso, corrigir as falhas para o próximo ano.

A seguir, será abordada a estrutura do presente trabalho.

1.5 Estrutura do Trabalho

O trabalho está constituído de maneira a facilitar a compreensão do assunto.

No primeiro capítulo encontra-se uma pequena introdução sobre o assunto, em que se abordam os seguintes tópicos: a contextualização do tema; os objetivos: geral e específicos; a justificativa da tese; os passos metodológicos utilizados para a sua realização e a estrutura do trabalho.

No segundo capítulo aborda-se a fundamentação teórica do trabalho, iniciando-se com o empreendedorismo social, com referência a sua definição, ao perfil do empreendedor social e as suas características, por fim, desenvolve-se a respeito das ações comunitárias e como avaliá-las.

No terceiro capítulo, é realizado um breve histórico da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR, sua missão, e, em seguida, é abordado como a instituição trata o Projeto Comunitário, tanto em Curitiba, quanto no *Campus* Toledo, bem como realiza-se a análise dos dados obtidos.

O quarto capítulo desenvolve diretrizes para programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica.

O quinto capítulo faz referência à conclusão do trabalho, há também a sugestão para trabalhos futuros.

Finalmente, apresentam-se as referências utilizadas na elaboração da presente tese, bem como, os anexos e apêndices.

2 O EMPREENDEDORISMO SOCIAL

A proposição de critérios para instrumentalizar a concepção de programas de projetos sociais para a formação acadêmica exige a definição de determinados elementos conceituais. Nesse sentido, este capítulo apresentará questões sobre a definição de empreendedorismo social, o perfil do empreendedor social, e um panorama das universidades brasileiras, ou seja, de como está a relação universidade-sociedade. Serão abordadas, ainda, questões sobre ações comunitárias e como avaliá-las.

2.1 Definição de empreendedorismo social

Empreendedorismo é "o processo de somar algo novo [criatividade] a algo diferente [inovação] com a finalidade de criar riqueza para o indivíduo e acrescentar valor à sociedade" (KAO, 1993, apud THOMPSON, 2002, p. 413).

Bolton e Thompson (2000 apud THOMPSON, 2004) definem o empreendedor como "a pessoa que habitualmente cria e inova, desenvolvendo alguma coisa de reconhecido valor, em torno de uma oportunidade".

Empreendedorismo social é a construção de uma ligação entre o negócio e a benevolência na aplicação do empreendedorismo social (ROBERTS; WOODS, 2005).

Muitos empreendedores sociais são pessoas com qualidades e conhecimentos e podem ser associados, por nós, a empresários que operam na comunidade e estão mais preocupados em ajudar as pessoas do que "ganhar dinheiro". Em muitos casos, eles mudam as vidas das pessoas porque abraçam causas sociais importantes (THOMPSON, 2002).

O empreendedor social transforma processos no setor social, também com a perspectiva de extrair um rendimento maior. Aqui, no entanto, o 'produto' não é nem uma mercadoria nem um serviço (como nos negócios), nem uma regulamentação (como no governo), mas um ser humano transformado [...]. Qualquer que tenha sido a questão, a atração para eles (empreendedores bem-sucedidos) não foi a necessidade existente, por si própria, mas a perspectiva de obter resultados, de realmente produzir uma mudança em circunstâncias e vidas humanas. Essa é uma característica diferenciadora dos empreendedores sociais. Eles não se engajam em caridade, mas em transformação (HESELBEIN; GOLDSMITH; BECKHARD; SCHUBERT, 1998, p. 53).

Para Brinckerhoff (2000, p. 11), “o centro do empreendedorismo social é uma boa administração”. Segundo o autor, os empreendedores sociais são pessoas que estão constantemente procurando novas maneiras de servir a seus colaboradores e adicionar valor aos serviços existentes. O autor diz ainda que, os empreendedores sociais devem

- a) estar dispostos a correr riscos razoáveis em favor das pessoas as quais a organização serve;
- b) entender a diferença entre precisar e querer;
- c) entender que todos os recursos alocados são realmente investimentos administrados;
- d) pesar o retorno social e financeiro de cada um dos investimentos;
- e,
- e) sempre ter uma missão, mas saber que, sem dinheiro não há missão que se conclua.

Roper e Cheney (2005) apresentam alguns modelos de empreendedores sociais como: empreendedores sociais privados, empreendedores sociais no terceiro setor e empreendedores sociais no setor público.

Para os autores, o empreendedor social que trabalha no setor privado tem vantagens no planejamento, no lucro e na inovação – três das metas que freqüentemente são discutidas.

O empreendedor preocupado com as questões sociais pode utilizar sua experiência em termos de análise de mercado e a conduta de estudos de viabilidade, pois já estão acostumados a operar com lucro. Em geral, empresas que realizam trabalhos sociais adaptam as tendências empresariais às questões populares.

O empreendedor social do 3º setor participa de organizações que tiveram seu início por iniciativa da comunidade e se mantém pela paixão, perspicácia e iniciativa das pessoas que ajustam suas idéias a do empreendedor. As instituições sociais são um modo de reunir as energias dos três setores para combater os problemas econômicos e sociais da comunidade.

O empreendedor social no setor público é derivado, em grande parte, de aplicações econômicas de negócio e modelos de mercado para a esfera pública, um esforço que começou nos anos 60. Em um dos primeiros documentos sobre o assunto, Ostrom (1964 apud ROPER; CHENEY, 2005) distinguiu o empreendedorismo privado do público quando observou os principais constrangimentos políticos e administrativos. Organizações públicas têm uma dificuldade maior de adaptação às circunstâncias variáveis, e devem, portanto,

inovar no executivo, no legislativo e judiciário. Em outras palavras, o setor privado permite maior liberdade e experimentação, de acordo com esse ponto de vista.

Kirzner (1999 apud ROPER; CHENEY, 2005) defende que o verdadeiro empreendedorismo é algo maior que meras respostas calculadas para o ambiente de decisão e; requer uma agilidade de prever as oportunidades.

Wilson e Stokes (2005) apontam que a criatividade dentro das organizações tem criado modelos de trabalho, os quais sugerem que possam ser encontrados quatro elementos-chave nas formas de trabalho criativo, são eles:

- a combinação de valores individuais com o trabalho em equipe: os produtores culturais têm habilidades que são o centro do processo criativo, “eles reconhecem que sua habilidade particular é inútil, a menos que possa ser combinada com as habilidades de outros... Eles esperam trabalhar em times”.
- a difícil separação entre consumo e produção: Leadbeater e Oakley (1999 apud WILSON; STOKES, 2005) descrevem a criatividade como um desenvolvimento com inovação que “modifica e adapta algo existente”. Nessa consideração, “ser um produtor criativo ajuda ser um consumidor ávido”. Isso necessariamente envolve indivíduos criativos que se juntam a outros produtores criativos.
- membros de uma ampla comunidade criativa: Leadbeater e Oakley (1999 apud WILSON; STOKES, 2005) dizem que há um processo de intensa rivalidade e competição, como também promove cooperação e colaboração entre os membros da comunidade.
- a difícil separação entre trabalho e descanso: muitos empreendedores culturais dizem que suas melhores idéias ocorrem quando não estão trabalhando. O limite entre “trabalho” e “descanso” está no foco da atenção, ou seja, enquanto você está trabalhando sua atenção está na produção, no desenvolvimento de produtos, etc; nos momentos de lazer, o seu foco é passear com a família, se divertir, mas não impede que se tenha alguma idéia para resolver questões do trabalho.

De acordo com os autores citados nesse item, todos concordam que os empreendedores sociais são pessoas preocupadas com as questões sociais, e por isso, realizam

trabalho na comunidade a qual estão inseridas; em que o ganho maior é o desenvolvimento das pessoas. Mas, para que isso aconteça, é necessário além da boa vontade, criatividade e inovação.

2.2 O perfil do empreendedor social

A formação para a profissionalização trata de valores, conhecimentos, habilidades e atitudes que contribuem para a capacitação de dirigentes, gestores de projetos, coordenadores de programas, responsáveis por atividades de apoio (MARCOVITCH apud IOSCHPE et al, 1997).

A primeira determinante do perfil do empreendedor social são os valores humanos nos quais ele deve defender a cooperação, a solidariedade, a equidade, a competência, a responsabilidade e o rigor econômico. Outra característica do empreendedor social é o conhecimento que esse deve ter de história, geografia e a evolução da humanidade, para que ele possa entender as diferenças culturais existentes na sociedade brasileira, as quais o permitem enfrentar os efeitos da exclusão social, como a violência urbana, a exploração infantil, a marginalização dos idosos, os preconceitos e o narcotráfico.

O empreendedor social deve ser uma pessoa com habilidades gerenciais que valorizam tanto a rotina operacional quanto a inovação organizacional. E ainda ser capaz de conciliar a parte operacional com os projetos, que constituem a atividade-fim das instituições sociais, justificando a sua existência.

O conhecimento técnico tornou-se mais acessível e, também, mais complexo. Assim, a tecnologia de informação revoluciona o conhecimento humano à medida que oferece quantidade infinita de dados, mas não basta possuir a habilidade de lidar com os meios eletrônicos para estudos e tomadas de decisões, é preciso desenvolver uma capacidade de seleção para a escolha do mais relevante. A facilidade do acesso à informação contribui para que as instituições do terceiro setor se beneficiem das experiências acumuladas em outros países. Ela também favorece a ocorrência de um processo de aprendizagem coletiva à distância.

A aprendizagem consolida-se com a experiência do planejamento e da execução de atividades e projetos. As organizações que aprendem são aquelas que dedicam parte do seu tempo à avaliação de suas atividades. Assim, espera-se que as instituições do

terceiro setor, por desempenharem funções de interesse público, cultivem a transparência quanto aos seus projetos, quanto aos resultados obtidos e os recursos alocados.

2.3 As Universidades Brasileiras e suas Relações com a Sociedade

Os novos tempos trazem mudanças rápidas e profundas que atingem o indivíduo, os grupos, as instituições, bem como a própria sociedade. Valores e princípios que nortearam a sociedade ao longo dos anos tornaram-se obsoletos para as comunidades do futuro. “Dessa forma, não nos cabe introduzir as mudanças, mas reconhecê-las, antecipar seu advento, avaliar seu impacto e, de forma especial, formular respostas adaptativas a elas” (GARGANTINI, 1997, p. 95).

Diante das transformações pelas quais o mundo está passando, o mercado de trabalho está exigindo qualificações diferentes para as pessoas. Mas, para que isso seja possível, é necessário que a educação no país mude. Pois, a educação superior é um componente fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico de um país, para a qualificação da mão-de-obra e, para a melhoria de todo o sistema educacional. Assim, o mundo está exigindo que as universidades desenvolvam aptidões e formem seus alunos com um conjunto de habilidades diferentes das enfatizadas na pedagogia dos meados do século XX.

A Universidade, portanto, deve voltar-se para a formação humanística global dos alunos, que é mais abrangente e mais conscientizadora. Ela não pode se sustentar no repassar conhecimento, onde aluno e professor situam-se em contextos diferentes e não motivadores para o aprendizado. Ao contrário, ela, ao formar profissionais de alto nível tecnológico, deve também ‘ser o seu lugar por excelência do cultivo do espírito, do saber, e onde se desenvolvem as mais altas formas da cultura e da reflexão (LUCKESI, 1991 *apud* GARGANTINI, 1997, p. 99).

Os atuais problemas da sociedade brasileira exigem que o ensino superior participe significativamente da construção de um projeto político, econômico e social para o País. Apesar de o Brasil ter passado, nos últimos anos, por um crescimento industrial significativo, esse não trouxe melhorias para as condições de vida, da grande maioria da população. A Universidade também tornou-se, segundo Buarque (1991), uma instituição complexa, reflexo da modernização e do capitalismo contemporâneo, cuja consequência foi um aumento das expectativas individuais e sociais em relação ao ensino superior, que

acabaram por apontar para a necessidade de se repensar os objetivos, papéis e funções, assim como as expectativas que a própria sociedade tem do ensino (GARGANTINI, 1997)

“O grande desafio da Educação, no Brasil, é não se chegar ao próximo milênio mostrando os números levantados pela UNESCO, os quais colocam o País junto aos países de pior desempenho escolar do mundo” (CITELI apud GARGANTINI, 1997, p. 104). Com o propósito de reverter tal situação, a determinação política de tornar a erradicação do analfabetismo, a manutenção da criança na escola, a busca de uma educação marcada por padrões de excelência, a universidade responsável por formular uma pauta de temas e de instrumentos de trabalho nos vários campos do saber, das matemáticas à ética política e à história, da psicanálise e da psicologia social à econômica política, da medicina social ao direito civil, prioridades nacionais.

A educação no Brasil vive um momento paradoxal, no qual a escola perde qualidade e competitividade enquanto se expandem novas tecnologias que exigem maior qualificação. Diante desse fato, torna-se necessário redefinir os objetivos e o próprio alcance histórico da educação.

É necessário considerar o significado e extensão das novas linguagens que marcam o cotidiano das crianças e dos jovens. Os comportamentos retóricos tradicionalmente balizadores do discurso escolar parecem chocar-se com a sedução dos videogames, da sintaxe descontínua da televisão, dos fragmentos publicitários e dos sistemas computacionais. O desafio da escola, e em especial, da Universidade, é, pois, conseguir atuar na interface entre o trabalho reflexivo e crítico e a aprendizagem de uma série de linguagens e recursos que podem habilitar alunos a melhor enfrentar as demandas, requisitos e exigências do próximo século (GARGANTINI, 1997, p. 105).

Por conseguinte, precisa-se verificar o papel da instituição acadêmica na sociedade e repensar as bases com que esta realiza suas atividades (ensino, pesquisa e extensão), a fim de que ela possa vir a contribuir, de forma mais efetiva, para a formação de cidadãos e para uma sociedade mais solidária, na qual a universidade é integrante de um projeto social e formativo, sendo responsável, além da educação, por outros elementos como o social, o político e o econômico, responsáveis por articular as concepções, processos e conteúdos tanto na vida social quanto nos interesses de classe.

E, na condição de instituição social, a Universidade é obrigada a manter alguma forma de compromisso com a sociedade, ainda que com um grupo específico. ‘Fica difícil entender a existência de uma Universidade desprovida de qualquer compromisso social. Qual a razão ou o suporte de uma Universidade que não serve ou não interessa a ninguém? A afirmação de que a Universidade é descomprometida e desinteressada contribui, exatamente, para ocultar os reais compromissos e interesses a que ela serve’ (FAGUNDES, 1983 apud MENEGHEL, 2003, p. 224)

“No início do século XX, o grande aumento de demandas de ordem econômica, social e política forçava a Universidade a assumir maior responsabilidade pelos problemas do mundo contemporâneo” (MENEGHEL, 2003, p. 227), assim permanecia o caráter elitista que gerou diversas críticas de estudantes e educadores por décadas.

Essas críticas auxiliaram a promover a “massificação” das Universidades, bem como proporcionaram um aumento no número de vagas e acesso da classe média à educação de ensino superior, a partir da segunda metade do século XX.

Desse momento em diante, as Universidades passaram a organizar-se de modo a tornarem o autoconhecimento acessível a uma maior parte do contingente populacional; formarem profissionais altamente qualificados voltados à prática e ao mercado de trabalho; e a suprirem demandas do Estado e da sociedade, em particular na resolução de problemas econômicos e sociais.

Essas novas ‘responsabilidades’ fizeram surgir uma outra atividade/finalidade na instituição acadêmica: a **extensão**, responsável pela melhor vinculação entre Universidade-Sociedade, uma vez que as cobranças à academia não se limitavam a expandir serviços para uma parcela maior da população, mas incluíam **novas formas de relacionamento** com o Estado e com a Sociedade na qual estava inserida, de modo a torná-la mais funcional (MENEGHEL, 2003, p. 228, grifo do autor).

Entre os críticos que abordam a atuação funcional da Universidade está Minogue (1977 apud MENEGHEL, 2003) que baseia o papel da Universidade em duas doutrinas:

- a) a Doutrina da Adaptação Social, na qual a Universidade deve adaptar-se ou ajustar-se às necessidades maiores da sociedade, e não apenas à uma elite, já que a sociedade como fornece os recursos que a mantém e;
- b) a Doutrina da Transformação Social refere-se que todos os problemas sociais são causados por barreiras colocadas entre as classes.

De acordo com Chauí (1989 apud MENEGHEL, 2003), a visão funcionalista da Universidade (e da própria pesquisa) transformou-se em teoria, no momento em que se define ciência e tecnologia, como sendo algo que o capitalismo exige delas. Dessa confusão entre o quê são as condições objetivas em que são produzidos os trabalhos científico e tecnológico e o quê são exigências da própria ciência e tecnologia, houve um ajuste que supôs o trabalho universitário estar sempre vinculado às exigências do capital.

Esta compreensão limita a autonomia das atividades acadêmicas (científicas ou didáticas): (i) pela compreensão de que o papel da Universidade é satisfazer demandas sociais; (ii) por não estimular em administradores, na comunidade científica e na de estudantes, a capacidade e disposição de questionar e refletir sobre os fins e meios determinados à Universidade pelos atores do entorno social - tanto os que são atendidos quanto os ignorados (Chauí, 1989 *apud* MENEGHEL, 2003, p. 230).

A concepção liberal de Universidade, de pesquisa autônoma e desinteressada, pode levar justamente ao contrário: acadêmicos e instituições que, por não refletirem e questionarem os meios e fins das atividades que realizam, acabam se moldando, sem perceberem os interesses opostos ao da autonomia na busca e transmissão de conhecimento. Isso não significa que os recursos materiais e humanos existentes na academia não possam ser utilizados pelo Estado ou pela Sociedade para serviços nos campos social, econômico e político. No entanto, é preciso cuidar para que a Universidade não entre no jogo do “calculismo político”, e assim perca autonomia, transformando-se em uma simples parte do sistema de educação e ciência e tecnologia.

A trajetória da Universidade, da origem à atualidade, evidencia que sua capacidade de adaptação tem sido fundamental à sua sobrevivência, ao longo dos séculos. Pois, caso esta atuação tivesse ficado restrita a ‘ajustes’ ou ‘respostas’ a demandas estatais/sociais imediatas, ela certamente teria adquirido um caráter temporal que comprometeria sua viabilidade até os dias de hoje. As constantes mudanças de contexto, juntamente com transformações na produção de ciência e tecnologia no âmbito estatal e social, continuam a trazer desafios e demandas de avanço de conhecimento e formação profissional (MENEGHEL, 2003, p. 230).

Estudantes, órgãos estatais de financiamento, acadêmicos e sociedade, portanto, devem continuar a discutir a missão da Universidade e como ela deve organizar-se para atender às exigências das concepções funcional e liberal, em seu contexto e momento histórico.

O ensino universitário no Brasil tem sido norteado por ações empreendidas pelo Estado, como responsável pela manutenção das diversas instituições e pelo direcionamento das políticas do setor. Entendê-las é importante para a compreensão das funções assumidas pelas Universidades no País. As análises da legislação e das ações do Governo, nas últimas décadas, mostram que as Instituições de Ensino Superior – IES – devido aos constantes ajustes ao modelo de desenvolvimento econômico, são chamadas pelo Estado a dar contribuições à economia.

Até a década de 60, as IES dedicavam-se quase que exclusivamente ao ensino (formavam elites e quadros técnicos para atuar na tecnoburocracia estatal). A partir do redirecionamento da política econômica do Governo Militar, elas foram consideradas fundamentais para a execução do projeto de desenvolvimento tecnológico autônomo do país, além de entendidas como mecanismo de ‘ajuste’ social (MENEGHEL, 2003, p.239).

A partir da década de 1980, com a adaptação da organização e das políticas estatais ao processo de reestruturação do capital internacional, as IES foram direcionadas a um outro papel, assim, geraram condições para que indivíduos/empresas que as procuram sejam mais competitivos no mercado de trabalho. Desse modo, o papel reservado as IES é o de meras formadoras de mão-de-obra qualificadas, já que a tecnologia na produção de bens é importada pelas empresas multinacionais, nela estabelecida. A Universidade assume uma função que, ao invés de promover o indivíduo e sociedade, acaba por manter e reforçar sua condição de instituição de país periférico.

Em quase todo o mundo, as Universidades têm atendido, com maior frequência, às demandas de segmentos privilegiados da economia e da sociedade. O incremento das atividades de extensão, assim como a expansão de cursos e vagas na década 1960, surgiu como forma de aproximar e atender às camadas da população que não usufruíam das atividades de ensino e pesquisa.

No Brasil, o relacionamento Universidade-Sociedade também estava mais próximo da elite social e econômica do que das demandas sociais. Mesmo após o Golpe Militar, a introdução de atividades de pesquisa e extensão estava voltada para setores específicos como na economia (pela produção de conhecimento de ciência e tecnologia autônomo) e na sociedade (pela oportunidade de formação de mão-de-obra qualificada).

A aproximação com a sociedade via extensão ficou limitada a iniciativas específicas e pontuais tendo por objetivo estender à comunidade suas atividades de ensino e pesquisa sob a forma de cursos ou serviços especiais.

Acredita-se que a dinâmica do relacionamento Universidade-Sociedade é fundamental para o compromisso com competência técnica e a qualidade total para o mercado global. E ainda, cabe à instituição acadêmica auxiliar na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde é necessário repensar o modo com que ela vem sendo estruturada em termos de gestão, currículo e organização. Da mesma forma que é preciso assumir o seu **caráter público** – não no que se refere à definição da forma jurídica (estatal, comunitária, particular) – mas, sim, da conscientização de que os seus ‘serviços’, servem a toda a humanidade.

Ora: a preservação e a construção do conhecimento, a formação humana, o desenvolvimento de senso crítico, a capacidade de relacionar aspectos micro/macro e local/global de forma interdisciplinar, o cultivo e respeito por diferentes culturas e modos de vida, são elementos necessários para a constituição de uma sociedade melhor. E a Universidade é o lugar deles! Transformá-la, portanto, em simples espaço de treinamento de indivíduos mais competitivos é, no mínimo, reduzir em muito o seu potencial de criação e contribuição social (MENEGHEL, 2003, p. 241).

Diante do exposto, a Universidade deve repensar sua função social para a necessidade de:

- a) promover, em toda comunidade acadêmica, maior discussão e conscientização quanto às possibilidades do seu papel social e;
- b) revisar os sentidos das atividades que executa.

Com relação ao primeiro item, a Universidade deve redimensionar os fatores determinantes da sua função e inserção social, no qual dois fatores são fundamentais:

- os processos de avaliação institucional promovidos pela própria Universidade;
- o exercício efetivo da autonomia para que os diversos setores da instituição possam não somente identificar sua identidade e papel social mas, estabelecer e executar metas de atuação no âmbito do contexto em que estão inseridas.

A revisão do sentido das acadêmicas proporciona que a Universidade questione e avalie quais devem ser os valores da instituição acadêmica na sociedade atual que não privilegiam a preservação do público, mas sim, o mercado e o lucro. Como lidar com:

- ética em um sistema de valores que não envolve solidariedade e respeito ao diferente, apenas privilegia a ‘satisfação do cliente’ a qualquer custo?;
- ensino em um contexto que, sem compreender e valorizar o conhecimento como resultado de uma construção coletiva, privilegia a transmissão de técnicas segundo o valor de mercado e exclui o debate sobre valores sociais e humanos?;
- produção de conhecimento em uma instituição na qual os temas de pesquisa tendem a ser determinados segundo seu retorno econômico, ignorando o valor social?;
- formação humana em um contexto em que a aprendizagem do indivíduo é definida em função de ser competitivo e calculada em termos de tempo e custo de formação?;
- desenvolvimento social em uma sociedade que privilegia as necessidades e os interesses individuais e que compreende a mensura deste item a partir da capacidade de produção e consumo

das pessoas? (relevância e pertinência social não são temas discutidos nas IES);

- autonomia em uma instituição que, no atual contexto de restrição orçamentária, vê-se como uma empresa que, simplesmente, ‘não pode gastar além do que recebe’?;
- avaliação em um sistema social que visa, primordialmente, a obtenção de bons ‘resultados’ via controle da ‘qualidade’ e redução de custos de produção?

Em palestra proferida na Universidade Regional de Blumenau, por ocasião do atentado de 11 de setembro nos Estados Unidos, o prof. Ubiratan D’Ambrosio falou sobre a formação dos terroristas, e que muitos estudaram nas melhores Universidades, em virtude disso, deve-se

Repensar o papel da Universidade em nosso país hoje, compreende buscar estruturas produtivas em nível de excelência capazes de contribuir, de alguma forma para a autonomia tecnológica e para a inserção no mercado global. Mas também, [...], exige atentar para a importância de construir uma sociedade mais justa, solidária, pacífica, pela formação de alunos com competência técnica e social – em suma, de cidadãos (D’AMBROSIO apud MENEGHEL, 2003, p. 45).

Atualmente, o paradigma que permeia o ambiente escolar mudou; passou-se a valorizar o aprender, em detrimento do ensinar, modelo que dominou os meios educacionais até, praticamente, o final do século XX. O aprender tornou-se o foco central nas instituições educacionais. “Não se quer mais um aluno passivo, ouvinte e repetitivo, mas um aluno capaz de aprender a produzir conhecimento próprio e, principalmente, ser capaz de utilizar o conhecimento em situações que se apresentem ao longo de sua vida” (MONTROYA; PACHECO, 2003, p 101).

Assim, segundo Behrens (2000), as instituições de ensino têm como função social serem politizadas e politizadoras, instigando, a reflexão do aluno e do professor em um contexto histórico, bem como precisam provocar a intervenção para a transformação social.

2.4 Ações Comunitárias

No decorrer dos anos, as organizações estão incorporando mudanças para se adaptarem às novas realidades e garantirem a sua sobrevivência. Tem-se notado que essas

estão, cada vez mais, conscientes da necessidade de assumirem um papel maior dentro da sociedade, onde aquelas têm desenvolvido projetos de atuação comunitária.

Entretanto, existem vários tipos de organizações, com concepções diferentes que refletem na sua imagem e resultado. Assim, é possível dividi-las em três grupos:

- empresa somente como negócio são as que se preocupam somente com o lucro, ou seja, com os resultados obtidos. O seu centro de interesses é o investidor e o seu lema é “lucro a qualquer custo”;
- empresa como organização social são aquelas que mantêm uma interdependência com os *stakeholders* (clientes, funcionários, fornecedores, governo, sociedade e acionistas). Essa relação pode depender das políticas, valores, cultura e, sobretudo, da visão estratégica que prevalece dentro da organização;
- empresa-cidadã é aquela que cria uma fundação ou instituto e contribui para a transformação do meio social a qual se insere. A empresa-cidadã adota uma postura pró-ativa com a sociedade, ou seja, a de encaminhar propostas para solucionar problemas sociais; outras empresas adotam uma atitude predatória ou exploradora em relação ao bem-comum, com isso prejudicam as pessoas e/ou poluem o meio ambiente; há ainda as empresas que assumem uma posição de neutralidade, pois acham que basta que recolham os impostos e deixam que o governo cuide dos problemas sociais.

Mas, afinal, as organizações devem agir, na área social, de modo absolutamente desinteressado? Não é justo que elas esperem algum retorno de sua ação comunitária? Organizações preocupadas com as questões sociais podem ter ganhos substanciais como:

- a) valor agregado à imagem da empresa é o reconhecimento da sociedade pela atuação da organização na comunidade;
- b) nova fonte de motivação e escola de liderança para os funcionários: alguns voluntários dizem que a atuação no terceiro setor tem aberto um campo para o crescimento pessoal e há uma maior criatividade com relação às suas funções nas empresas. Enquanto realizam ações sociais, as pessoas apresentam um rendimento pessoal muito maior, refletindo em outras funções como profissional e familiar;

- c) consciência coletiva interna em realizar um trabalho social que beneficiará pessoas menos favorecidas, além de despertar um sentimento de solidariedade; e
- d) mobilização de recursos disponíveis da empresa, sem necessariamente implicar custos adicionais.

De acordo com Ioschpe et al (1997), quando se compara as organizações do terceiro setor com outras organizações, algumas características são mencionadas, dentre elas:

- são organizações sem fins lucrativos, haja vista serem voluntárias;
- são formadas por pessoas que se organizam de maneira voluntária;
- o corpo técnico é formado por profissionais que se unem à instituição por razões filosóficas e têm um forte compromisso social;
- são instituições orientadas para a ação; são flexíveis, inovadoras, rápidas e próximas às comunidades locais; e
- são instituições intermediárias: ligam o cidadão a instituições que os auxiliem na solução dos seus (cidadãos) problemas. Para isso, as instituições precisam buscar recursos para o financiamento de seus projetos.

Existem três categorias de organizações no terceiro setor, são elas:

- organizações de advocacia, quando o seu maior interesse é fazer *lobby* para defender ou lutar por assuntos específicos;
- organizações de caráter técnico, posto que fornecem informações, serviços de consultoria, acesso a determinadas tecnologias ou programas de capacitação de recursos humanos com o objetivo de ajudar outras associações ou grupos sociais; e
- organizações prestadoras de serviços, as quais procuram desenvolver serviços que atendam às necessidades humanas básicas como saúde, educação, habitação, bem-estar social, geração de renda, etc, em uma determinada comunidade.

Os líderes locais estão envolvidos com as seguintes atividades:

- diagnóstico de necessidades, estabelecimento de prioridades para a ação, planejamento e programação sobre a intervenção desejada, seleção das estratégias e táticas para conduzi-las e a formulação de

planos para estabelecer o uso dos recursos e processos para implementar as atividades;

- gerência de conflito que procura resolver conflitos porventura existentes nos diferentes grupos ou segmentos de uma comunidade;
- mobilização de recursos visa alavancar recursos junto à comunidade ou a fontes externas para o desenvolvimento de projetos junto a esta;
- gerência de recursos representa a busca de eficiência e correção no uso dos recursos, incluindo a gerência de recursos financeiros, organizacionais e naturais;
- provisão e prestação de serviços que atendam às necessidades básicas atribuídas ao projeto;
- integração de serviços de modo que eles sejam mais eficientes e eficazes no atendimento das necessidades dos membros da comunidade; e
- controle da burocracia por intermédio de esforços para tornar as agências ou equipes do governo mais cooperativas com e para os membros da comunidade.

Conseqüentemente, as organizações do terceiro setor devem aprender com as organizações privadas quanto à forma de administração, de obtenção de recursos, sobretudo resultados positivos, os quais sejam capazes de se manterem. Já, as organizações privadas que desenvolvem programas sociais “tiram” proveito dessa situação, pois mostram-se como uma empresa socialmente responsável para a comunidade.

2.4.1 A importância das ações comunitárias na formação acadêmica

De acordo, com o que foi mencionado em itens anteriores, as organizações estão cada vez mais preocupadas com as questões sociais, principalmente aquelas que se referem à comunidade a qual estão inseridas. Em função disso, elas, cada vez mais, realizam

projetos nas áreas social e ambiental. Assim, procuram profissionais que, além de realizarem suas tarefas na empresa, desenvolvam trabalhos comunitários.

Os projetos de desenvolvimento local representam uma oportunidade de se criar cidadãos competentes, com poder e mobilizados para o bem-estar comum da coletividade. É evidente que quanto mais excluída, mais marginal, mais pobre for uma comunidade, mais difícil se torna o exercício da cidadania. Na maioria dos casos, tais comunidades são privadas dos direitos civis – sem poder – geralmente tanto no nível individual como no nível de grupos, ou de toda a comunidade. É nosso entendimento que uma comunidade com poderes é uma comunidade que tem domínio sobre seu desenvolvimento. Tal entendimento exige que se tente buscar em cada comunidade condições mínimas para que se inicie um processo de resgate da cidadania, com base num processo crescente de capitalização, acesso a serviços que atendem necessidades básicas do indivíduo, e acesso a decisões que afetam a qualidade de vida (KISIL, 1997 apud IOSCHPE et al, 1997, pp. 148-149).

Diante desse fato, pode-se dizer que, torna-se cada vez mais importante a realização de trabalhos comunitários por parte dos acadêmicos, durante o período que estão na universidade. Hoje, esse é um fator diferencial. Muitas organizações preferem contratar pessoas que exerçam trabalhos comunitários, pois acreditam que elas são mais acessíveis, preocupadas em ter um bom relacionamento com colegas, clientes, fornecedores. Acredita-se, que vai chegar o dia em que realizar trabalhos comunitários não será mais um diferencial, e sim uma obrigação de cada um de nós. Portanto, é preciso conscientizar as pessoas desde já, para que elas tenham tempo e se preparem para essa nova exigência do mercado de trabalho.

Thompson (2002) acredita na “explosão de ações comunitárias”, em que necessita de mais empreendedores sociais e mais facilitadores de empreendedorismo social. A existência de mais empreendedores sociais implica em persuadir o maior número de pessoas e fazê-las acreditar que são capazes de ter iniciativa e desenvolver ações voltadas para o social. Enquanto o fato de haver mais facilitadores de empreendedorismo social requer pessoas que compreendam a necessidade e vejam possíveis oportunidades, mas não têm tempo nem habilidade para dirigir o projeto apropriado, contudo se prontificam a ajudar outros que têm tempo e as habilidades necessárias.

O verdadeiro facilitador é aquele capaz de descobrir e desenvolver pessoas com talento, além de ajudar o empreendedor a administrar seu temperamento e utilizar suas técnicas (THOMPSON, 2004).

O *service learning* encoraja os acadêmicos a desenvolverem discussões acadêmicas em seus cursos, sobre as necessidades da comunidade a qual eles estão inseridos, bem como aponta suas responsabilidades sociais. Isto implica em atividade acadêmica, como foco na integração teoria-prática, com o intuito de preparar o acadêmico para a vida. O *service*

learning difere de projetos comunitários por acrescentar, na academia, horas de serviços comunitário de maneira que ajudem-no a completar sua formação profissional.

Quatro informações são importantes nos *services learning*: a) o modelo é baseado no modelo de responsabilidade social; b) a interação natural do modelo implica em projetos comunitários informais para o aprendizado acadêmico e vice-versa; c) a integração do aprendizado experimental com o acadêmico fortalece o desenvolvimento do aluno; d) as experiências são relevantes para a realização do curso (ROOS et al, 2005).

Moorman e Arellano-Unruh (2002) apresentam princípios que devem guiar o processo de aprendizagem em trabalhos comunitários. A experiência deve estar relacionada diretamente aos conhecimentos dos acadêmicos, o trabalho deve permitir que os estudantes contribuam positivamente para a comunidade e os acadêmicos precisam refletir sobre o que está acontecendo na comunidade, o que eles estão fazendo e o que isso significa.

Ngai (2006) descreve a implementação de um programa de *service learning* na universidade de Hong Kong e afirma que semelhante atividade tem a capacidade e transformar vidas, tocar tanto o coração quanto a mente e ensinar muitas lições valiosas acima daquelas proporcionadas no confinamento da sala de aula.

Para Richardson (2006, p.38), “os melhores projetos de *service learning* usam, enriquecem e dão vida aos assuntos ensinados em sala de aula. Professores de quase todas as disciplinas em níveis escolares diferentes utilizam o *service learning* para fornecer uma resposta contundente a uma pergunta antiga: por que temos que aprender isso?”.

Champagne (2006) informa sobre alguns benefícios e barreiras para o desenvolvimento de *service learning*, entre eles podem-se encontrar: um efeito positivo no desenvolvimento do relacionamento interpessoal, espiritual e moral; liderança; habilidade de comunicação; habilidade para trabalhar com os outros e habilidade para resolver problemas. A autora cita como barreira a falta de tempo apontada pelos acadêmicos, muitas vezes ocasionadas porque esses precisam trabalhar e estudar simultaneamente. E ainda, faz referências às pesquisas realizadas que mostram um impacto positivo no aprendizado dada a participação dos acadêmicos em atividades de *service learning*.

De acordo com pesquisa realizada na Faculdade de Parkland, Champaign Illinois, os acadêmicos que realizam projetos comunitários começam a examinar os seus valores de vida; comentam da importância de servir à comunidade, bem como sobre as interações feitas com a comunidade; e passaram a ter uma idéia mais clara quanto às metas para o futuro (CAULFIELD, 2006).

Westney e Columnist (2006, p. 201) defendem que o conceito de universidade comprometida tem suas origens dentro do *service learning*, o qual representa a ajuda “vinda junto de muitos corações e mentes que buscam expressar compaixão para outros [...]”. O *service learning* aflora o desenvolvimento de consciência, empatia, valores pessoais e convicções, autoconfiança, amor-próprio e responsabilidade social, enquanto ajuda a desenvolver um senso de ajudar os outros.

Segundo Kahne e Wesheimer (2006), os cientistas sociais identificam os jovens como atores cívicos competentes, com ideais participativos e que promovam experiências educacionais positivas a serem divulgadas e, as quais possam mantê-los estimulados, bem como aumentem a participação outros tantos acadêmicos no desenvolvimento de trabalhos comunitários.

Para Mumford e Kane (2006), *service learning* é uma forma de educação experimental que vai além da sala de aula tradicional, os estudantes têm a oportunidade de aprender ainda mais quando se envolvem em ações e reflexões comunitárias. O *service learning*, mas é indispensável que esteja baseado em uma necessidade real.

Bonnette (2006), em suas pesquisas, verificou que os empregadores estão interessados em estudantes que conheçam e participem dos problemas da comunidade e ainda, possuam um profundo conhecimento na área acadêmica. Assim, os projetos de *service learning* possibilitam aos estudantes e professores novas experiências, trocas, conhecimento de novos mundos, enquanto ensinam a esses que a aprendizagem ocorre ao longo da vida, desde que se permitam vivê-la.

Assim, torna-se cada vez mais importante o desenvolvimento de programas de *service learning* pelas Universidades, no que tange à formação profissional do acadêmico, já que o propósito maior é torná-lo mais envolvido com as questões sociais.

2.5 Avaliação de Ações Sociais

2.5.1 Como avaliar ações sociais

De acordo com Jannuzzi (2004), as ações sociais devem ser avaliadas por meio de indicadores que sejam capazes de expressar o desempenho dessas ações. Por conseguinte, utilizam-se os indicadores sociais, que podem ser definidos como:

uma medida, em geral quantitativa, dotada de significado ou operacionalizar um conceito social abstrato (para pesquisa acadêmica) ou programático (para formulação de políticas). É um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma (JANNUZZI, 2004, p. 15).

Cohen e Franco (1993) defendem que a avaliação de projetos sociais pode ser realizada de acordo com quatro critérios, em função do momento em que se realiza e os objetivos que persegue; em função de quem realiza a avaliação; das escalas dos projetos e dos destinatários da avaliação.

De acordo com o primeiro critério, o autor diz que a avaliação pode ser:

- a) ex-ante, tem por finalidade proporcionar critérios racionais para a seguinte decisão: o projeto deve ou não ser implementado;
- b) ex-post, é necessário distinguir os projetos em andamento dos concluídos. Ambos os tipos são avaliados a fim de obter elementos tanto qualitativos como quantitativos.

Em função de quem realiza a avaliação, a avaliação pode ser:

- a) externa, realizada por pessoas alheias à organização, com experiência na área, as quais podem propor diferentes soluções para os problemas enfrentados;
- b) interna, é realizada dentro da organização. Como benefício, podem-se apontar funções como a eliminação das inseguranças da avaliação externa, pois não há defensiva por parte de quem está sendo avaliado. Nesse tipo de avaliação, podem ser encontradas algumas dificuldades que proporcionam menores garantias de objetividade, já que a própria instituição está avaliando o projeto; não elimina o choque de interesses entre as pessoas envolvidas; se o projeto for grande, a

pessoa a avaliá-lo deve ser alguém que não esteja vinculado ao projeto;

c) mista, é chamada a avaliação que mistura as avaliações interna e externa, nas quais o avaliador externo realiza seu trabalho em contato com os membros do projeto a ser avaliado; e

d) participativa, tem o objetivo de diminuir a distância que existe entre o avaliador e os beneficiários, em que esses devem participar tanto da formulação e geração do projeto quanto da implementação.

Outro critério pode ser utilizado em função das escalas dos projetos, que podem ser tanto de projetos grandes como de pequenos. Diante do fato, há algumas diferenças na avaliação como a estratégia de avaliação; a lógica de avaliação; o roteiro da mesma; as técnicas de análise; os resultados da avaliação e avaliadores.

Os destinatários da avaliação podem ser dirigentes superiores, administradores ou técnicos, cujos objetivos são: definir políticas e estabelecer prioridades segundo os objetivos da instituição. Os administradores têm a função de distribuir os recursos para a realização do projeto, enquanto os técnicos executam os projetos.

O autor mostra ainda que, para avaliar um projeto, “o indicador é a unidade que permite medir o alcance de um objetivo específico” (COHEN; FRANCO, 1993, p. 152). Os indicadores podem ser diretos ou indiretos. Os indicadores diretos traduzem a obtenção do objetivo específico em uma relação de implicação lógica. Os indicadores indiretos devem ser construídos.

Cohen e Franco (1993) apresentam a seguinte maneira de se construir um indicador. Primeiro, deve-se saber qual o objetivo geral do projeto, em seguida são determinados os seus objetivos específicos. Para cada objetivo específico, são determinadas metas para atingi-lo. Para cada meta, determinam-se quais os indicadores responsáveis para medi-las.

A quantidade de objetivos, metas e indicadores devem ser suficientes para se mensurar o projeto sem comprometê-lo.

Assim, Jannuzzi (2004) e Cohen; Franco (1993) concordam que os indicadores sociais são importantes para a avaliação de projetos sociais.

De acordo com Jannuzzi (2004), os indicadores sociais possuem propriedades que devem ser acionadas a fim de determinar se eles devem ou não ser utilizados em um momento específico. As propriedades a serem observadas são:

- relevância social, a qual o indicador se refere, é um atributo fundamental para justificar a produção e legitimar o emprego no processo de análise, formulação e implementação de políticas;
- validade de um indicador corresponde ao grau de proximidade entre o conceito e a medida, isto é, a capacidade de refletir, de fato, sobre o conceito abstrato a que o indicador se propõe a “substituir” ou “operacionalizar”;
- confiabilidade de um indicador é uma propriedade relacionada à qualidade do levantamento dos dados usados no seu cômputo;
- cobertura, é preciso utilizar indicadores que tenham boa cobertura espacial ou populacional, que sejam representativos da realidade empírica em análise;
- sensibilidade, refere-se à capacidade de se realizarem mudanças significativas, caso as condições que afetam a dimensão social referida sejam alteradas;
- especificidade corresponde a sua propriedade em promover alterações estritamente ligadas às mudanças relacionadas à dimensão social de interesse;
- inteligibilidade, refere-se à transparência da metodologia do indicador. Um indicador deve ser facilmente “comunicável” e compreensível aos demais. A inteligibilidade do indicador é necessária para garantir a transparência e comunicabilidade no seu uso programático;
- periodicidade com que o indicador pode ser utilizado e a possibilidade de sua obtenção a custos razoáveis são aspectos cruciais na construção e seleção de indicadores sociais. É necessário avaliar se a periodicidade com que as estatísticas sociais são produzidas torna possível o emprego do indicador para os propósitos previstos. Além disso, o custo e tempo para obtenção do indicador precisam ser compatíveis com as necessidades e usos que se faz do mesmo.
- historicidade é a propriedade de se dispor de séries históricas extensas e comparáveis do mesmo, de modo a poder comparar o

valor presente com situações do passado, deduzir tendências e avaliar efeitos de eventuais políticas sociais implementadas.

A seleção de indicadores é uma tarefa delicada e não existe uma teoria capaz de orientar a sua escolha. Em primeiro lugar, é preciso garantir que exista uma relação entre indicando (conceito) e os indicadores propostos. Em segundo lugar, é preciso certificar-se da confiabilidade para as cifras calculadas, bem como da inteligibilidade para garantir a transparência das decisões tomadas em bases técnicas.

“Na prática, nem sempre o indicador de maior validade é o mais confiável; nem sempre o mais claro é o mais sensível; enfim, nem sempre o indicador que reúne todas essas qualidades é passível de ser obtido na escala espacial e periodicidade requerida” (JANNUZZI, 2004, p. 31).

A legitimidade social do indicador depende do grau de aderência do mesmo em relação às propriedades mencionadas. Os indicadores sociais disponíveis estão limitados às características, às disponibilidade das estatísticas sociais e às demográficas levantadas.

A seguir, Jannuzzi (2004) apresenta os indicadores sociais mais utilizados na análise da mudança social e na formulação de políticas públicas no Brasil.

2.5.1.1 Tipos de indicadores sociais

Os indicadores referenciados nesse item têm o objetivo de mostrar os vários indicadores que podem ser utilizados na avaliação de projetos sociais, cabendo ao avaliador escolher, entre as opções apresentadas, a que melhor se adapta ao seu projeto.

Os indicadores apresentados foram baseados em Jannuzzi (2004).

2.5.1.1.1 Indicadores demográficos e de saúde

Os indicadores demográficos estão relacionados ao crescimento populacional, assim como os da saúde o fazem com relação ao ciclo de vida da população. Existem algumas taxas que podem melhor caracterizar esses indicadores, são elas:

- taxa de natalidade, responsável por estabelecer os parâmetros básicos para o dimensionamento da população futura, consumidora de bens e serviços e alvo das políticas sociais;
- taxa de crescimento demográfico é a que permite estimar a taxa de expansão nos diversos serviços sociais a serem disponibilizados, como escolas, postos de saúde, a demanda por trabalho, dentre outros;
- taxa de urbanização que é um indicador demo-geográfico capaz de dimensionar a parcela da população que reside em áreas urbanas com maior acesso aos bens públicos, serviços básicos de infraestrutura urbana e serviços sociais;
- taxa de mortalidade infantil tem sido utilizada como um indicador das condições gerais de vida ou saúde de uma região;
- taxa ou proporção de óbitos por causas está associada ao fator epidemiológico das doenças e óbitos de acordo com o nível de desenvolvimento socioeconômico e da oferta de prestação de serviços de saúde para a população;
- indicadores de morbidade e atendimento à saúde correspondem às dimensões necessárias ao acompanhamento contínuo do padrão de saúde da população e da oferta de serviços médicos;
- indicador de desnutrição é calculado a partir do peso e da altura da criança e do adolescente. São variáveis resultantes da quantidade, qualidade e balanceamento da dieta nutricional nas idades de crescimento, além das condições socioeconômicas gerais.

Esses indicadores visam avaliar como está o crescimento populacional com relação à saúde das pessoas, ou seja, saber se as pessoas que nascem têm condições de viver em casas com saneamento básico, luz, telefone, atendimento médico e alimentação adequados as suas necessidades.

2.5.1.1.2 Indicadores educacionais e culturais

Os indicadores educacionais são associados ao nível de escolaridade, bem como ao conhecimento adquirido durante a formação acadêmica de uma pessoa. Eles permitem conhecer o nível de instrução de uma dada população. Os mesmos podem ser medidos pelas seguintes taxas:

- taxa de analfabetismo retrata o nível de (sub)desenvolvimento socioeconômico em termos comparativos internacionais. É resultado das deficiências de oferta e mesmo ausência de programas educacionais no passado;
- taxa de atendimento escolar indica o nível de atendimento escolar do sistema de ensino, nos diferentes níveis;
- taxa de desempenho no sistema escolar é obtida por intermédio de dois indicadores: a) a taxa de evasão que mede a eficácia do sistema a fim de garantir a frequência escolar da população-alvo; e b) a taxa de reprovação que mede a ineficiência do sistema ou dificuldade do aluno em garantir sua progressão pelo sistema de ensino;
- indicadores de acesso à informação e cultura medem o nível educacional alcançado, especialmente em relação ao percentual da população com escolaridades média e superior, bem como o nível de renda;
- indicadores de ciência e tecnologia referem-se à capacidade de investimento em pesquisa e atuam na formação de pesquisadores, sendo, portanto, relevantes para medir a capacidade potencial dos países e regiões em superar condições estruturais do subdesenvolvimento.

Os referidos indicadores refletem o grau de instrução e cultura da população. Quanto mais bem educada e culta é a população, mais ela cobrará do governo melhores condições de atendimento aos demais serviços sociais essenciais.

2.5.1.1.3 Indicadores de mercado de trabalho

Os indicadores de mercado de trabalho estão associados à quantidade de pessoas em idade ativa, à quantidade de vagas ofertadas e ao nível de desemprego da população. Eles podem ser medidos por meio das seguintes taxas:

- taxa de participação, para melhor compreendê-la, faz-se necessário compreender dois conceitos: a) PIA – População em Idade Ativa – corresponde à quantidade de pessoas da população potencialmente aptas a exercerem uma atividade econômica produtiva; e b) PEA – População Economicamente Ativa – são os indivíduos da PIA que estão efetivamente disponíveis para o exercício da atividade econômica. Assim, a taxa de participação corresponde à proporção de indivíduos ocupados ou que busquem trabalho dentre a mão-de-obra efetivamente disponível para a atividade econômica;
- taxa de desemprego aberto e oculto para o setor privado é um sinalizador de demanda ou queda de bens e serviços para o setor público, é também importante para acompanhamento da política econômica e na formulação de políticas de emprego e distribuição de renda. Pessoas desempregadas são aquelas que estão em idade ativa e não possuem emprego, mas estão procurando;
- indicadores de estruturação do mercado de trabalho são calculados como a proporção de assalariados entre os ocupados e a proporção de empregados com carteira assinada entre o total de empregados, ou a proporção dos contribuintes para a previdência social em relação à população ocupada ou PEA. O setor informal pode ser calculado pela quantidade de trabalhadores autônomos, somados aos pequenos proprietários de negócios e aos trabalhadores sem carteira assinada sobre o total dos ocupados.

Os indicadores de mercado de trabalho servem para mostrar se a população ativa está empregada ou há a necessidade de uma maior oferta de empregos. E, portanto, saber em que condições a população está trabalhando.

2.5.1.1.4 Indicadores de renda e pobreza

Os indicadores de renda e pobreza referem-se às condições de vida das pessoas, quanto elas ganham e em que condições vivem. Os indicadores de renda e de pobreza podem ser obtidos por meio dos cálculos das seguintes taxas:

- renda ou PIB (Produto Interno Bruto) *per capita* corresponde ao valor total de bens e serviços produzidos na economia de um país, considerando o tamanho da sua população. Também podem ser entendidos como a soma dos rendimentos pagos aos assalariados e autônomos os pagamentos feitos ao governo, aluguéis e lucros recebidos pelos proprietários;
- renda familiar média é formada pelo somatório das rendas individuais de seus membros, dividida pelo número de membros na família. O nível médio da renda familiar indica mudanças no mercado de trabalho, à medida que os rendimentos do trabalho correspondem à renda disponível. O reajuste do salário mínimo dos benefícios da previdência social e o aumento dos preços dos alimentos e aluguéis têm impacto no poder aquisitivo das famílias;
- indicador de pobreza como insuficiência de renda retrata a carência de rendimentos mínimos ao atendimento das necessidades básicas das pessoas. Ele é responsável por medir o nível de pobreza e de indigência das pessoas de um país. São consideradas famílias indigentes, aquelas cuja renda familiar é inferior ao custo de uma cesta básica de alimentos. São consideradas famílias pobres aquelas cuja renda familiar é inferior ao custo de uma cesta básica que inclui não apenas alimentos mais outros produtos e serviços necessários à sobrevivência no meio urbano ou rural;
- indicador de pobreza como carências múltiplas refere-se à parcela da população que não dispõe de escolaridade, acesso à saúde, habitação adequada, ou trabalho regular, sendo capaz de medir a quantidade de pobres, carentes e excluídos;

- índices de custo de vida e de preços ao consumidor são indicadores econômicos que expressam a variação média dos preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias, os quais informam o nível médio da inflação observada no país ou região. O índice de custo de vida é importante para o monitoramento da conjuntura social, pois permite verificar o impacto das variações de preços sobre o poder aquisitivo familiar, sobretudo da parcela da população que possui rendimentos nos limites da linha de indigência e pobreza.

Os indicadores de renda e pobreza servem para indicar se a renda da pessoa é suficiente para que ela viva em condições dignas.

2.5.1.1.5 Indicadores habitacionais e de infra-estrutura urbana

Os indicadores habitacionais e de infra-estrutura urbana medem o número de domicílios adequados para uma família morar, bem como o acesso a serviços de infra-estrutura básica. Pode-se melhor compreendê-lo pelas seguintes taxas:

- proporção de domicílios adequados refere-se à estrutura física dos domicílios e seus entornos como: composição material das paredes, pisos e telhados, disponibilidade de ligação à rede elétrica, existência e tipo de instalação sanitária, existência de esgoto; e ainda, a quantidade de cômodos na casa, número de quartos de dormir, e a separação de funções (para preparação de alimentos, higiene pessoal, repouso e interação social). Há ainda a necessidade de consultar os moradores com relação a suas moradias, vizinhanças, bairros, facilidade de transporte e compras;
- taxa de cobertura dos serviços urbanos faz referência ao acesso à rede de serviços de infra-estrutura básica como: luz elétrica, abastecimento de água tratada, saneamento e coleta de lixo. Historicamente, pode-se observar a diminuição da mortalidade infantil no Terceiro Mundo, à medida que aumenta a cobertura desses serviços;

- indicadores de infra-estrutura de transporte avaliam o serviço de transporte de maneira a verificar o tempo, o conforto e os riscos da população no deslocamento para o trabalho e escola. Pode-se observar, também, a influência desses fatores no cotidiano das pessoas, fazendo com que elas optem por um transporte ou outro.

Os indicadores habitacionais e de infra-estrutura urbana medem em que condições estão os domicílios onde as pessoas vivem, e como é o acesso a serviços de infra-estrutura básica, como transporte, saneamento, dentre outros.

2.5.1.1.6 Indicadores de qualidade de vida e do meio ambiente

Os indicadores de qualidade de vida e do meio ambiente indicam quais as condições de vida das pessoas em suas casas (satisfação com a moradia, o bairro, a vizinhança, cidade, atendimento às necessidades básicas, atendimento às aspirações culturais, lazer) e como está o meio ambiente em que elas vivem (contaminação dos rios, mares e lagos, desmatamento, poluição do ar). Pode-se medir esse indicador da seguinte maneira:

- indicadores subjetivos da qualidade de vida são construídos a partir do levantamento de um conjunto de opiniões, impressões e avaliações sobre diferentes aspectos como satisfação quanto ao domicílio, às facilidades existentes nos bairros, às economias e deseconomias da vida no município, às condições materiais e aspirações pessoais;
- indicadores de criminalidade e homicídios para mostrar o nível de segurança das pessoas. Nos grandes centros, o crescente número de assaltos tem tirado as pessoas do convívio social, fazendo com que elas fiquem em casa;
- indicadores de alocação do tempo referem-se ao tempo disponível que a pessoa desfruta quando se permite ao convívio familiar e social, lazer, às atividades esportivas e culturais. Nos grandes centros, pode-se dizer que, boa parte desse tempo é perdido no

trânsito, seja em congestionamentos ou nas grandes distâncias que devem ser percorridas de um lugar para outro;

- indicadores ambientais visam buscar informações sobre as condições ambientais como a qualidade do ar e da água encanada, a existência de sistemas de tratamento de esgotos, o lixo, o nível da poluição sonora e visual, a existência de parques e áreas verdes, e o consumo residencial de energia.

Os indicadores dizem respeito à disponibilidade de recursos naturais, à forma de uso dos mesmos e aos resíduos gerados no seu consumo.

2.5.1.1.7 Indicadores político-sociais e de opinião pública

Os indicadores político-sociais e de opinião pública referem-se ao acesso das pessoas em relação às questões política, sociais e de opinião pública como o acesso aos direitos, à sindicalização e ao associativismo, ao comparecimento às eleições e aos problemas da sociedade, vejamos cada um deles.

- indicadores de acesso aos direitos verificam se as pessoas têm acesso a programas oferecidos pelo governo, porém para ter acesso aos mesmos é necessário, muitas vezes, que se tenham feito contribuições prévias para o sistema ou que se preencham os requisitos pela comprovação de documentos;
- taxa de sindicalização e associativismo, a sindicalização foi, por um bom tempo, combatida pelos empresários, já que a reunião dos trabalhadores não os favorecia. Hoje, há um número cada vez maior de trabalhadores sindicalizados, que lutam por seus direitos. Houve também um número expressivo de pessoas que começaram a se reunir em associações, haja vista sentirem-se mais seguras para reivindicar seus direitos;
- taxa de comparecimento às eleições corresponde ao grau de participação da população nas questões político-sociais. A mesma

mostra o quanto as pessoas estão preocupadas com as questões político-sociais e econômicas de nosso País;

- indicadores de opinião pública são obtidos por intermédio de pesquisas de opinião realizadas junto à população, por institutos de opinião pública e organizações não-governamentais para se saber o que as pessoas pensam sobre determinados assuntos como: nível de corrupção do governo, desempenho dos governantes e, sobre os principais problemas da sociedade.

Esses indicadores analisam se as pessoas conhecem seus direitos e têm acesso a eles, com relação às questões político-sociais e de opinião pública.

2.5.1.1.8 Índices de desenvolvimento e pobreza humanos

Os índices de desenvolvimento e pobreza humanos são formados pelo conjunto de outros índices para medir os progressos nas áreas da educação, saúde, recursos materiais para a sobrevivência e a privação desses três itens.

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano é formado pela aglutinação de outros indicadores como: o nível educacional (calculado a partir das taxas de alfabetização de adultos e de escolarização), a esperança de vida (medida pelas condições de saúde e riscos de morbi-mortalidade), e o PIB *per capita* (medido pela necessidade de recursos monetários para compra de bens e serviços indispensáveis à sobrevivência material em cada país). O cálculo do IDH possui uma certa fragilidade, pois utiliza o PIB em seu cálculo; contudo, além da renda das famílias, ele utiliza as rendas das empresas e do governo. Esse fato não invalida o índice, mas mostra a sua limitação e falta de especificidade para retratar avanços e retrocessos das políticas sociais. Outros indicadores associados ao IDH vêm sendo criados como o IDG – Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero e o MPG – Medida de Participação segundo o Gênero. Tais indicadores procuram refletir as desigualdades entre homens e mulheres na realização do desenvolvimento e nas conquistas de oportunidades econômicas e políticas;

IPH – Índice de Pobreza Humana visa medir o grau de pobreza humana ou a privação de meios básicos à sobrevivência. Nos países subdesenvolvidos, esse índice é calculado por meio da combinação do risco de mortalidade após os 40 anos (privação da longevidade e saúde), da taxa de analfabetismo (privação à educação) e de um indicador-

síntese de três recursos para a sobrevivência que representa a proporção de pessoas sem acesso à água potável; a proporção de serviços de saúde e a de crianças desnutridas, a qual é medida pela adequação do peso dessas. Nos países desenvolvidos, o índice é calculado por meio da combinação do risco de mortalidade após os 60 anos (privação da longevidade), taxa de analfabetismo funcional (privação à educação e cultura), pela proporção de pessoas com rendimentos insuficientes e pela taxa de desemprego de longo prazo (privação de renda e emprego para gerar a sobrevivência).

Tais índices medem, de uma maneira geral, em que condições vivem as pessoas de uma região e são a junção dos demais.

2.6. Considerações Finais

Neste capítulo, tratou-se da fundamentação teórica para o estudo de caso que será apresentado no capítulo 3. Para isso, fez-se necessário apresentar alguns conceitos de empreendedorismo, do perfil do empreendedor, das mudanças ocorridas nas Universidades no que tange à formação dos acadêmicos, à importância desses desenvolverem atividades sociais, *service learning*, e como é possível avaliar as ações realizadas pelos acadêmicos. Em virtude disso, apresentaram-se alguns indicadores sociais e como podem ser calculados.

3 ESTUDO DE CASO – PUCPR – CAMPUS TOLEDO

O estudo de caso apresenta e analisa a implantação de uma disciplina em uma universidade brasileira, na qual os acadêmicos precisam realizar trabalhos comunitários. Nesse sentido, serão apresentadas questões sobre a constituição do Projeto Comunitário na Pontifícia Universidade Federal do Paraná – PUCPR – *Campus* Toledo, o desenvolvimento das atividades e avaliação realizada pelos acadêmicos da universidade, as Instituições conveniadas e as pessoas beneficiadas.

O estudo de caso serve como subsídio para o estabelecimento de diretrizes considerando o tipo de programa apresentado no capítulo 4.

3.1 A Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR

3.1.1 Um breve histórico

Criada em 14 de março de 1959 pelo então Arcebispo Metropolitano de Curitiba, Dom Manuel da Silveira D'Elboux, como Universidade Católica do Paraná, foi constituída pelas seguintes unidades:

- Escola de Serviço Social (fundada em 1944);
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Curitiba (fundada em 1950);
- Escola de Enfermagem Madre Leônia (fundada em 1953);
- Faculdade Católica de Direito do Paraná (fundada em 1956);
- Faculdade de Ciências Médicas (fundada em 1956);
- Faculdade de Ciências Econômicas (fundada em 1957) – desagregada em 1977;
- Círculo de Estudos Bandeirantes (fundado em 1929) – desagregado em 1965, o qual se vincula novamente em 1987, como órgão cultural da Universidade.

A Universidade Católica do Paraná foi reconhecida pelo Governo Federal em 17 de maio de 1960, pelo Decreto n.º 48.232. Em 8 de novembro de 1985, foi elevada pela Santa Sé à condição de pontifícia, título concedido às Universidades Católicas que tenham demonstrado, por vários anos, um acervo de serviços meritórios prestados à sociedade e à Igreja. Trata-se, pois, de um reconhecimento da ação progressiva de aperfeiçoamento e segurança, não apenas da Instituição, mas de seus professores, funcionários e administradores.

O *Campus* de Curitiba oferece quarenta e três cursos de graduação, além de especialização, mestrado e doutorado, divididos em quatro centros universitários: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, Centro de Teologia e Ciências Humanas, Centros de Ciências Jurídicas e Sociais.

Em 1991, foi criado o *Campus* de São José dos Pinhais, o que ocasionou uma expansão no número de cursos ofertados pela instituição; são oito cursos de graduação, divididos em dois centros universitários: Centro de Ciências Agrárias e Ambientais e o Centro de Ciências Sociais Aplicada, além de cursos de especialização.

Em 1998, foi implantada a Fazenda Experimental, no município de Fazenda Rio Grande, fato que ampliou a prática educacional, haja vista ter proporcionado aos acadêmicos o contato com as mais novas tecnologias agrárias, a fim de desenvolverem diversos projetos na área agropecuária.

Tendo adotado uma política de expansão, a Universidade criou mais três novos *Campi*, que vieram integrar a estrutura de ensino. Foram implantados o *Campus* de Londrina (2000), o *Campus* de Toledo (2002) e o *Campus* de Maringá (2003).

O *Campus* de Londrina possui sete cursos de graduação, distribuídos em apenas um centro universitário: Centro de Ciências Jurídicas e Empresariais, além de cursos de especialização.

O *Campus* de Toledo possui sete cursos de graduação, também distribuídos em um centro universitário: Centro de Ciências, Tecnologia e Produção, além de cursos de especialização.

O último *Campus* a ser criado foi o de Maringá, que possui três cursos de graduação e um único centro universitário: Centro de Ciências Aplicadas e da Saúde.

Para assegurar a integração entre a universidade e a empresa, a PUCPR criou o Programa Tecnópolis, cujo objetivo é buscar recursos financeiros por intermédio de programas governamentais de incentivo fiscal. Aberto a todo o corpo docente da universidade, o Programa Tecnópolis cria melhores condições para a pesquisa científica e

tecnológica nos meios acadêmico e empresarial, bem como promove uma relação produtiva entre a universidade e a comunidade.

O intercâmbio com Universidades do Canadá, França, Estados Unidos, Itália, Japão, China, Espanha, Nova Zelândia e Argentina permite ao acadêmico um contato com outras culturas e com padrões internacionais de trabalho.

Para evitar um hiato entre os estudos e suas aplicações práticas, a PUCPR investe em laboratórios e usinas-piloto, como os laboratórios de informática e a usina-piloto para o curso de engenharia de alimentos ou as clínicas odontológicas que diariamente atendem a centenas de pacientes oriundos das populações carentes de Curitiba e do interior do estado do Paraná.

Estágios, visitas às empresas, conferências com *experts* em diferentes áreas diminuem a distância que separa o acadêmico do profissional.

Além de oferecer cursos e atividades de ensino, pesquisa e extensão, tanto na graduação quanto na pós-graduação, a PUCPR desenvolve também programas sociais. O Centro Social Champagnat e os Programas ProAção em Tijucas do Sul, Guaraqueçaba, Paranaguá, Fazenda Rio Grande, Guaratuba e São José dos Pinhais são exemplos concretos desse trabalho.

A Aliança Saúde PUCPR – Santa Casa é formada por um conjunto de instituições mantidas pela Sociedade Paranaense de Cultura e pela Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba, além de unidades conveniadas com a Secretaria de Estado de Saúde do Paraná e Secretarias Municipais da Região Metropolitana de Curitiba. Integram as alianças, o Hospital Universitário Cajuru, as Clínicas Integradas da PUCPR (Clínicas de Odontologia, Psicologia, Fisioterapia, Fonoaudiologia e Farmácia Modelo), o Laboratório Farmacêutico Cajuru, o Hospital de Caridade, o Hospital Psiquiátrico Nossa Senhora da Luz, o Plano de Saúde Ideal, o Hospital Comunitário Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (no município de Pinhais) e o Hospital e Maternidade Alto Maracanã (no município de Colombo).

Tal aliança assegura um crescimento quantitativo e qualitativo na área de assistência médica. Beneficia a sociedade com atendimento hospitalar e os alunos com oportunidades diversificadas de atuação, principalmente nos estágios supervisionados, bem como contribui para a integração da teoria com a prática na formação acadêmica e profissional.

A PUCPR estrutura-se em unidades universitárias que coordenam e executam atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. As unidades classificam-se em:

Instalações Desportivas, Parque Computacional, Teatros, Auditórios, Salas de Projeção e Vídeo, Museu Universitário, Museu de Zoologia e Herbário.

Preocupada em formar não apenas um profissional, mas um cidadão consciente das questões sociais, a PUCPR busca criar uma base ética suficientemente forte para que o acadêmico aprenda a respeitar sua profissão, tomando como medida o respeito por si mesmo e pela comunidade para qual levará seus conhecimentos.

Assim, o objetivo da PUCPR é preparar os acadêmicos para enfrentar, com a mesma sabedoria, tanto as questões externas complexas quanto as delicadas questões interiores.

3.1.2 A missão

"A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, orientada por princípios éticos, cristãos e maristas, tem por missão desenvolver e difundir o conhecimento e a cultura e promover a formação integral e permanente dos cidadãos e profissionais comprometidos com a vida e com o progresso da sociedade".

3.2 O Projeto Comunitário

3.2.1 O projeto comunitário na PUCPR

De acordo com relatos de Cruz e Radzynski (2005), a constituição do Projeto Comunitário deu-se da seguinte maneira: segundo o Pró-Reitor Comunitário e de Extensão da PUCPR, Prof. Dr. Adilson Moraes Seixas, a idéia do Projeto Comunitário da PUCPR surgiu de uma visita do Reitor da referida Universidade, Prof. Dr. Ir. Clemente Ivo Juliatto, à Costa Rica, onde conheceu o trabalho comunitário desenvolvido pela Universidade Federal daquele país, no qual os acadêmicos desenvolvem 400 horas de trabalho comunitário. Em visita ao México, o Reitor conheceu o trabalho realizado na Universidade de Monterrey,

uma universidade privada, onde os alunos desenvolvem 400 horas de atividades comunitárias e mais 400 horas obrigatórias que substituem o trabalho militar.

Ao retornar à PUCPR, o Reitor, impressionado, com o trabalho comunitário desenvolvido pelos jovens universitários, e principalmente com o papel social desenvolvido por aquelas universidades, solicita ao Pró-Reitor Comunitário que crie um projeto semelhante àquele, mas, adaptado à realidade brasileira.

Os projetos desenvolvidos nas Universidades de Monterrey e Federal da Costa Rica chamaram a atenção no que se refere à oportunidade oferecida pelas universidades aos jovens universitários. Eles podem ter a oportunidade de conhecer realidades diferentes das que estão acostumados e perceber que existe uma população excluída da sociedade por diversas razões (saúde, carência financeira, acessibilidade, dentre outras).

Em cumprimento à solicitação do Reitor, o prof. Dr. Seixas viaja para a Costa Rica e posteriormente para o México, onde conhece as propostas de trabalho comunitário desenvolvidos naquelas instituições de ensino.

O Prof. Seixas menciona a diferença entre as duas propostas

“[...] ‘a grande diferença entre as duas instituições de ensino, é que uma é particular como a nossa e a outra é estatal. Na Federal da Costa Rica, todos os professores têm vínculo de tempo integral, o que facilita o acompanhamento das atividades na ponta. A Universidade de Monterrey é semelhante à nossa, e tem todas as características funcionais que nós temos, por serem também, os seus professores, na maioria, pagos por hora aula’. Essas diferenças, com relação ao vínculo dos professores, são importantes, quando enfoca-se o Projeto Comunitário como Programa de Aprendizagem. Sendo um PA, o Projeto Comunitário deverá ter professores que acompanhem o processo de aprendizagem do aluno, sua inserção nessa realidade, muitas vezes desconhecida. A não indicação de carga horária para esse PA e a necessidade de acompanhamento dos alunos têm como consequência, na Universidade, o questionamento à proposta por parte do corpo docente e por outro lado à adesão, como voluntários, de alguns docentes” (CRUZ; RADAZYNSKI, 2005, p. 43).

Na tentativa de adequar essa proposta aos princípios da universidade, às normas internas e a sua cultura, os pró-reitores debateram exaustivamente a proposta. Apareceram entraves, sendo o primeiro deles encontrado quando determinou-se que seria um Programa de Aprendizagem (PA), presente em todos os cursos de graduação da Universidade. A partir daí começa uma discussão, se é uma atividade acadêmica, deveria estar locada na Pró-Reitoria Acadêmica, mas por estar voltada à comunidade, o Reitor definiu que permanecesse na Pró-Reitoria Comunitária.

Com a inserção do Projeto Comunitário na Pró-Reitoria Comunitária, houve entraves na sua implantação, e um deles foi a dificuldade dos acadêmicos a aceitarem como uma aprendizagem, muitos entenderam como uma prestação de serviço.

Após a aprovação do Projeto pelo Reitor, foi explicado aos Decanos de Centros o que era o Projeto Comunitário. O Prof. Seixas diz “[...] mostramos detalhadamente o projeto, explicando o seu funcionamento e solicitando a colaboração dos mesmos [...] as barreiras levantadas foram grandes, chegando alguns decanos a afirmar que o projeto seria inviável [...]”. Apesar da resistência de alguns deles, a proposta foi encaminhada para o CONSUN (Conselho Universitário).

O encaminhamento e debate no CONSUN não foi menos conflitivo, fizeram-se vários questionamentos, mas a decisão do Reitor prevaleceu e o projeto foi aprovado.

A seguir, foi montada a equipe que deveria coordenar o Projeto Comunitário. Para a coordenação do Projeto Comunitário foi convidada a Prof. Dr^a Marilda Lilli Coberlini, uma pessoa que, segundo o Pró-Reitor Comunitário, Prof. Seixas, tinha o perfil para trabalhar nesse projeto, uma pessoa com muita experiência na área; sua escolha se deu pelo seu reconhecimento enquanto profissional. Após a aceitação da Prof. Marilda como coordenadora do Projeto Comunitário, outros professores foram convidados a fazerem parte dessa nova empreitada.

No dia 02 de janeiro de 2002, houve a primeira reunião com o Pró-Reitor Comunitário, em que foram designadas as atribuições da equipe. A partir de 01 de março daquele ano, deveria estar elaborada a concepção e dados os primeiros encaminhamentos operacionais para colocar o Projeto Comunitário em ação naquele semestre.

No desenvolvimento das atividades administrativas, foram contratados alunos que atuavam como estagiários na instituição, sendo que alguns deles tornaram-se funcionários.

A partir de 2004, o *Campus* de Londrina instalou o Projeto Comunitário com a participação de dois religiosos, Pe. César e Ir. Gilmar. Em 2005, o *Campus* de Toledo iniciou suas atividades referentes ao Projeto Comunitário, tendo na coordenação desse trabalho a prof^a Renata de Martins Faria Vieira Heis, e neste ano de 2006, o *Campus* de Maringá teve as primeiras turmas no Projeto Comunitário, mas até o presente momento, a coordenação está sendo realizada pela equipe de Curitiba.

O Projeto Comunitário é um Programa de Aprendizagem de 36 horas, no qual, os acadêmicos têm, do 5^o ao último período do curso, que cumprir a carga horária. Para isso, o acadêmico deve assistir a uma palestra de preparação de quatro horas de duração, em dia e local previamente estabelecidos e realizar uma atividade de 32 horas em uma Instituição credenciada pela Coordenação do Projeto Comunitário. O cumprimento da carga horária na

Instituição deve ser realizado, pelo acadêmico, de maneira que não comprometa a frequência nem desempenho do mesmo nas aulas.

O Projeto Comunitário possui normas que devem ser seguidas tanto pela Coordenação quanto por acadêmicos e Instituições Conveniadas. As normas estão disponíveis no Anexo A – Manual do Acadêmico e no Anexo B – Manual de Orientações Gerais aos Responsáveis das Instituições Conveniadas.

3.2.1.1 Etapas a serem desenvolvidas pelo acadêmico

Para que o acadêmico possa realizar o Projeto Comunitário, deve cumprir cinco etapas para que a efetivação da sua carga horária possa ser realizada, sendo elas mencionadas a seguir.

A primeira etapa corresponde à participação na Etapa de Preparação, refere-se a uma palestra com duração de quatro horas, a qual o acadêmico deve assistir no dia e local previamente determinados. Essa etapa é pré-requisito para a realização da sua inscrição nas ações sociais ofertadas pela Coordenadoria do Projeto Comunitário.

A segunda etapa refere-se à inscrição que o acadêmico deve fazer de acordo com ações sociais apresentadas no *site* do Projeto Comunitário.

Na terceira etapa, o acadêmico deve, efetivamente, realizar a ação social para qual ele se inscreveu.

A quarta etapa corresponde ao preenchimento do Relatório Final de Avaliação no sistema IGER da PUCPR, referente à inscrição e à ação realizada. Para acessar o referido sistema, o acadêmico deve colocar o número do seu código estudantil e senha. Caso o acadêmico realize mais de uma ação comunitária, deve preencher tantos relatórios quantas sejam as ações por ele realizadas.

A quinta e última etapa corresponde à validação da frequência dos acadêmicos pelos responsáveis das ações sociais. A Instituição, a qual o acadêmico realizou sua ação comunitária, deverá encaminhar a Coordenação do Projeto Comunitário, a Ficha de Frequência e a Ficha de Avaliação do Acadêmico para que possam ser validadas as horas realizadas, bem como o desempenho dos acadêmicos na atividade.

O acadêmico que, por algum motivo, necessitar, poderá realizar o cancelamento de sua ação comunitária; para isso, ele deve comparecer à Coordenadoria do

Projeto Comunitário para preencher uma declaração a fim de solicitar o seu cancelamento e informar o motivo que o levou a fazê-la. Para realizar nova inscrição, o acadêmico deverá esperar o próximo semestre e se inscrever no *site* da PUCPR.

O acadêmico que cometer algum ato de indisciplina ou conduta indevida, aos quais estão no Regimento Geral da PUCPR, art. 128 e 129; e ainda não comparecer a ação comunitária três dias consecutivos, sem aviso prévio, poderá ter suas inscrições canceladas pela Coordenação do Projeto Comunitário.

O acadêmico que não quiser realizar nenhuma das ações sociais oferecidas pela Coordenadoria do Projeto Comunitário poderá sugerir uma ação. Para isso, o acadêmico deverá preencher um documento disponível no *site* do Projeto Comunitário e encaminhá-lo à Coordenação para análise e aprovação da atividade.

3.2.1.2 Instruções às instituições conveniadas

Quando a PUCPR – *Campus* Toledo entra em contato com uma Instituição para que receba seus acadêmicos, a instituição escolhida passa algumas instruções de como eles devem proceder. Mas, para uma melhor compreensão das normas do Projeto Comunitário, primeiramente é informada qual a missão da PUCPR, em seguida, são abordados os objetivos do Projeto Comunitário, bem como as etapas que os acadêmicos devem cumprir para a realização de suas ações sociais.

Outro ponto abordado é a parceria com as instituições sociais, em que é explicado como as instituições podem ser parceiras da PUCPR. A parceria é realizada por meio de um convênio de cooperação técnica, científica e financeira, celebrada entre a instituição interessada e a PUCPR. Para a assinatura do Termo de Cooperação entre as partes, faz-se necessário que as instituições providenciem alguns documentos, os quais serão encaminhados ao Departamento Jurídico para ser providenciado o Convênio.

São abordados, também, os tipos de atividades que não são aceitas pela PUCPR como atividade do Projeto Comunitário, bem como quais são as obrigações da PUCPR e quais são as obrigações das instituições candidatas ao convênio.

Para finalizar, trata-se do processo de inclusão do acadêmico na instituição social conveniada, o qual informa que toda instituição deve ter uma pessoa responsável por

receber e acompanhar os acadêmicos, enquanto esses estão realizando suas atividades na instituição.

3.2.2. A implantação do projeto comunitário em Toledo

3.2.2.1. 2º semestre de 2004

A constituição do Projeto Comunitário no Campus Toledo deu-se no 2º semestre de 2004, quando as professoras Marilda Lilli Coberlini e Mari Regina Anastácio (responsáveis pelo Projeto Comunitário em Curitiba) vieram ao *Campus* para conversar com algumas Instituições de Toledo, pré-selecionadas pelo prof. Sérgio De Angelis (Decano do Centro de Ciência, Tecnologia e Produção – CCTP) a fim de explicar o que é o Projeto Comunitário na PUCPR e como ele funciona. Mencionou-se ainda, quais atividades podem ser realizadas como Projeto Comunitário e quais não podem. Esse processo se fez necessário, pois a partir do 1º semestre de 2005, haveria cinco turmas na quais os acadêmicos já poderiam iniciar suas ações sociais.

Durante a reunião com as Instituições, foram apresentados dois vídeos sobre o Projeto Comunitário, no primeiro, o Reitor da PUCPR falou sobre o Projeto Comunitário e mostrou algumas imagens das favelas e da condição de pobreza e miséria que vivem muitas pessoas em Curitiba. No segundo vídeo, foram apresentados os depoimentos de acadêmicos, de Instituições Conveniadas e das pessoas beneficiadas pelo Projeto Comunitário.

Na oportunidade, as Instituições tiraram dúvidas quanto ao Projeto Comunitário e se comprometeram com a abertura de novas vagas para que os acadêmicos realizem as referidas ações sociais. Após a reunião, as Instituições tiveram um prazo para encaminhar o Formulário para Parceiros Externos com a relação de atividades, o número de vagas e horários para os acadêmicos da PUCPR e ainda, a documentação para a realização do convênio.

Participaram da reunião as seguintes instituições: Ação Social São Vicente de Paulo; Casa de Maria; e Obra Social Nossa Senhora da Glória – Fazenda Esperança Cristo Rei.

3.2.2.2 1º Semestre de 2005

No 1º semestre de 2005, no *Campus* Toledo, havia cinco turmas aptas para o início de suas atividades no Projeto Comunitário, sendo uma turma de cada curso: Administração, Ciências Biológicas, Engenharia de Produção Agroindustrial, Filosofia e Medicina Veterinária. Nesse semestre, havia oitenta e dois acadêmicos que estavam no 5º período de seus cursos e poderiam realizar suas ações sociais no Projeto Comunitário, mas para isso, fazia-se necessário que eles participassem da Etapa de Preparação, que consiste em tomar parte de uma palestra de quatro horas de duração. O acadêmico que não assiste à palestra não pode realizar sua ação no Projeto Comunitário no semestre, aquele deverá assistir à palestra no semestre seguinte, quando for ofertada, novamente, a Etapa de Preparação do Projeto Comunitário.

No dia 07 de março de 2005, as professoras Marilda Lilli Coberlini e Mari Regina Anastácia vieram ao *Campus* Toledo realizar a Etapa de Preparação para os acadêmicos. A palestra ocorreu de manhã, para os cursos diurnos, e à noite para os cursos noturnos.

Nessa palestra, a Prof. Marilda conversou com os acadêmicos sobre a situação de pobreza em que vivem muitas pessoas em nosso país, cujos focos principais eram o Paraná e mais precisamente o município de Toledo. Em seguida, foi colocado o vídeo em que o Reitor defendeu a idéia do Projeto Comunitário e mostrou as cenas de Curitiba. Na seqüência, a prof. Mari discorreu sobre o Manual do Acadêmico, no qual estão abordadas todas as etapas a serem executadas pelos acadêmicos, e assim, esses validaram o número ideal de horas a serem cumpridas. Em seguida, a Prof. Renata falou a respeito das instituições conveniadas em Toledo e quais atividades estão sendo ofertadas. Por fim, a prof. Marilda realizou uma dinâmica com os acadêmicos, em que eles deveriam escolher um cartaz com as frases:

- a) ajudar as pessoas carentes;
- b) conhecer uma nova área, aprendendo novos conceitos;
- c) praticar meus conhecimentos acadêmicos, desenvolvendo pessoas e a comunidade;
- d) enfrentar como cidadãos as questões sociais, trabalhando para inclusão social;
- e) outros.

Após a escolha, cada grupo se reuniu e discutiu porque escolheu aquele cartaz. Assim, um representante de cada grupo expôs o que foi discutido para o grande grupo. Como última atividade da reunião, os acadêmicos assistiram a um vídeo com os depoimentos de outros acadêmicos, instituições e pessoas beneficiadas de Curitiba.

O número de acadêmicos que poderiam realizar ações sociais, a relação dos que assistiram à palestra da Etapa de Preparação e os que fizeram inscrição no Projeto Comunitário no 1º semestre de 2005 estão na Tabela 1.

Tabela 1 – Acadêmicos com Inscrição no Projeto Comunitário no 1º Semestre de 2005

Curso	Acadêmicos 5º período	Etapa de Preparação	Sem Etapa de Preparação	Inscritos Atividade	Não Inscritos Atividade	Completaram 32 horas
Administração	11	10	1	7	4	2
Ciências Biológica	11	11	0	9	2	5
Eng. Prod. Agroindustrial	19	18	1	13	6	6
Filosofia	13	13	0	12	1	7
Med. Veterinária	28	25	3	7	21	0
Total	82	77	5	48	34	20

Fonte: Resultados obtidos por meio de levantamento de dados (2005)

Havia oitenta e dois acadêmicos regularmente matriculados no 5º período no 1º semestre de 2005, dentre os quais setenta e sete deles assistiram à Etapa de Preparação do Projeto Comunitário, e apenas cinco não o fizeram. Dos setenta e sete acadêmicos que participaram da palestra, quarenta e oito deles se inscreveram em alguma atividade do Projeto Comunitário e apenas trinta e quatro não o fizeram.

Dos quarenta e oito acadêmicos inscritos no Projeto Comunitário, vinte deles completaram as trinta e duas horas na Instituição, no 1º semestre de 2005. Oito acadêmicos cumpriram uma parte da carga horária na instituição, os quais devem fazer nova inscrição para completar suas horas de trabalho; e vinte deles ainda estavam realizando suas atividades, concluídas no 2º semestre de 2005. Essas informações podem ser observadas na Tabela 2.

Tabela 2 – Acadêmicos com Carga Horária Completa ou Incompleta no Projeto Comunitário durante o 1º semestre de 2005

Curso	Acadêmicos 5o período	Completo 32 horas	Completo a Carga Horária Parcialmente	Não Completo 32 horas
Administração	11	2	2	3
Ciências Biológica	11	5	1	3
Eng. Prod. Agroindustrial	19	6	2	5
Filosofia	13	7	1	4
Med. Veterinária	28	0	2	5
Total	82	20	8	20

Fonte: Resultados obtidos por meio de levantamento de dados (2005)

No 1º semestre de 2005, o número de instituições credenciadas ao Projeto Comunitário no *Campus* Toledo era pequeno, bem como a quantidade de vagas ofertadas pelas Instituições aos acadêmicos. Em virtude disso, muitos deles optaram por realizar projetos internos junto aos professores de seu curso.

As vagas ofertadas, tanto em Instituições Externas Conveniadas quanto em Projetos Internos, podem ser verificadas na Tabela 3.

Tabela 3 – Quantidade de Vagas Ofertadas por Projeto Externo e Interno no 1º Semestre de 2005

Projetos Externos	Vagas Ofertadas	Qtde de Atividades	Vagas Preenchidas
Ação Social São Vicente de Paulo	16	8	8
Casa de Maria	54	20	8
Fazenda Esperança Cristo Rei	11	6	5
Total	81	34	21
Projetos Internos	Vagas Ofertadas	Qtde de Atividades	Vagas Preenchidas
APA – Associação Promocional e Assistencial de Toledo	5	1	5
APAE – Palotina	1	1	1
APAE – Toledo	1	1	1
Associação dos Deficientes Visuais de Toledo	7	1	7
Escola Municipal Arsênio Heiss	1	1	1
Escola Municipal São Francisco de Assis	2	2	2
Pastoral da Criança - Paróquia São Francisco de Assis	10	1	10
Total	27	8	27

Fonte: Resultados obtidos por meio de levantamento de dados (2005)

É possível observar pela Tabela 3 que, no 1º semestre de 2005, havia somente três instituições conveniadas, as quais totalizavam oitenta e uma vagas ofertadas,

sendo preenchidas vinte e uma vagas. Os acadêmicos tinham trinta e quatro atividades como opções, nessas instituições.

Apesar da quantidade de vagas ofertadas, vinte e sete acadêmicos optaram por projetos internos, os quais foram auxiliados por sete professores da PUCPR – *Campus Toledo*.

3.2.2.3 2º Semestre de 2005

Durante o 2º semestre de 2005, no *Campus Toledo*, havia oito turmas que estavam aptas a realizarem suas atividades no Projeto Comunitário, sendo elas: uma turma no curso de Administração (6º período); uma turma no curso de Ciências Biológicas (6º período); três turmas no curso de Engenharia de Produção Agroindustrial (4º, 5º e 6º períodos); uma turma no curso de Filosofia (6º período) e duas turmas no curso de Medicina Veterinária (5º e 6º períodos).

Na Tabela 4, estão o número de acadêmicos em cada turma e quantos se inscreveram para a atividade no projeto comunitário.

Tabela 4 – Inscrição no Projeto Comunitário no 2º Semestre de 2005

	Acadêmicos			Etapa de Preparação			Sem Etapa de Preparação			Inscritos Atividade		
	4o per.	5o per.	6o per.	4o per.	5o per.	6o per.	4o per.	5o per.	6o per.	4o per.	5o per.	6o per.
Administração	0	0	11	0	0	10	0	0	1	0	0	4
Ciências Biológica	0	0	11	0	0	11	0	0	0	0	0	6
Eng. Prod. Agroindustrial	11	18	19	10	15	18	1	3	1	6	8	11
Filosofia	0	0	13	0	0	13	0	0	0	0	0	4
Medicina Veterinária	0	14	28	0	10	25	0	4	3	0	10	16
Total	11	32	82	10	25	77	1	7	5	6	18	41
Total Geral	125			112			13			65		

Fonte: Resultados obtidos por meio de levantamento de dados (2005)

Havia cento e vinte e cinco acadêmicos aptos a realizarem atividade referente ao Projeto Comunitário no 2º semestre de 2005; desses cento e doze participaram da

Etapa de Preparação e treze não o fizeram. Dos cento e doze acadêmicos que poderiam se inscrever em atividades do Projeto Comunitário, sessenta e cinco deles assim o fizeram.

Na Tabela 5, podem-se observar o número de acadêmicos que não se inscreveram no Projeto Comunitário, aqueles que completaram as trinta e duas horas, os que cumpriram uma parte da carga horária e ainda aqueles que não completaram as trinta e duas horas necessárias ao projeto comunitário.

Tabela 5 – Acadêmicos não Inscritos no Projeto Comunitário no 2º Semestre de 2005 e Carga Horária Realizada

Curso	Não Inscritos Atividade			Completo 32 horas			Completo Parcialmente a Carga Horária			Não Completo 32 horas		
	4o per.	5o per.	6o per.	4o per.	5o per.	6o per.	4o per.	5o per.	6o per.	4o per.	5o per.	6o per.
Administração	0	0	5	0	2	1	0	0	2	0	0	1
Ciências Biológica	0	0	0	0	5	4	0	0	0	0	0	2
Eng. Prod. Agroindustrial	6	10	2	5	6	9	0	2	0	0	0	2
Filosofia	0	1	1	0	9	4	0	0	0	0	0	0
Med. Veterinária	0	6	12	0	0	4	0	7	11	0	0	2
Total	6	17	20	5	22	22	0	11	13	0	0	7
Total Geral	43			49			24			8		

Fonte: Resultados obtidos por meio de levantamento de dados (2005)

Na Tabela 6, podem-se observar o número de instituições conveniadas para o 2º semestre de 2005, bem como o número de vagas ofertadas e preenchidas, a quantidade de atividades ofertadas e os projetos desenvolvidos por professores e acadêmicos.

Tabela 6 - Quantidade de Vagas Ofertadas por Projeto Externo e Interno no 2º Semestre de 2005

Projetos Externos	Vagas Ofertadas	Qtde de Atividades	Vagas Preenchidas
Ação Social São Vicente de Paulo	6	3	1
Auxílio Fraternal	44	22	2
Casa de Maria	39	13	1
Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda	24	12	2
Escola Centro Social Marista Marcelino Champagnat	135	13	2
Escola Municipal Alberto Santos Dumont	28	7	6
Escola Municipal Arsênio Heiss	16	4	5
Escola Municipal Jardim Concórdia	32	8	0
Escola Municipal São Francisco de Assis	86	20	7
Fazenda Esperança Cristo Rei	2	1	0
Pastoral da Criança - Paróquia Menino Deus	39	6	0
Pastoral da Criança - Paróquia São Francisco de Assis	20	2	2
Total	471	111	28
Projetos Internos	Vagas Ofertadas	Qtde de Atividades	Vagas Preenchidas
CAIC - Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente	1	1	1
Centro Municipal de Educação Infantil Pingo de Gente	4	1	4
Escola Municipal Alberto Santos Dumont	17	1	17
Fazenda Esperança Cristo Rei	3	2	3
Pastoral da Criança - Paróquia São Francisco de Assis	5	1	2
PUC - Mutirão Recreação Crianças 0-3 anos	10	1	3
PUC - Mutirão Recreação Crianças 3-6 anos	10	1	3
PUC - Mutirão Reforço Matemática	15	1	2
PUC - Mutirão Reforço Português	10	1	0
PUC - Mutirão Reforço Tabuada	10	1	0
Total	85	11	35

Fonte: Resultados obtidos por meio de levantamento de dados (2005)

No 2º semestre de 2005, havia doze instituições conveniadas ao Projeto Comunitário, nas quais os acadêmicos poderiam realizar suas atividades. Elas ofertaram quatrocentas e setenta e uma vagas, sendo preenchidas apenas vinte e oito vagas. No 2º semestre de 2005, havia dez propostas de projetos internos, das quais cinco foram apresentadas pela Coordenadoria do Projeto Comunitário e as outras cinco por professores e acadêmicos. Os projetos internos ofereceram oitenta e cinco vagas das quais trinta e cinco foram preenchidas.

Na Tabela 7 é apresentada uma comparação entre o 1º e o 2º semestre de 2005, a fim de mostrar o número de instituições conveniadas, bem como as vagas ofertadas e preenchidas.

Tabela 7 – Análise Comparativa entre o 1º e o 2º Semestre de 2005

	Instituições Conveniadas		Vagas Ofertadas		Vagas Preenchidas	
	1o sem	2o sem	1o sem	2o sem	1o sem	2o sem
Projeto Externo	3	12	81	471	21	28
Projeto Interno	7	10	27	85	27	35
Total	10	22	108	556	48	63

Fonte: Resultados obtidos por meio de levantamento de dados (2005)

De acordo com os dados da Tabela 7, pode-se observar que houve um aumento no número de instituições conveniadas ao Projeto Comunitário do 1º para o 2º semestre de 2005. Percebe-se que o número de vagas ofertadas também cresceu no mesmo período. Esses aumentos proporcionaram, como consequência, um aumento na quantidade de acadêmicos inscritos.

Assim, pode-se constatar que houve uma evolução no interesse de acadêmicos em realizar atividades do Projeto Comunitário, bem como das Instituições em conveniarem-se à PUCPR para receberem os alunos. O interesse surgiu em virtude do aumento das Instituições conveniadas, aumento no número de mais vagas e ainda, da experiência dos acadêmicos do semestre anterior, que passavam para os outros suas aquisições e discutiam sobre como foi para eles realizar uma atividade desse porte.

3.2.3 Atividades referentes ao projeto comunitário

3.2.3.1 Instituições conveniadas no *campus* Toledo

No segundo semestre de 2004, a coordenadora geral do Projeto Comunitário, Prof. Dr^a. Marilda Lilli Coberlini, reuniu-se com as Instituições pré-selecionadas pelo *Campus* de Toledo a fim de que se tornassem parceiras no já citado Projeto Comunitário.

De acordo com informações da própria professora, para que as instituições possam ser parceiras, elas devem ter, na estrutura, alguém responsável pelo recebimento dos

acadêmicos na Instituição, bem como possa orientá-los na execução das atividades e ao término, faça uma avaliação com o acadêmico.

Para o primeiro semestre de 2005, foram realizados convênios com três instituições: Centro Assistencial da Diocese de Toledo - Casa de Maria – Assistência à Menina (Casa de Maria), Obra Social Nossa Senhora da Glória - Fazenda Esperança Cristo Rei (Fazenda Esperança), e Província Brasileira da Congregação das Irmãs Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo – Ação Social São Vicente de Paulo (Ação Social São Vicente de Paulo) e ainda foram realizados alguns projetos internos, nas seguintes instituições: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Toledo, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Palotina, Associação dos Deficientes Visuais de Toledo, Pastoral da Criança – Paróquia São Francisco de Assis, Escola Municipal Arsênio Heiss, Escola Municipal São Francisco de Assis.

Todavia, para o segundo semestre de 2005, foram realizados convênios com a Escola Centro Social Marista Marcelino Champagnat; as Escolas Municipais Alberto Santos Dumont; Arsênio Heiss; Jardim Concórdia; a Escola São Francisco de Assis, o Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda, Diocese de Toledo – Pastoral do Auxílio Fraternal (Auxílio Fraternal), Pastoral da Criança – Paróquia Menino Deus, Pastoral da Criança – Paróquia São Francisco de Assis, além de atividades nas instituições conveniadas no semestre anterior: Casa de Maria, Ação Social São Vicente de Paulo e Fazenda Esperança Cristo Rei.

É preciso informar que, também no 2º semestre de 2005, foram realizados projetos internos, desenvolvidos por professores e acadêmicos como: CAIC – Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente, Escola Municipal Alberto Santos Dumont, Pastoral da Criança – Paróquia São Francisco de Assis, e Fazenda Esperança Cristo Rei; e alguns projetos propostos pela coordenação do Projeto Comunitário como os mutirões de reforço em matemática, reforço em tabuada, reforço em português, atividades recreativas para crianças de 0-3 anos e atividades recreativas para crianças de 3-6 anos.

3.2.3.2 Projetos externos desenvolvidos no *Campus* Toledo

Os projetos externos são desenvolvidos em Instituições conveniadas à PUCPR. Nelas, os acadêmicos podem desenvolver atividades referentes ao curso que realizam

na PUCPR – *Campus* Toledo ou ainda alguma atividade em que auxiliem os professores e/ou instrutores da Instituição.

3.2.3.2.1 Projetos externos realizados no 1º semestre de 2005

A Ação Social São Vicente de Paulo desenvolve atividades de contraturno para meninos de 7 a 17 anos, evitando que esses fiquem na rua. A Instituição vem desenvolvendo, com o apoio da comunidade, o Programa Meninos de Futuro que atende a trezentos jovens (crianças e adolescentes), preparando-os para o exercício pleno da cidadania da sua inclusão em ações de formação pessoal, educacional e iniciação em cursos, contraturno escolar, nas dependências da entidade.

Há na Instituição projetos que contribuem para a formação desses meninos, são eles de: formação integral; saúde; esportes; expressão corporal; atividades manuais; musicalização; resgate do convívio familiar; iniciação em cursos; atividades culturais; aulas de línguas estrangeiras; atividades lúdicas e recreativas; desenvolvimentos do programa PETI (parceria com o Governo Federal e Municipal); desenvolvimento do programa *Per Capita* (parceria com o Poder Público Municipal) e; desenvolvimento do programa de atendimento à família.

Na Ação Social São Vicente de Paulo, foram realizados projetos para cada curso cujas atividades se direcionavam à Economia Doméstica, nas quais os acadêmicos do curso de Administração puderam passar noções básicas de como administrar o dinheiro e como fazer um orçamento; No curso “A Onda”, os acadêmicos de filosofia tinham como opção, trabalhar o desenvolvimento pessoal dos adolescentes; “É o Bicho” foi uma atividade realizada por acadêmicos do curso de Medicina Veterinária, em que abordaram os cuidados básicos que se deve ter com os animais; e no curso de “Água e Saúde”, os acadêmicos de Ciências Biológicas trabalharam os cuidados que se deve ter com a água, dentre eles os de não desperdiçá-la, nem poluí-la.

A Casa de Maria é uma instituição que atende diariamente a trezentas e setenta meninas no contraturno escolar, pelo programa “Construindo a Vida”, composto por atividades de formação humana e social. Os projetos inseridos no programa são interligados e complementares, com atividades voltadas ao estudo, à leitura, à espiritualidade, ao artesanato, à iniciação musical e ao canto coral, à expressão corporal e dança e ao teatro. A Instituição

oferece ainda em seu espaço físico além de brinquedoteca, cursos de iniciação profissional (informática, costura e educativos); de iniciação nas áreas de comunicação (rádio e jornal da Casa), além de atendimento social, psicológico e jurídico extensivo aos familiares, cursos profissionalizantes para as famílias e comunidade, dentre outras atividades.

Na Casa de Maria, os acadêmicos da PUCPR realizam atividades com os professores da Instituição, auxiliando-os nos projetos já existentes como os de Música, Canto Coral, Expressão Corporal e Dança, Teatro, Clubinho da Tarefa, Hora do Conto, Recreação, Ecologia e Meio Ambiente e Trabalho Preventivo Sócio-Educativo.

A Fazenda Esperança é uma instituição que cuida de adolescentes, jovens e adultos dependentes químicos (álcool e drogas), proporcionando-lhes condições para uma vida nova e sadia e sua reinserção na sociedade. O tratamento realizado tem a duração de um ano e consiste em três etapas: o tratamento, a reinserção e a prevenção. Seu objetivo é o de proporcionar, ao jovem, condições para uma vida autêntica de comunidade a fim de que possa se manter durante o tratamento, bem como colaborar com a família; a reinserção consiste em colaborar para que o jovem mantenha as condições de uma vida nova e livre da dependência; e a prevenção visa possibilitar aos jovens e adultos uma maior consciência em relação à problemática da droga e do álcool, e com esse apoio, o mesmo possa optar por uma vida livre da dependência química.

Na Fazenda Esperança, também foram desenvolvidas atividades específicas para cada curso, sendo elas: Cuidados com os Animais, em que os acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária desenvolveram um trabalho com os internos de como tratar os animais na fazenda; Cuidados na Produção, atividade realizada por acadêmicos do Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial; Desenvolvimento Pessoal, atividade que trabalha o desenvolvimento dos internos, pelos acadêmicos do Curso de Filosofia; e Mata Ciliar, no qual foram trabalhadas questões referentes à Mata Ciliar com os internos, atividade realizada pelos acadêmicos do Curso de Ciências Biológicas.

Conforme abordado anteriormente, as Instituições conveniadas ofertaram várias vagas aos acadêmicos da PUCPR, porém, algumas atividades não tiveram acadêmicos inscritos, como na Ação Social São Vicente de Paulo, a atividade Na Onda; na Casa de Maria, as atividades de Música, Canto Coral, Teatro, Ecologia e Meio Ambiente e Trabalho Preventivo Sócio-Educativo não despertaram o interesse dos acadêmicos; e na Fazenda Esperança Cristo Rei, não houve interesse nas atividades Cuidados com os Animais e Cuidados com a Produção.

Os motivos que levaram os acadêmicos a não se inscreverem nessas atividades podem ser diversos, por exemplo, a falta de interesse na atividade, incompatibilidade de horário, a instituição situar-se em local mais afastado da cidade, dificultando o acesso, e preferência por trabalhar com outros públicos diferentes das Instituições conveniadas, como doentes, idosos, deficientes físicos, outros.

3.2.3.2.2 Projetos externos realizados no 2º semestre de 2005

No 2º semestre de 2005, foram mantidos os convênios com as mesmas instituições do semestre anterior e realizados novos outros, conforme já mencionado.

Nas instituições conveniadas no semestre anterior, a Ação Social São Vicente de Paulo e a Casa de Maria ofertaram as mesmas atividades com as mesmas quantidades de vagas. A Fazenda Esperança Cristo Rei ofertou vaga para Curso de Informática Básica, que poderia ser ministrado por qualquer acadêmico da PUCPR.

O Centro Social e Educacional Aldeia Infantil Betesda é uma instituição que atende a 102 crianças de 0 a 6 anos, na Educação Infantil, em que são trabalhados os conteúdos de Linguagem Oral e Escrita, Matemática, Natureza e Sociedade, Ética, Cidadania, Meio Ambiente, Música e Artes Visuais. O Programa Ocupacional Alternativo atende a 112 crianças e adolescentes, de 7 a 16 anos. Ele desenvolve atividades de acordo com o disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais para os Ensinos Fundamental e Médio do Ministério da Educação e do Desporto, adaptadas à realidade da entidade, como momentos de reflexão diária, marcenaria, artes manuais, orientação e acompanhamentos escolar, teatro, dança, pantomima, música, dentre outros. O Programa de Apoio Sócio Educativo atende a 150 famílias, no Programa de Apoio aos Pais e a 45 idosos no Programa Terceira Idade. O Programa de Apoio aos Pais contempla orientação, acompanhamento, encaminhamentos, ações de promoção social, informação, atividade de geração de renda e atividades educativas; para as famílias que não possuem condições, são distribuídas cestas básicas, roupas e medicamentos. Por meio do programa, são fornecidos aos pais cursos de Docinhos Espelhados, Ponto de Cruz, Tapeçaria, Hidráulica Básica, Pintura em Vitral e Boas Práticas na Manipulação de Alimentos.

O Projeto Terceira Idade oferece, mensalmente, encontros nos quais participam avós das crianças e idosos da região da instituição. Nesses, os idosos ouvem

mensagens bíblicas, cantam, realizam dinâmicas, respondem às questões de conhecimento geral, assistem às apresentações dos alunos, como teatro, dança, músicas com coreografias, pantomima, além de receberem homenagens e lanches.

Na Aldeia Infantil Betesda, os acadêmicos da PUCPR poderiam optar por ensinar informática para as crianças ou para os seus pais.

A pastoral da Criança é uma instituição, criada em 1983, para atender famílias com crianças até seis anos.

As líderes da Pastoral ouvem as famílias e ensinam as ações básicas sobre saúde, nutrição, educação e direitos; pesam as crianças a cada mês, orientam as famílias e fortalecem os laços comunitários, em uma verdadeira celebração à vida.

As mulheres que desenvolvem esse trabalho acreditam que são importantes para transformar a realidade. Elas querem aprender cada vez mais para assim ensinarem mais e melhor. Achem o jeito de se organizar na comunidade para multiplicar os conhecimentos e a solidariedade e, assim, promover a inclusão social das famílias. São pessoas que enfrentam a escuridão da fome, da pobreza, da desnutrição, da mortalidade infantil e da violência, participam da construção de uma sociedade mais justa e fraterna, a serviço da vida e da esperança.

No 2º semestre de 2005, os acadêmicos do Projeto Comunitário realizaram ações na Pastoral da Criança em duas paróquias: Paróquia São Francisco de Assis e Paróquia Menino Deus. Assim, os acadêmicos têm a oportunidade de realizar atividades de recreação com as crianças, enquanto as mães assistem a palestras com as líderes da Pastoral, e ainda, podem acompanhá-las em visitas domiciliares, realizadas mensalmente para o acompanhamento da criança e da família.

A Diocese de Toledo está atenta às necessidades e aos anseios por que passa grande parte das famílias de nossa comunidade. Questões de ordem social, permeadas pelo indivíduo e pelo alto índice de concentração de renda, reafirmam, nesse início do terceiro milênio, a permanência de famílias em condições indignas de vida. E vida digna pressupõe o direito à alimentação, saúde, habitação, trabalho, educação, informação, lazer e respeito à própria condição das pessoas.

A comunidade Católica da Diocese de Toledo, motivada pela fé, quer participar da transformação almejada, por ações concretas que renovem a comunidade rumo à construção de uma sociedade igualitária.

A pastoral do Auxílio Fraternal propõe um novo tipo de relacionamento sócio-fraternal, que respeite os direitos sociais legalmente constituídos pelas leis brasileiras,

vinculando-os aos valores cristãos de fraternidade. Por intermédio de práticas solidárias e ações sócio-transformadoras, a pastoral aceita o desafio da vivência de um amor concreto e ativo por todo ser humano.

Na Pastoral do Auxílio Fraternal, os acadêmicos podem optar por visitas domiciliares às famílias cadastradas, bem como por auxiliar as líderes da Pastoral nas palestras com as famílias.

As Escolas conveniadas ao Projeto Comunitário estão situadas em bairros distintos e atendem crianças da pré-escola à 4ª série do ensino fundamental das Escolas Municipais Alberto Santos Dumont, Arsênio Heiss, Jardim Concórdia e São Francisco de Assis. As escolas municipais estão passando por reformas, tanto na parte física quanto administrativa. A proposta pedagógica das Escolas Municipais de Toledo estão em consonância com a Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9394/96. Cada estabelecimento municipal elabora seu projeto pedagógico com a comunidade escolar atendendo às necessidades do acadêmico de acordo com a realidade a qual pertence.

Nas escolas municipais, os acadêmicos podem realizar as mais variadas atividades com os alunos, desde recreação, aula de informática, reforço de matemática, reforço de tabuada, reforço de português, clube de leitura, trabalhos manuais, teatro, horta, iniciação musical, alimentação, medicina alternativa, artes plásticas e sensibilização.

Nesse 2º semestre de 2005, verificou-se a necessidade de ampliar o leque de instituições para municípios vizinhos, pelo fato de existirem acadêmicos de outras cidades estudando em Toledo, essa atitude permite ao acadêmico mais flexibilidade para o cumprimento das horas referentes ao Projeto Comunitário. Por isso, foi realizado, em um primeiro momento, o convênio com a Escola Centro Social Marista Marcelino Champagnat, situada no município de Cascavel.

A Escola Centro Social Marista Marcelino Champagnat foi fundada há oito anos e sempre se propôs a atender pessoas em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Localizada na periferia da cidade de Cascavel, no Bairro Periolo e próximo ao Movimento Nacional de Luta pela Moradia, a Unidade atende a crianças e adolescentes de 5 a 16 anos em diversas modalidades: educação regular, educação complementar, ensino semi-profissionalizante, dança, além de atividades com as famílias dos educandos.

As diferentes atividades permitem que a população local tenha acesso aos seus direitos, logo favorecem o desenvolvimento de atitudes e competências de socialização, cooperação, solidariedade, auto-estima, protagonismo infanto-juvenil, resgate da cultura e exercício da cidadania, sempre oportunizando momentos de espiritualização.

No Centro Social Marista, os acadêmicos poderiam optar pelas seguintes atividades: Técnicas de Dobraduras, Técnicas de Relacionamento, Cuidados com o Homem e o Planeta, Musicalização, Recreação, Informática Básica, Educação no Trânsito, Horta Comunitária e Confecção de Brinquedos de Sucata.

Como no semestre anterior, atividades referentes aos cursos Ação Social São Vicente de Paulo, Economia Doméstica; Na Onda e Água e Saúde não aconteceram, haja vista os acadêmicos não terem se inscrito. Eles também não participaram das atividades ligadas à Pastoral da Criança, Paróquia São Francisco de Assis, Paróquia Menino Deus, Casa de Maria, nem à Escola Municipal Jardim Concórdia.

Na Pastoral do Auxílio Fraternal, os acadêmicos puderam realizar atividades em seis comunidades diferentes, mas o fizeram em somente uma delas, nas demais não houve interesse. Quanto à Escola Municipal São Francisco de Assis, não houve interesse em atividades relacionadas à aula de informática, aos reforços de matemática, de tabuada e de português, ao clube de leitura, trabalhos manuais, teatro, horta, iniciação musical, alimentação, medicina alternativa, artes plásticas e sensibilização. No Centro Social Marista, não houve acadêmicos interessados nas seguintes atividades: Técnicas de Dobraduras, Técnicas de Relacionamento, Musicalização, Recreação, Informática Básica, Educação no Trânsito, Horta Comunitária e Confecção de Brinquedos de Sucata. Enquanto na Fazenda Esperança Cristo Rei, não houve acadêmicos inscritos na atividade referente ao Curso de Informática Básica.

Não houve acadêmicos inscritos nas seguintes atividades da Escola Municipal Alberto Santos Dumont: Recreação; Reforço Escolar de Português, Clube de Leitura, Brincando de Tabuada, Informática para Crianças.

Na Escola Municipal Arsênio Heiss, os acadêmicos inscritos ministraram o Curso de Informática Básica para os pais dos alunos da escola.

3.2.3.3 Projetos internos desenvolvidos no *Campus* Toledo

Os projetos internos podem ser propostos por acadêmicos, professores, diretores, decano, funcionários e pela própria Coordenação do Projeto Comunitário. Os que são propostos por acadêmicos devem ter um professor responsável que os acompanhe no desenvolvimento das atividades.

3.2.3.3.1 Projetos internos realizados no 1º semestre de 2005

A APAE é constituída e integrada por pais e amigos de uma comunidade significativa de acadêmicos portadores de necessidades especiais, contatando para tanto com a colaboração da sociedade em geral, do comércio, da indústria, dos profissionais liberais, dos políticos, enfim, de todos quantos acreditam, apostam e lutam pela causa da pessoa portadora de deficiência.

Duas acadêmicas se interessaram em desenvolver ações comunitárias nessa instituição, uma delas desenvolveu um trabalho na APAE de Toledo e a outra na APAE de Palotina. As acadêmicas auxiliavam as professoras da instituição na realização de atividades dentro e fora de sala de aula com o público-alvo.

Uma professora desenvolveu um projeto para a Associação dos Deficientes Visuais de Toledo, em que os acadêmicos teriam a oportunidade de conhecer a história e a forma como vive um deficiente.

A Associação Promocional e Assistencial de Toledo – APA é uma casa de abrigo ou lar de idosos, onde eles vivem, muitas vezes, abandonados por seus familiares.

O projeto realizado na APA foi proposto por cinco acadêmicos do curso de Engenharia de Produção Agroindustrial em que realizariam atividades recreativas com os idosos.

As escolas municipais Arsênio Heiss e São Francisco de Assis foram referenciadas nas instituições que realizaram convênio no 2º semestre de 2005; porém alguns acadêmicos executaram projetos internos nestas instituições no 1º semestre de 2005.

Na Escola Municipal Arsênio Heiss, a acadêmica do Curso de Ciências Biológica desenvolveu um trabalho a fim de montar um laboratório de Biologia na escola.

Na Escola Municipal São Francisco de Assis, foi desenvolvida uma atividade de Filosofia para as Crianças, realizada pelos acadêmicos do Curso de Filosofia.

A Pastoral da Criança – Paróquia São Francisco de Assis – também foi mencionada na relação de instituição que realizou convênio no 2º semestre de 2005, porém no 1º semestre de 2005, os acadêmicos realizaram suas ações comunitárias por meio de um projeto interno e atividades de recreação com as crianças, enquanto suas mães assistem a palestras.

3.2.3.3.2 Projetos internos realizados no 2º semestre de 2005

O Centro de Atendimento Integral à Criança e ao Adolescente – CAIC de Palotina é uma instituição que atende crianças e adolescentes no período do contraturno, no qual esses são auxiliados na realização das suas tarefas escolares.

Foi realizado um projeto junto a algumas Escolas Municipais de Toledo chamado Posse Responsável de Cães e Gatos. Nele, os acadêmicos do Curso de Medicina Veterinária foram às escolas para explicar às crianças quais os cuidados básicos que se deve ter como os animais de estimação, por meio de atividades lúdicas. O projeto foi realizado sob a coordenação de uma professora do Curso de Medicina Veterinária.

No 2º semestre de 2005, verificou-se a necessidade de “dar um suporte acadêmico” para que os acadêmicos realizassem suas atividades referentes ao Projeto Comunitário. Em função disso, a Coordenação do Projeto Comunitário no *Campus* Toledo em conjunto com professores das áreas específicas resolveram realizar uma atividade de mutirão. A atividade consistia em um trabalho entre o professor e o acadêmico interessado para que pudessem realizar a mesma atividade do mutirão em outra instituição. O mutirão serve para dar suporte material ao acadêmico na realização de sua ação comunitária junto à Instituição escolhida. Os mutirões ofertados foram: Mutirão Desenvolvimento de Material para Recreação de 0-3 anos, Mutirão Desenvolvimento de Material para Recreação de 3-6 anos, Mutirão Desenvolvimento de Material para Reforço Escolar de Português, Mutirão Desenvolvimento de Material para Reforço Escolar de Matemática e Mutirão Desenvolvimento de Material para Reforço Escolar em Tabuada.

Os mutirões de Desenvolvimento de Material para Reforço Escolar em Português e Desenvolvimento de Material para Reforço Escolar em Matemática não tiveram acadêmicos interessados em realizá-los.

Nesse 2º semestre de 2005, três alunos do Curso de Engenharia de Produção Agroindustrial elaboraram um projeto sobre aulas de violão para os internos da Fazenda Esperança Cristo Rei, e ainda auxílios com informações para cuidar dos produtos produzidos na instituição.

A Pastoral da Criança – Paróquia São Francisco de Assis – solicitou que alunos do Curso de Medicina Veterinária realizassem atividades com as crianças da comunidade, referentes aos cuidados básicos que se deve ter com animais de estimação e às doenças que esses transmitem.

3.2.4 Análise crítica

Foi feita uma pesquisa com os acadêmicos que concluíram as trinta e duas horas, bem como às Instituições Conveniadas (Ação Social São Vicente de Paulo, Aldeia Infantil Betesda, Casa de Maria, Centro Social Marista Marcelino Champagnat, Escola Municipal Arsênio Heiss e Escola Municipal São Francisco de Assis) e às Pessoas Beneficiadas a fim de saber suas opiniões sobre o desenvolvimento do Projeto Comunitário.

3.2.4.1 Análise da pesquisa realizada junto às instituições conveniadas

A Ação Social São Vicente de Paulo, quando questionada sobre os acadêmicos, respondeu que os acadêmicos tinham claro quais eram seus objetivos sociais antes de iniciar o Projeto Comunitário, e conseguiram atingir plenamente seus objetivos sociais durante a realização da atividade, possuíam o conhecimento necessário para a realização da atividade. Afirmaram também que a presença deles contribuiu para os objetivos da instituição. A instituição disse ainda, que a atividade social realizada pelo acadêmico serviu para mudar a sua percepção da realidade social, pois permitiu ter-se acesso a novas informações diante de outras visões.

Quando questionada sobre atividade realizada pelo acadêmico, a instituição respondeu que essa oportunidade permitiu uma mudança na realidade social das pessoas beneficiadas, pois os acadêmicos atuaram como agentes de transformação social. A instituição também informou que os acadêmicos se dispuseram a dar continuidade à atividade para que todos os beneficiados fossem atendidos, porém a instituição não abriu espaço para outras atividades. Por fim, Ela disse que a atividade realizada pelo acadêmico estava inserida na área de qualidade de vida.

A Aldeia Infantil Betesda respondeu que o acadêmico tinha claro quais eram os objetivos sociais do seu Projeto Comunitário, e que os havia atingido durante a realização da atividade social. De acordo com a instituição, o acadêmico tinha o conhecimento necessário para a realização da atividade e sua presença contribuiu com os objetivos daquela. A entidade disse ainda, que a atividade realizada pelo acadêmico serviu para mudar a percepção desse sobre a realidade social, pois nos dias de aula, o mesmo conversava com os

funcionários a fim de conhecer a realidade da comunidade atendida, bem como das pessoas beneficiadas, pois tiveram acesso ao conhecimento elaborado, fato que os permitiu sentirem-se incluídas na sociedade. A instituição não soube precisar se o acadêmico tinha interesse em dar continuidade à atividade realizada ou à alguma outra atividade. As atividades realizadas pelo acadêmico, segundo a mesma, visavam às áreas de educação, qualidade de vida e mercado de trabalho.

A instituição Casa de Maria forneceu as seguintes respostas a respeito dos acadêmicos. Os acadêmicos tinham claro quais eram sejam objetivos sociais antes de realizarem suas atividades, e conseguiram atingi-los plenamente durante as mesmas. Os acadêmicos possuíam o conhecimento necessário para a realização da atividade e a presença dele contribuiu com os objetivos da instituição. A instituição disse ainda, que acredita que a atividade social realizada pelo acadêmico contribuiu para mudar a percepção dele em relação à realidade social, pois tal atividade desenvolve nos acadêmicos o espírito de solidariedade e o compromisso de participação/prática em ações sociocomunitárias. Para a instituição, essas atividades mudaram a realidade social das pessoas beneficiadas, pois contribuíram para a formação de seres humanos mais conscientes e para a cidadania dos mesmos. Foi mencionado pela instituição, que os acadêmicos pretendem continuar a desenvolver as mesmas atividades. Por fim, a instituição informou que os acadêmicos trabalharam nas áreas de educação e qualidade de vida.

O Centro Social Marista disse que os acadêmicos conheciam seus objetivos sociais antes de iniciar suas atividades e que conseguiram atingi-los plenamente durante a realização dessas. A instituição também informou que os acadêmicos tinham o conhecimento necessário para a realização da atividade e que a presença deles contribuiu muito com os objetivos daquela. Outro ponto questionado foi se a atividade social realizada pelo acadêmico serviu para mudar a percepção do mesmo em relação à realidade social, e de acordo com a instituição, sim, pois é necessário que o acadêmico tenha noção do que é comunidade, e estar a serviço do seu próximo. De acordo com a instituição, a atividade não serviu para mudar a realidade social das pessoas beneficiadas, pois a mudança só ocorre quando há uma continuidade dessas práticas. Mas, reiteraram que o trabalho foi válido. É preciso lembrar que as mudanças da realidade social não ocorrem do dia para noite. A instituição disse não saber se os acadêmicos gostariam de continuar com as atividades ou outra na instituição. A área, a qual estão inseridas as atividades realizadas pelos acadêmicos, segundo a instituição, é a de Educação.

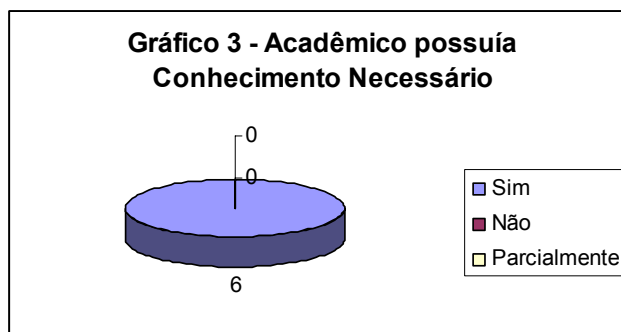
A Escola Municipal Arsênio Heiss, quando questionada sobre os acadêmicos, respondeu que os acadêmicos tinham claro quais eram seus objetivos sociais antes de iniciar o Projeto Comunitário, e conseguiram atingi-los plenamente durante as atividades, pois, possuíam o conhecimento necessário para realizá-las, e ainda, que a presença deles contribuiu para os objetivos da instituição. A instituição relatou que as atividades sociais realizadas pelo acadêmico não serviram para mudar a percepção do mesmo em relação à realidade social, pois foi muito pouco tempo. Ao ser questionada sobre as atividades realizadas pelos acadêmicos, a instituição respondeu que elas não mudaram a realidade social das pessoas, pois seria preciso muito mais tempo para que tal processo ocorresse. A instituição informou ainda, que os acadêmicos não demonstraram interesse em dar continuidade, devido à falta de tempo desses, mas os acadêmicos se dispuseram a realizar outras atividades que pudessem ajudar as pessoas. Por fim, a instituição informou que as atividades realizadas pelos acadêmicos estavam inseridas na área da Educação.

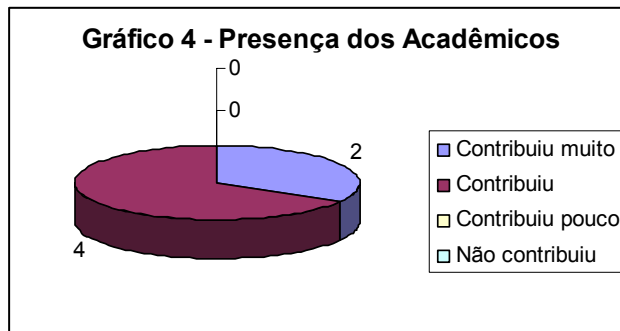
A Escola Municipal São Francisco de Assis respondeu que os acadêmicos tinham claro quais eram os objetivos sociais do seu Projeto Comunitário, e ainda que eles conseguiram atingi-los plenamente durante a atividade social. De acordo com a instituição, os acadêmicos tinham o conhecimento necessário para a realização das atividades e suas presenças contribuíram com os objetivos daquela. A entidade informou também que as atividades realizadas pelos acadêmicos mudaram a percepção deles quanto à realidade social, pois ocuparam o tempo deles e as pessoas passaram a ter uma ocupação aos sábados. A instituição relatou que os acadêmicos não tinham interesse em dar continuidade à atividade realizada, pois era final de ano e não tinham tempo; porém tinham interesse em realizar outra atividade como os amigos da escola. As atividades realizadas pelos acadêmicos, segundo a instituição, visam à área da Educação e qualidade de vida.

Um resumo do que foi exposto individualmente em cada instituição pode ser observado a seguir.



Todas as instituições informaram que os acadêmicos da PUCPR tinham claro os objetivos sociais do Projeto Comunitário antes de iniciarem suas atividades e que também conseguiram atingir plenamente seus objetivos durante a realização das mesmas.





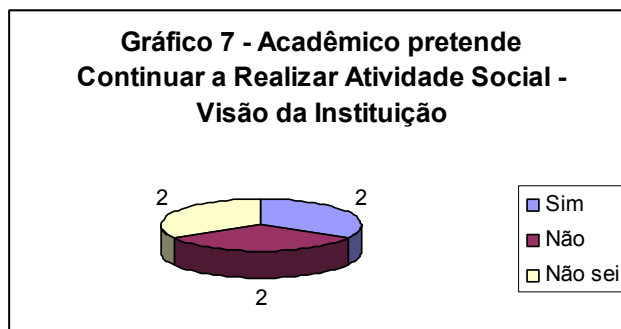
As instituições informaram que todos os acadêmicos possuíam o conhecimento necessário para a realização da atividade e que a presença deles contribui (4) ou contribuiu muito (2) com os objetivos da instituição.



Somente uma instituição pesquisada disse que a atividade não contribuiu para mudar a percepção dos acadêmicos em relação à realidade social, haja vista o pouco tempo de atividades; porém, as outras instituições (5) disseram que os acadêmicos mudaram suas percepções sobre a realidade social ao realizarem tais atividades, pois tiveram acesso a novas informações diante de outras visões; além disso, nos dias de aula, eles conversavam com os funcionários a fim de se informarem sobre a realidade da comunidade atendida; essa atividade desenvolveu, nos acadêmicos, o espírito de solidariedade e o compromisso de participação/prática em ações sócio-comunitárias; foi também ressaltado que faz-se necessária a noção sobre comunidade por parte do acadêmico e que esse esteja a serviço do seu próximo.



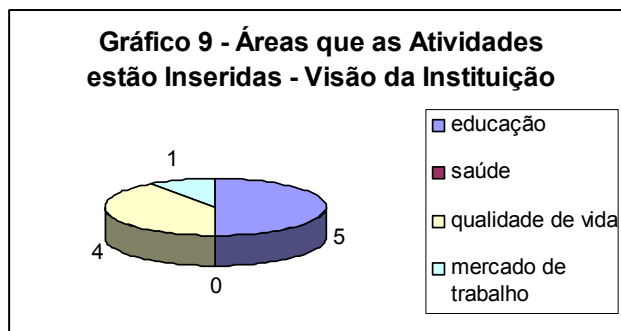
Quando questionadas se as atividades realizadas pelos acadêmicos da PUCPR serviram para mudar a realidade das pessoas beneficiadas pela instituição, quatro delas responderam que sim, pois essas pessoas passaram a ter uma ocupação aos sábados; os acadêmicos atuaram como agentes de transformação social; tiveram acesso ao conhecimento elaborado; e, contribuíram para a formação de seres humanos mais conscientes e para a cidadania. Porém, duas instituições responderam que não, pois para mudar a realidade social é necessário que as atividades tenham continuidade. Mas, reiteraram que o trabalho foi válido. É preciso lembrar que as mudanças da realidade social não ocorrem do dia para noite, portanto, seria preciso muito mais tempo.



Dois instituições pesquisadas responderam que os acadêmicos não pretendiam continuar suas atividades, pois não tinham tempo; outras duas instituições disseram que não sabiam responder; porém duas delas informaram que os acadêmicos mostraram-se interessados em dar continuidade ao trabalho.



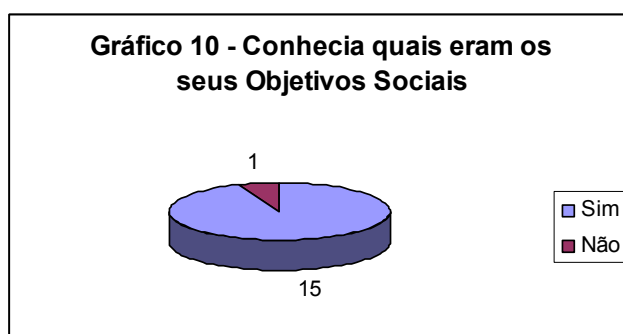
Uma instituição respondeu que ela não abriu vagas para que os acadêmicos realizassem outras atividades. Duas instituições relataram que não sabiam se os acadêmicos tinham interesse em realizar outras atividades. Três instituições mencionaram que os acadêmicos tinham interesse em realizar outras atividades, pois poderiam ajudar outras pessoas.



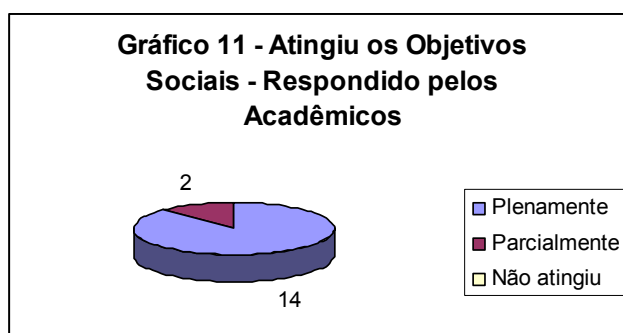
As instituições mencionaram ainda, que as atividades realizadas pelos acadêmicos foram nas áreas de educação, mercado de trabalho e qualidade de vida. Uma instituição respondeu que o trabalho acadêmico se deu apenas na área de qualidade de vida; duas responderam que a área trabalhada havia sido a Educação; uma informou que foram as áreas de educação, qualidade de vida e mercado de trabalho; e, as duas últimas informaram que as atividades se associaram às áreas de educação e qualidade de vida.

3.2.4.2 Análise da pesquisa realizada junto aos acadêmicos da PUCPR – *Campus Toledo*

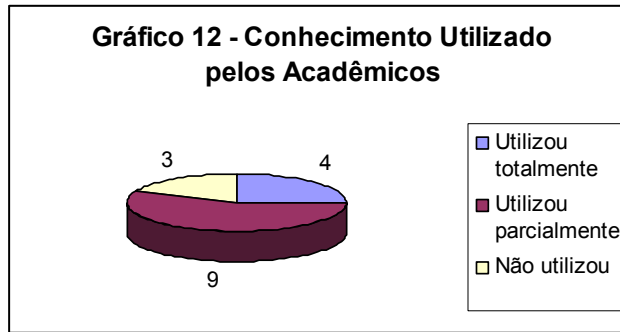
A seguir, será realizada a análise referente às questões respondidas pelos acadêmicos da PUCPR – *Campus Toledo* -, que concluíram seu Projeto Comunitário, durante o ano de 2005, em instituições conveniadas, com relação à atividade do Projeto Comunitário.



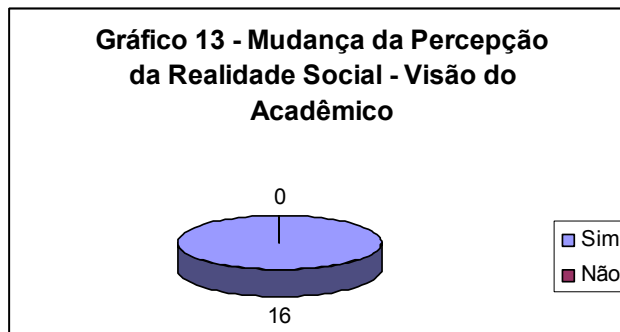
Dos dezesseis acadêmicos pesquisados, somente um informou que não sabia com precisão quais eram os objetivos sociais do Projeto Comunitário, os demais (quinze acadêmicos) responderam que sabiam quais eram os objetivos sociais do Projeto Comunitário.



Todos os acadêmicos pesquisados responderam que conseguiram atingir os objetivos sociais do seu Projeto Comunitário, sendo que quatorze deles conseguiram realizá-los plenamente e dois deles parcialmente.



Dentre as atividades realizadas pelos acadêmicos, algumas foram direcionadas aos seus referidos cursos, porém outras não. Os acadêmicos que realizaram atividades ligadas aos seus cursos aplicaram o pleno conhecimento adquirido em sala de aula; entretanto, os demais utilizaram-no de modo parcial ou não o utilizaram.



Todos os acadêmicos pesquisados relataram que, para eles, realizar uma atividade social mudou a sua percepção da realidade social: “percebi como as crianças são carentes de carinho e diversão”; “convivi com realidades diferentes, é muito bom para a formação do ser humano”; “coloquei em prática os conhecimentos teóricos e com isso também aprendi a lidar com as pessoas, e compreender fatos da sua vida cotidiana”; “fez-me pensar na situação das pessoas que estão ao meu redor”; “só entrando em contato direto com as diferentes classes sociais é que se pode ter uma visão melhor dos fatos e da desigualdade social”; “eu achava que as crianças na estavam tão integradas (culturalmente) com o meio em que vivem”; “já havia realizado outras atividades sociais, porém a cada nova atividade que você faz, sempre se percebe algo novo/diferente”; “não tinha idéia de que tantas pessoas não tinham contato com o computador”; “vi como as pessoas têm necessidades básicas a serem

sanadas”; “compreendi que as pessoas, muitas vezes, precisam de ajuda”; “compreendemos mais a nós mesmos e os outros”; “percebemos que reclamamos de coisas sem importância”; e, “vimos as dificuldades que as pessoas passam”.



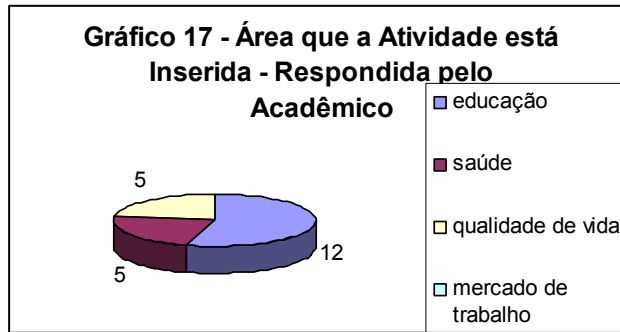
De acordo com os acadêmicos pesquisados, nove disseram que as atividades realizadas por eles mudaram muito a realidade social das pessoas beneficiadas, “porque as crianças aprenderam a compartilhar uma com as outras, respeitar um ao outro, além de serem atividades saudáveis”; “eu contribuí com o meu conhecimento para auxiliar outras pessoas”; e “trabalhamos com orientações, incentivando a pôr em prática”; seis acadêmicos responderam que as atividades realizadas por eles mudaram um pouco a realidade social das pessoas beneficiadas, porque “ensinei conceitos básicos de informática que podem ajudar na vida profissional”; e “para mudar a realidade social precisa-se de um trabalho mais intenso”; e ainda, um acadêmico apontou que a atividade realizada por ele não mudou a realidade social das pessoas beneficiadas, pois “a realidade social deles não muda nada, apenas trouxemos mais alegrias e momentos bons para as crianças”.



Quando questionados se pretendiam continuar essas atividades depois de terem concluído a carga horária exigida, dez acadêmicos reiteraram a proposta, pois “esta atividade me surpreendeu, e o conhecimento a passar nunca acaba, já que a cada dia temos coisas novas, e orientar independe de classe social”; “gosto de compartilhar o que sei com os outros”; “é muito bom contribuir para o bem-estar das pessoas”; “vi a importância de ajudar as pessoas”; “precisamos contribuir para uma sociedade melhor”; “para ajudar quem precisa”; “ajudar ao próximo faz bem para si próprio”; e seis acadêmicos responderam que não poderiam dar continuidade ao trabalho “por causa da falta de tempo disponível para eu continuar realizando o projeto, mas foi muito válido para mim e se algum dia puder, pretendo, com certeza, ajudar”; “gostaria, eu me apeguei com as crianças. Mas o tempo de estudo voltado para a faculdade não deixa”; e “infelizmente eu estudo e trabalho, quem sabe daqui a algum tempo...”.



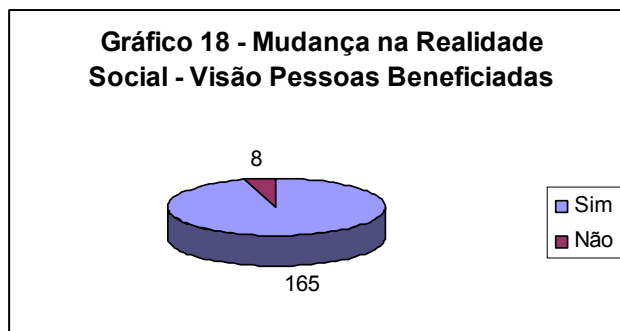
Ao serem pesquisados se pretendiam realizar outro tipo de atividade social, após a conclusão do Projeto Comunitário, onze acadêmicos disseram que sim, e algumas das justificativas foram: “pretendo trabalhar com outras classes e níveis sociais”; “além de ajudar, sempre se aprende muito com os outros”; “terminada a graduação, pretendo, ao menos uma vez por semana, realizar alguma atividade social”; “achei muito interessante colaborar para melhorar a realidade de outras pessoas”; “aprendi que ajudar às pessoas carentes faz bem a mim”; “em um outro momento, quando tiver mais tempo”; “pretendo continuar executando trabalhos sociais”; “posso contribuir para mudar a vida de mais pessoas”; e “para ajudar as pessoas que precisam”. Cinco acadêmicos responderam que não pretendem realizar outra atividade social, e justificam ao informarem que “não tenho tempo no momento”; “por enquanto não pretendo”; e “pretendo realizar quando tiver mais tempo disponível, a vida acadêmica e profissional toma muito tempo da vida das pessoas, infelizmente”.



Por fim, doze acadêmicos informaram que suas atividades estavam inseridas nas áreas de educação, cinco responderam que faziam parte da área da saúde e outros cinco trabalharam na área de qualidade de vida.

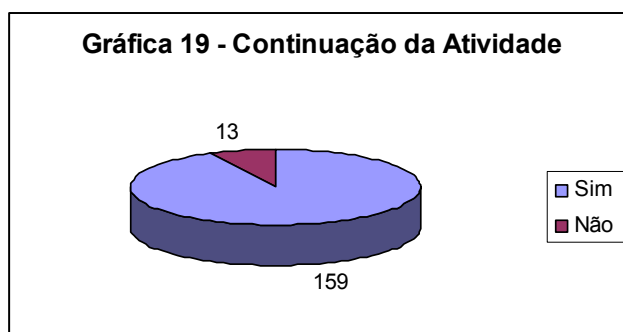
3.2.4.3 Análise da pesquisa realizada junto às pessoas beneficiadas

De acordo com pesquisa realizada com as pessoas beneficiadas das Instituições conveniadas à PUCPR – *Campus Toledo*, local em que os acadêmicos realizaram seus Projetos Comunitários e concluíram suas cargas horárias, podem-se observar as seguintes respostas:



De acordo com o Gráfico 18, cento e sessenta e cinco pessoas beneficiadas pesquisadas responderam que as atividades realizadas pelos acadêmicos mudaram suas realidades sociais, pois permitiram “que as crianças tivessem uma atividade em horário que,

provavelmente, estariam na rua”; “ajuda no aprendizado”; “valorização da auto-estima e comportamento”; “nos conscientizamos a não poluir os rios e córregos”; “facilitou para eu me atualizar diante da necessidade do mundo globalizado”. Porém, oito pessoas responderam que as atividades realizadas não mudaram suas realidades sociais, pois “elas não foram colocadas em prática”; “ninguém colabora com o que foi dito aqui”; “continua a mesma coisa”.

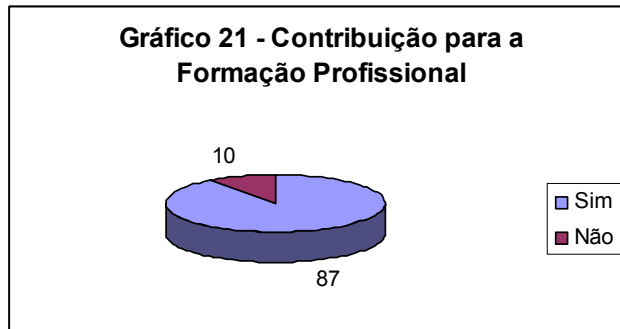


No Gráfico 19, cento e cinquenta e nove pessoas mostraram interesse quanto à continuidade dessas atividades, para “aprender mais”; “melhorar a qualidade do ensino”; porque “é divertido”; “ajudar a viver em sociedade”; “está atingindo a classe mais desfavorecida”; “discutiríamos mais e colocaríamos em prática”; “dá oportunidade para quem não pode”. Porém, treze pessoas disseram que não gostariam de continuar, pois informaram que “ninguém colabora”; “eu não gostava”; “às vezes era chato”; “um dia ou outro ia acabar mesmo”; “eu tenho catequese”; e “eu não posso ir”.

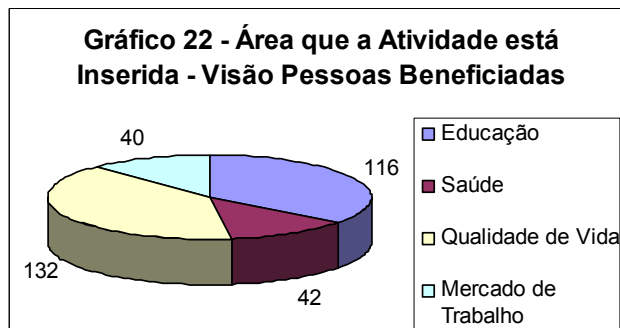


Pode-se constatar no Gráfico 20 que, cento e quarenta e duas pessoas gostariam de realizar outras atividades como “práticas esportivas (futebol, vôlei)”;

“conhecimentos gerais (biodiversidade, meio ambiente, desigualdade social, valores humanos, filosofia, saúde, outras)”; “reforço escolar (matemática, português, informática)”; “música (teclado, violão, outras)”. Contudo, trinta e uma pessoas responderam que não gostariam de participar de outra atividade do gênero.



No Gráfico 21, observa-se que oitenta e sete pessoas afirmaram que a atividade realizada contribuiu para a formação profissional dessas, e dez responderam que não há contribuição nesse sentido. Entretanto, é importante informar que a diferença quanto ao número de pessoas que responderam a essa questão comparada às demais ocorreu pelo fato de que, em duas Instituições pesquisadas, as pessoas beneficiadas eram crianças e não possuíam parâmetros para tais respostas.



No Gráfico 22, quando as pessoas foram questionadas sobre as atividades e referidas áreas em que participaram, cento e dezesseis responderam que estavam na área de educação, quarenta e duas delas estavam na área da saúde; outras cento e trinta e duas pessoas

disseram que participaram de atividades referentes à área de qualidade de vida e quarenta se engajaram na área de mercado de trabalho.

É necessário informar que houve pessoas que disseram que suas atividades pertenciam a mais de uma área.

3.3 Outras Propostas de Projeto Comunitário em Universidades Brasileiras

De acordo com pesquisa realizada em Universidades brasileiras, com relação à implantação de Projetos Comunitário de maneira curricular, além da PUCPR foi encontrada uma proposta semelhante na Universidade do Sagrado Coração – USC – situada em Bauru – São Paulo.

Na segunda Universidade, os acadêmicos assistem a algumas aulas teóricas sobre Cidadania, cujo objetivo é o de oportunizar ao universitário o exercício da cidadania, associado à vivência missionária.

Após o bloco teórico, os acadêmicos formaram grupos de preferência multidisciplinares, nos quais realizaram um projeto, que passou pelo crivo do professor responsável. O projeto visa proporcionar ao acadêmico a oportunidade de colocar em prática os conhecimentos adquiridos em sala de aula.

O manual completo da Universidade do Sagrado Coração – USC – pode ser encontrado no Apêndice F, no qual é possível verificar toda a metodologia desenvolvida pela Universidade com relação ao Programa de Cidadania. E com isso verificar que, apesar de os programas da PUCPR e da USC serem diferentes no que tange à metodologia, ambas visam formar um profissional preocupado com as questões sociais.

3.4 Considerações Finais

O presente capítulo abordou a respeito do programa de projetos sociais no contexto da formação acadêmica desenvolvido pela PUCPR – *Campus* Toledo, chamado Projeto Comunitário. E de acordo com os conceitos apresentados no capítulo anterior, pelos autores, o projeto apresenta todas as características de um *service learning*, posto que

proporciona ao acadêmico o trabalho com atividades comunitárias para o aprimoramento da sua formação.

Neste capítulo, abordou-se sobre a pesquisa realizada junto aos acadêmicos da PUCPR – *Campus Toledo*, às instituições conveniadas e às pessoas beneficiadas. Os três grupos pesquisados registraram sua satisfação em participar do desenvolvimento do Projeto Comunitário.

No próximo capítulo serão apresentadas algumas diretrizes para o desenvolvimento de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica.

4 DIRETRIZES PARA PROGRAMAS DE PROJETOS SOCIAIS NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO ACADÊMICA

O presente estudo visa apresentar diretrizes capazes de orientar as instituições de ensino superior a avaliarem programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica.

As diretrizes propostas apresentam oito passos capazes de orientar as pessoas na avaliação de ações sociais realizadas por acadêmicos.

4.1 Passo 1 – Contextualização do projeto de empreendedorismo social da instituição

Para se avaliar um projeto de empreendedorismo social em uma instituição, deve-se primeiramente conhecê-la, e, em seguida, fazer um levantamento das seguintes informações:

- contexto: em quais circunstâncias está sendo implantado o Projeto Comunitário? De que maneira os acadêmicos foram informados sobre o Projeto Comunitário?

Na PUCPR, o início das atividades do Projeto Comunitário ocorreu em 2002, quando os acadêmicos que tinham iniciado seus cursos de graduação, a partir do ano 2000, deveriam realizar o Projeto Comunitário. Nessa época, somente os *campi* de Curitiba e São José dos Pinhais tinham acadêmicos aptos a participarem do Projeto Comunitário.

No *Campus* Toledo, o início das atividades do Projeto Comunitário ocorreu em 2005, quando os acadêmicos das primeiras turmas dos cursos de Administração, Ciências Biológicas, Engenharia de Produção Agroindustrial, Filosofia e Medicina Veterinária chegaram ao 5º período do curso.

- estrutura: a instituição possui uma estrutura de apoio ao acadêmico para que o mesmo possa realizar, da melhor maneira possível, a atividade referente ao Projeto Comunitário? Qual é a estrutura disponível para o acadêmico?

O Projeto Comunitário na PUCPR é composto por uma Coordenadora Geral, prof^ª. Dra. Marilda Lilli Coberlini, responsável por essa atividade em todos os *campi*,

um coordenador em cada *campus* do interior, além de professores, estagiários, funcionários e assistentes sociais.

Como o número de acadêmicos inscritos no Projeto Comunitário, todos os semestres, em Curitiba e São José dos Pinhais, é muito maior do que o número de inscritos nos *campi* do interior há, portanto mais pessoas trabalhando no Projeto Comunitário, em Curitiba.

Há ainda, na página do Projeto Comunitário na *Internet*, algumas apostilas que podem ser utilizadas pelos acadêmicos, de todos os *campi*, durante o período de suas ações comunitárias. Esse material serve de apoio aos acadêmicos, pois os auxilia na execução de suas atividades.

Alguns professores da PUCPR trabalham para que os acadêmicos possam realizar suas atividades comunitárias de maneira satisfatória. É um trabalho de suma importância porque não há, no *Campus* Toledo, cursos que sejam responsáveis por tal preparação, como o de Educação Física, haja vista permitir aos acadêmicos a execução de atividades recreativas nas escolas municipais e estaduais. Os cursos de Licenciatura fazem parte dessa rede de trabalho, pois permitem que os acadêmicos possam trabalhar com o Reforço Escolar, uma grande necessidade das escolas municipais e estaduais.

- atores: quem realizará atividades referentes ao Projeto Comunitário? Qual o comprometimento dessas pessoas em realizar atividades referentes ao Projeto Comunitário?

Como mencionado anteriormente, todo acadêmico, a partir do 5º período do curso, pode se engajar em uma atividade do Projeto Comunitário, bem como os professores e funcionários da PUCPR – *Campus* Toledo. Todos os professores e funcionários, interessados em participar das atividades do Projeto Comunitário, devem assinar um Termo de Adesão, no qual atestam ser um trabalho voluntário, pois não há vínculo empregatício, nem é uma função remunerada.

Uma vez assumido o compromisso com a Instituição quanto às atividades, esse deve ser cumprido, pois tanto a Instituição quanto o público estarão esperando os professores, acadêmicos e funcionários que se disseram voluntários. Caso, não haja a possibilidade de comparecimento à Instituição para o referido compromisso, a pessoa deve informar à instituição o motivo de sua ausência com uma antecedência mínima de 24 horas.

- regulamento: quais as normas do Projeto Comunitário? Quais atividades podem e quais as que não podem ser realizadas no Projeto Comunitário?

As normas e regras do Projeto Comunitário são iguais para todos os *campi* da PUCPR, pois, tem-se como premissa que todas as pessoas envolvidas (instituições, acadêmicos e coordenação) estão cientes de que devem respeitá-las. Elas constam nos manuais: Manual do Acadêmico (Anexo A), Manual de Orientações as Instituições Conveniadas (Anexo B).

Segundo normas do Projeto Comunitário na PUCPR, não são aceitas:

- a) Ações de proselitismo religioso ou político-partidário;
- b) Eventos exclusivamente religiosos e/ou espirituais;
- c) Atividades referentes ao estágio curricular ou estágio profissional;
- d) Atividades profissionais remuneradas;
- e) Participação em atividades acadêmicas e/ou culturais como seminários, congressos, simpósios, monitoria, grupos de estudo, projetos de pesquisa e similares e;
- f) Atividades assistencialistas isoladas, incluindo doações e participação em campanhas desvinculadas de planos mais amplos de ação comunitária.

As propostas de ação comunitária não podem, em hipótese alguma, prever benefícios pessoais aos participantes, quer sejam esses coordenadores, estudantes ou qualquer outra pessoa envolvida.

4.2 Passo 2 – Estudo do perfil de acadêmicos

Estudar o perfil dos acadêmicos é importante para saber qual a sua reação ao realizarem um trabalho social. Porém, o perfil dos acadêmicos está diretamente relacionado ao curso estudado. Isto pode ser verificado da seguinte maneira: os acadêmicos dos cursos de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, e outros têm uma melhor aceitação e menor resistência em realizar trabalhos comunitários quando comparados às respostas dos acadêmicos dos cursos de Ciências Exatas.

Na PUCPR – *Campus* Toledo, percebe-se que existem vários grupos de acadêmicos:

- a) aqueles que realizarão o Projeto Comunitário porque é obrigatório e, portanto, cumprem as horas necessárias;

- b) aqueles que realizarão o Projeto Comunitário porque é obrigatório, mas acabam gostando e querendo continuar; e
- c) aqueles que gostam de realizar atividades sociais, e já realizam ou realizaram.

De acordo com cada um dos grupos, o acadêmico apresenta uma maior ou menor resistência quanto à realização da atividade. Fato verificado ao se checar o número de acadêmicos que se inscrevem a cada semestre no Projeto Comunitário. Os que têm maior resistência em realizar a atividade deixam para desenvolvê-la no final do curso, enquanto os acadêmicos que possuem menor resistência se inscrevem já no 5º período.

Ao longo das atividades foi possível perceber que a primeira turma, por ser inexperiente em ações sociais, não sabia direito do que se tratava, como funcionava, por conseguinte, teve uma resistência muito grande à realização dessas tarefas. A segunda turma já tinha convivido com a primeira, ouvido alguns comentários, conseqüentemente apresentou menor resistência. Respostas perfeitamente normais quando estamos diante do novo, do inesperado. Em fevereiro de 2006, houve uma nova Etapa de Preparação, e os acadêmicos que participaram dela resistiram muito menos quando comparados aos que participaram em 2005. Pode-se afirmar que alguns acadêmicos, do 3º período, já se mostraram interessados em realizar atividades pelo Projeto Comunitário, mas no presente momento eles ainda não podem, já que, segundo o estatuto, o acadêmico só poder participar do Projeto Comunitário a partir do 5º período.

4.3 Passo 3 – Estudo das instituições sociais

Neste item visa-se a um levantamento das instituições sociais conveniadas junto à instituição de ensino, nas quais os acadêmicos poderão realizar atividades comunitárias.

Deve-se, todavia, verificar quais os critérios utilizados para selecionar as instituições sociais conveniadas. Para que se possa conveniar uma instituição, é necessário observar alguns itens como:

- estrutura física – qual é a estrutura da instituição? Ela é apropriada para a realização das atividades pelos acadêmicos?;

- área de atuação – qual o público-alvo da instituição? Quantas pessoas são atendidas na instituição? Quais projetos são desenvolvidos na instituição?;
- funcionários – a quantidade de funcionários é suficiente para atender ao público da instituição? Há, na instituição, uma pessoa que possa orientar o acadêmico a realizar as atividades?;
- localização – onde está localizada a instituição? É uma comunidade realmente carente, onde o nível de pobreza é elevado ou é uma comunidade em que as pessoas necessitam apenas de uma oportunidade para progredirem?;
- educação e cultura – qual é o nível de escolaridade das pessoas da comunidade? Elas possuem acesso à informação?;
- renda – qual é a renda média das famílias da comunidade? O que elas conseguem fazer com o dinheiro?;
- mercado de trabalho – como é o mercado de trabalho na comunidade? As pessoas conseguem trabalho na própria comunidade ou necessitam trabalhar em outros locais para conseguir se manter?;
- habitação e infra-estrutura – em que condições vivem as pessoas dessa comunidade? As casas possuem vários cômodos e esses são divididos, ou não? Há energia elétrica, saneamento básico, água encanada e esgoto em suas casas? O transporte coletivo é de fácil acesso e acessível a todos da comunidade?;
- qualidade de vida – como é a qualidade de vida das pessoas? As pessoas têm todas as necessidades básicas atendidas? Como é a violência no bairro?;
- meio ambiente – como está a comunidade? Há rios poluídos? O esgoto corre a céu aberto? O bairro é bem arborizado? Há poluição sonora?

Após a obtenção das respostas referentes às perguntas supracitadas deve-se verificar se a instituição social e a PUCPR têm interesse em realizar o convênio. Se assim for acordado, devem-se verificar quais atividades os acadêmicos poderão realizar na instituição.

Na PUCPR existe um relatório de visita técnica, o qual deve ser preenchido no dia da primeira visita à instituição que deseja conveniar-se ao Projeto Comunitário, para verificar se há condições dos acadêmicos realizarem atividades no local.

No relatório, são abordados os seguintes itens:

- a) nome da instituição;
- b) objetivos;
- c) ação comunitária;
- d) data da visita;
- e) horário da visita;
- f) parecer final.

Cada relatório deve ser anexado junto à documentação da instituição e encaminhado ao Departamento Jurídico para a realização do convênio.

4.4 Passo 4 – Objetivo

Objetivo é algo mensurável, e refere-se àquilo que a organização espera alcançar como parte do geral. A partir de um ou vários objetivos ora definidos, deve-se determinar as diretrizes de trabalho para que se possa atingir aquele(s). Assim, devem-se determinar quais serão os objetivos específicos.

O objetivo pode ser geral, mas não impede a existência e definição dos específicos, determinados pelos cursos ou grupos de instituições sociais.

4.5 Passo 5 – Metas

As metas da PUCPR para o Projeto Comunitário são:

- garantir, de modo mais pleno, a realização da missão social da PUCPR;
- oferecer aos estudantes a oportunidade de uma formação integral, incluindo os aspectos sociais e comunitários, a atitude de serviço e o espírito de abertura aos outros;

- desenvolver nos estudantes o espírito de solidariedade e compromisso com a sociedade mediante o conhecimento direto da realidade social e a intervenção participativa;
- enriquecer o conhecimento acadêmico com a experiência advinda das atividades sociais e comunitárias, a fim de adequá-lo às necessidades da sociedade;
- favorecer a atuação de profissionais de áreas distintas no processo de formação dos estudantes;
- fazer do Projeto Comunitário uma atividade que signifique um ato de reciprocidade entre a Universidade e a comunidade.

Além dos objetivos acima expostos, a coordenação do Projeto Comunitário da PUCPR tem como proposta os seguintes objetivos:

- Estimular os acadêmicos a realizarem atividades comunitárias no 5º período do curso;
- Ofertar atividades comunitárias que estimulem o interesse do acadêmico;
- Ofertar atividades comunitárias em horários flexíveis para que os acadêmicos, que trabalham o dia todo e fazem faculdade à noite, possam realizar ações comunitárias e;
- Ofertar atividades em municípios vizinhos, onde haja acadêmicos que residam nesses municípios, para facilitar a realização do Projeto Comunitário por parte dos mesmos.

Os diretores dos cursos de graduação têm como proposta os seguintes objetivos para o seu curso:

- Administração, Ciências Biológicas e Engenharia de Produção Agroindustrial têm objetivos comuns como: estimular os acadêmicos a realizarem suas atividades comunitárias no 5º período; estimular os professores a realizarem projetos comunitários em conjunto com seus alunos; proporcionar atividades em horários flexíveis, como no final de semana, para que os acadêmicos possam realizar suas atividades, pois a maioria trabalha o dia todo e estuda à noite e; proporcionar atividades em

outras cidades vizinhas, para tender às necessidades dos acadêmicos.

Nos cursos de Administração, Ciências Biológicas e Engenharia de Produção, observou-se que 63,64%; 81,82%; e 68,42% dos acadêmicos, respectivamente, se inscreveram para realizar suas ações comunitárias no 5º período do curso.

- filosofia: como objetivos para o curso é premissa proporcionar atividades voltadas para a formação do acadêmico.

Os acadêmicos de Filosofia, em sua maioria (53,57%), são seminaristas, por isso, já estão acostumados a desenvolver trabalhos comunitários. Esse fato faz com que 100% dos acadêmicos se inscrevam no 5º período do curso e realizem projetos comunitários. No curso de Filosofia, a diversidade de instituições e a disponibilidade de horários sempre atenderam às necessidades dos acadêmicos.

- Medicina Veterinária tem como objetivos estimular os acadêmicos a realizarem atividades comunitárias no 5º período; estimular os professores a realizarem projetos comunitários em conjunto com seus alunos; proporcionar atividades em horários flexíveis, como no final de semana, para que os acadêmicos possam realizar tais atividades, já que o curso exige dedicação integral dos acadêmicos; proporcionar atividades em outras cidades vizinhas, já que existem acadêmicos que moram noutras cidades; e realizar atividade relacionada ao curso, para despertar um maior interesse por parte dos acadêmicos.

Em Toledo, existem alguns grupos de instituições conveniadas, e cada grupo possui uma necessidade, em virtude disso, procura-se atender a cada instituição com atividades que sejam importantes para o público-alvo dessas. Assim, ao ofertarem as vagas para o Projeto Comunitário, as instituições deixam transparecer seus objetivos. Isso ocorre de maneira informal por parte das instituições conveniadas.

- instituições que trabalham com crianças e adolescentes no período de contraturno (Ação Social, Aldeia Infantil Betesda, Casa de Maria, Centro Social Marista Marcelino Champagnat) têm como objetivo desenvolver atividades recreativas, desportivas, culturais e sociais, nas quais as crianças e os adolescentes possam realizar atividades úteis para a sua formação pessoal e profissional.

Em Toledo, há algumas instituições conveniadas que trabalham com crianças e adolescentes de 7 a 17 anos no contraturno. Cada instituição tem projetos próprios e os acadêmicos atuam como colaboradores dos professores da instituição, em outras, os acadêmicos realizam atividades que estão vinculadas aos seus respectivos cursos de graduação.

Há instituições que trabalham no contraturno e ofertam ensino regular do pré-escolar à 4ª série do ensino fundamental. A preocupação dessas é com a formação do aluno, por isso, desenvolvem atividades que dêem suporte às disciplinas da grade curricular, como o reforço em Português e Matemática, bem como atividades esportivas, recreativas, culturais, que visam à formação do ser humano, ou seja, aos valores passados para as crianças, posto que serão importantes para suas vidas adultas.

- escolas municipais (Alberto Santos Dumont, Arsênio Heiss, e São Francisco de Assis) têm como objetivo proporcionar atividades recreativas, desportivas, culturais e de reforço escolar. O objetivo da escola é, além de fornecer uma educação complementar, tirar as crianças da rua, já que muitas não têm onde ficar no contraturno, pois seus pais trabalham.

Apesar das escolas municipais terem necessidades semelhantes, tem-se percebido que, de acordo com o bairro, a qual esta está situada, as atividades devem ser diferenciadas. Nas escolas situadas em bairros mais carentes, a necessidade é ocupar o aluno para que ele não fique na rua. Já nas escolas, situadas em bairros menos carentes, são aplicadas atividades que despertem o interesse do aluno e ajudem no desenvolvimento do mesmo.

Alguns dos objetivos das escolas são:

- a) realizar atividade no contraturno para que as crianças e os adolescentes não fiquem na rua, enquanto seus pais trabalham;
- b) realizar atividades que contribuam para a formação da criança e do adolescente e;
- c) realizar atividades que estimulem o interesse do aluno em participar dessas.

Hoje em dia, as escolas solicitam as mais variadas atividades. Portanto, ofertam-se aulas de informática, tanto para os alunos da escola como para a comunidade, aulas de reforço escolar (Português e Matemática), recreação, aula de dança, teatro, horta

comunitária, artes plásticas, e atividades de desenvolvimento humano, pois elas sabem que esses caminhos fazem parte da formação social e profissional dos jovens de hoje e de amanhã.

- instituições que trabalham com dependentes químicos (Fazenda Esperança Cristo Rei) estão preocupadas em ocupá-lo, como forma de tratamento, para que esse não fique ocioso em demasia. Outra preocupação das instituições é a de proporcionar, ao dependente, atividades que possam contribuir para a sua formação profissional, e assim, quando esse sair da instituição tenha condições de conseguir um emprego digno.

Nessa instituição, estão sendo ofertadas atividades como a de informática, com o objetivo de ajudar na qualificação profissional e no desenvolvimento pessoal dos jovens; aula de violão, para que os internos possam ter uma atividade alegre, interessante e integradora durante seu tempo livre; e atividades que os auxiliem no trabalho da instituição como cuidados com os animais, com a produção e com a mata.

- instituições que trabalham com idosos (asilo) têm como propósito realizar atividades de socialização e lazer com esses, visto que a maioria deles foi abandonado pela família. Percebe-se muitas vezes que, o idoso quer carinho e atenção.

Uma das preocupações dos asilos é a de poder proporcionar atividades que possam preencher o tempo deles, porém não é possível sobrecarregá-los com muitas atividades. Muitos idosos gostam de ter um tempo para ficar nos seus cantos, quietinhos, pensando na vida. Algumas atividades são importantes para os idosos, pois ajudam na recuperação de doenças como artrite, artrose, as quais são comuns nessa idade. Dentre as atividades que poderiam ajudá-los estão a fisioterapia (que não pode ser realizada pelos acadêmicos da PUCPR – *Campus* Toledo, pois não temos o curso), trabalhos manuais, passeios, bingos, bailes, dentre outros.

- instituições que trabalham com deficientes (APAE) buscam a formação e integração do deficiente na sociedade. Existem vários tipos de deficiência, as quais, muitas vezes, permitem que esse pratique várias atividades como: profissional, desportiva e, manuais. Algumas deficiências não permitem que os deficientes realizem as atividades sozinhos, pois precisam da ajuda de outras pessoas. Portanto, nem todo deficiente pode ser considerado uma pessoa incapaz.

Essas instituições procuram trabalhar a formação do deficiente, bem como sua integração na sociedade, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE.

No primeiro ano do Projeto Comunitário em Toledo, houve três projetos desenvolvidos por professores e alunos, realizados em instituições que trabalham com deficientes. Dois desses projetos foram desenvolvidos na APAE, um em Toledo e outro em Palotina. O terceiro projeto foi realizado junto aos deficientes visuais de Toledo, no qual tentou-se fazer uma integração desses com os universitários.

4.6 Passo 6 – Instrumento de avaliação

Podem-se utilizar vários instrumentos para avaliação das ações comunitárias, dentre eles estão:

- questionário: o questionário é um instrumento de pesquisa muito utilizado, pois, com ele é possível atingir um grande número de pessoas, de maneira mais rápida. O questionário pode ser fechado, com questões objetivas, as quais, na maioria das vezes, não conseguem expressar o que as pessoas realmente pensam; ou aberto, com questões subjetivas, proporcionando assim a oportunidade de as pessoas expressarem o que realmente pensam;
- entrevista: ela é usada na pesquisa, quando a quantidade de pessoas a serem pesquisadas é pequena, visto que é necessário agendar previamente com a(s) pessoa(s) escolhida(s), pois demanda um tempo maior de deslocamento e questionamento;
- observação é uma técnica utilizada quando o pesquisador já trabalha com as pessoas a serem pesquisadas ou possui um tempo disponível para ficar junto às mesmas, observando-as no seu dia-a-dia.

Na PUCPR, para se avaliarem ações comunitárias realizadas pelos acadêmicos, é utilizado um questionário a ser preenchido pela instituição que recebeu o acadêmico, a fim de que a mesma informe como ocorreu a atividade desenvolvida por ele.

O acadêmico, depois que concluiu a atividade, deve preencher um relatório de avaliação sobre a atividade, na *Internet*.

No presente momento, as avaliações oficiais realizadas pelos acadêmicos com relação ao Projeto Comunitário são estas duas, porém, uma outra forma de se avaliar é, por meio de contato com as pessoas, que recebem os acadêmicos nas instituições. Nesses contatos, elas informam à Coordenação do Projeto Comunitário como está o desempenho do acadêmico, sua frequência, dentre outras, e, por muitas vezes, essas informações não constam no Relatório de Avaliação da Instituição, haja vista temerem prejudicá-los.

4.7 Passo 7 – Analisar respostas

Após a aplicação do questionário, deve-se realizar uma análise das respostas dadas. Tal análise permitirá à PUCPR ter um perfil das instituições conveniadas e dos acadêmicos que realizaram as atividades comunitárias.

Essas informações são importantes para que se possa ser apurada a maneira como estão sendo realizadas as atividades do Projeto Comunitário. Diante do exposto, medidas poderão ser tomadas para melhorar o desempenho dos acadêmicos quanto às atividades como, ter um professor que seja capaz de auxiliá-lo durante a realização da ação comunitária; ou um professor capaz de preparar previamente o acadêmico no que tange suas ações futuras.

4.8 Passo 8 - Relatório

Por fim, deve-se elaborar um relatório com todas as informações obtidas nos passos anteriores a fim de que se possa ter um histórico completo da maneira como está sendo conduzido o Projeto Comunitário na PUCPR.

4.9 Considerações Finais

No presente capítulo, foram abordadas algumas diretrizes para o desenvolvimento de projetos sociais no contexto da formação acadêmica. Nessas diretrizes, algumas referências ao estudo de caso da PUCPR – *campus* Toledo foram feitas, como forma de mostrar a viabilidade de desenvolver ações comunitárias. Em alguns momentos, mostraram-se algumas propostas a serem aplicadas na instituição de ensino pesquisada, pois acredita-se que essas possam ser mais uma opção quando se trata da integração do Homem à sociedade de maneira digna e natural.

5 CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÃO

5.1 Conclusão

O objetivo desta tese foi o de propor diretrizes para o desenvolvimento de programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica. Para isso, buscou-se fundamentar o assunto por meio de referencial teórico, cujas ferramentas de embasamento são o empreendedorismo social; o perfil do empreendedor social; as mudanças ocorridas nas Universidades; a importância das ações comunitárias na formação acadêmicas e o processo de avaliação dessas ações.

Foi apresentado o estudo de caso da PUCPR – *campus* Toledo, no qual foram apresentadas a viabilidade e a importância de se desenvolverem ações comunitárias.

Por fim, foram apresentadas diretrizes que podem ser aplicadas por outras Universidades no desenvolvimento de ações comunitárias acadêmicas.

Esta pesquisa permitiu que se observasse a necessidade, cada vez maior, de inclusão de disciplinas como o Projeto Comunitário Universitário, no currículo escolar dos acadêmicos, além da teoria, pois é de grande importância que esses realizem trabalhos comunitários na prática. O referido fato ocorre por alguns motivos:

- o papel das Universidades tem mudado ao longo dos anos, haja vista serem responsáveis não apenas pelo ensino, mas pela pesquisa e extensão. A pesquisa é fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade, em que tecnologias são descobertas e novos produtos desenvolvidos. Enquanto a extensão é responsável pelo desenvolvimento de uma comunidade, que muitos não têm acesso, mas contribuem para o seu desenvolvimento por meio do pagamento de impostos;

- a responsabilidade social das organizações têm exigido dos seus funcionários a participação em programas de voluntariado;

- o aumento da violência, principalmente nas grandes cidades, faz com que as pessoas desenvolvam trabalhos comunitários com os menos favorecidos, na esperança de diminuir problemas sócio-econômicos e culturais como assaltos, os roubos, os estupros;

- a negligência do governo desencadeia, na sociedade civil, o anseio de uma melhor qualidade de vida para todos, ou senão para muitos, já que a grande maioria da população vive em condições indignas de sobrevivência, sem moradia, sem trabalho, sem

condições alimentares, sem um órgão oficial que realmente cuide da saúde das pessoas de maneira decente.

As técnicas de avaliação de ações sociais no contexto da formação acadêmica foram as principais fontes de pesquisa desta tese, para isso, também lançou-se mão da pesquisa bibliográfica, na qual podem-se verificar as técnicas aplicadas pelos autores citados ao longo do presente trabalho.

Com relação à experiência realizada na PUCPR – *Campus Toledo*, pode-se aferir que o trabalho realizado no ano de 2005, pelos acadêmicos dos cursos de Administração, Ciências Biológicas, Engenharia de Produção Agroindustrial, Filosofia e Medicina Veterinária, foi fundamental para a continuação do mesmo junto à comunidade. A grande maioria dos trabalhos realizados foram qualitativos, mesmo que alguns que não tenham alcançado o objetivo de imediato, entretanto, é possível afirmar que eles não comprometeram a imagem do Projeto Comunitário e da PUCPR – *Campus Toledo*, pois todas as instituições que firmaram convênio durante o ano passado receberam os acadêmicos no presente ano. E algumas instituições que não tinham convênio, estão procurando a PUCPR – *Campus Toledo*, pois querem conhecer a proposta e receber os acadêmicos.

Diante do exposto, foi descrito o programa de Projeto Comunitário da PUCPR, no *Campus Toledo*, como atividade de empreendedorismo social no contexto da formação acadêmica, o qual mostrou que as universidades particulares podem desenvolver esse tipo de atividade.

De acordo com pesquisa realizada junto aos acadêmicos, verificou-se que eles entenderam a proposta do Projeto Comunitário e desenvolveram um bom trabalho junto à comunidade. Essas atividades despertaram o interesse desses em continuar com os trabalhos comunitários em uma outra oportunidade.

As Instituições conveniadas informaram na pesquisa, que o Projeto Comunitário foi necessário para os acadêmicos, haja vista ter permitido um maior contato entre a realidade social das pessoas das comunidades atendidas e os acadêmicos e, por conseguinte, reforçar o quanto é importante ajudar a quem precisa.

As pessoas beneficiadas responderam que, com o Projeto Comunitário, aprenderam coisas novas e essenciais, pois melhoram a qualidade de vida das mesmas e isso foi muito bom para a sua vida. E gostariam que o trabalho tivesse continuidade.

O programa do Projeto Comunitário da PUCPR – *Campus Toledo* é uma atividade que desperta o sentimento de solidariedade, de ajuda ao próximo, e com isso, estimula o acadêmico, o professor ou mesmo o funcionário voluntário a desenvolver

atividades de empreendedorismo social, durante o período em que estiver na Universidade e mesmo após sua saída da instituição.

Nesta tese, foram propostas oito diretrizes que auxiliam às Instituições de Ensino Superior a desenvolverem programas de projetos sociais no contexto da formação acadêmica. Essas diretrizes foram desenvolvidas por indicadores sociais que ajudam a melhor avaliar as ações comunitárias.

5.2 Recomendações para futuros trabalhos

Como sugestão para trabalhos futuros, recomenda-se que seja realizada uma pesquisa junto aos ex-alunos e voluntários do *Campus Toledo*, em que seja verificado se o Projeto Comunitário influenciou no desempenho profissional desses, sejam eles, acadêmicos, professores ou funcionários, e se tal experiência lhes proporcionou maiores oportunidades de trabalho.

Sugere-se ainda, que sejam realizados estudos de casos em outras universidades.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith; GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas Ciências Naturais e Sociais**: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998. 203 p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6024**: numeração progressiva das seções de um documento. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6027**: sumário - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: citação em documentos - apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: trabalhos acadêmicos - apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Combate a Fome. **Um Brasil diferente está em nossas mãos**. Brasília, 2005, 105p.
- BEHRENS, Marilda Aparecida. **O Paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. Curitiba: Champagnat, 2000, 132p.
- BONNETTE, Roy. Out of the Classroom and into the Community: service learning reinforces classroom instruction. **The Technology Teacher**, Reston, vol.65, n.5, p.6-11, 2006.
- BRINCKERHOFF, Peter C., **Social Entrepreneurship**: the art of mission-based venture development. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2000, 238p.
- BUENO, Jayme Ferreira; SERMANN, Lucia Izabel Czerwonka; SCHERNER, Maria Luiza Trevizan. **Avaliação Institucional PUCPR**: fundamentação teórica, contexto institucional e perfil do aluno. Curitiba: Champagnat, 2003, 105 p.
- CAULFIEL, Thomas. Community Service: influencing retention and social responsibility. **Community College Journal**, Washington, vol.76, n.5, p.18-20, 2006.
- CHAMPAGNE, Nicole. Service Learning: its origin, evolution, and connection to health education. **American Journal of Health Education**, Reston, vol.37, n.2, p.97-102, 2006.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.
- COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de Projetos Sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, 312p.

CRUZ, Magna Loreine Nunes da; RADAZYNSKI, Sueli. **A Proposta do Projeto Comunitário da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e a Inserção do Serviço Social**. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

DESLANDES, Sueli Ferreira; CRUZ NETO, Otávio, GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

DIMENSTEIN, Gilberto. **Aprendiz do Futuro: cidadania hoje e amanhã**. São Paulo: Ática, 2001. 95p.

GARGANTINI, Marisa Bueno Mendes. O desafio do ensino superior brasileiro frente ao novo paradigma. In: FINGER, Almeri Paulo (Org.). **Gestão Universitária: novas abordagens**. Curitiba: Champagnat, 1997, 296 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GODOY, Arilda Schmidt. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, mar/abr. 1995.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, mai/jun. 1995.

HESELBEIN, Francês; GOLDSMITH, Marshall; BECKHARD, Richard; SCHUBERT, Richard F. **A Comunidade do futuro: idéias para uma nova comunidade**. São Paulo: Futura, 1998, 275p.

IOSCHPE, Evelyn Berg et al. **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações**. São Paulo: Alínea, 2004, 141p.

KAHNE, Joseph; WESTHEIMER, Joel. The Limits of Political Efficacy: educating citizens for a democratic society. **PS. Political Science & Politics**, Washington, vol.39, n.2, p.289-296, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2003, 311p.

MENEGHEL, Stela Maria. A função da universidade na sociedade – elementos para repensar a organização universitária brasileira. In: ZAINKO, Maria Amélia Sabbag; GISI, Maria Lourdes (org.). **Políticas e Gestão da Educação Superior**. Curitiba: Champagnat; Florianópolis: Insular, 2003, 266 p.

MONTOYA, Irmgard Krüger; PACHECO, Yara de Macedo. Os Desafios da Universidade na Sociedade do Conhecimento. In: BEHRENS, Marilda Aparecida (org.). **Docência Universitária na Sociedade do Conhecimento**. Curitiba: Champagnat, 2003, 191p.

MOORMAN, Marta K.; ARELLANO-UNRUH, Nita. Community Service-Learning Projects for Undergraduate Recreation Majors. **Journal of Physical Education Recreation & Dance**, Reston, vol.73, n.2, p. 42-46, 2002.

MUMFORD, Vicent; KANE, Jennifer. Service-Learning in Sports. **Journal of Physical Education, Recreation & Dance**, Reston, vol.77, n.3, p.38-44, 2006.

NGAI, Steven Sek-yun. Service-Learning, Personal Development, and Social Commitment: a case study of university students in Hong Kong. **Adolescence**, Roslyn Heights, vol.41, n.161, p.165-176, 2006.

Pontificia Universidade Católica do Paraná. Biblioteca PUCPR, Curitiba: Lúmen Centro de Comunicação, 2001.

RICHARDSON, Scott. The Power of Service Learning. **Techniques**, Alexandria, vol.81, n.1, p.38-40, 2006.

ROBERTS, Dave ; WOODS, Christine. Changing the World on Shoestring: the concept of social entrepreneurship. **University of Auckland Business Review**, Auckland, v.7, n.1, p.45-51, 2005.

ROOS, V. et al. Service Learning in a Community Context: learners' perceptions of a challenging training paradigm. **South African Journal of Psychology**, v.35, n.4, p.703-716, 2005.

ROPER, Juliet; CHENEY, George. Leadership, Learning and Human Resource Management: the meanings of social entrepreneurship today. **Corporate Governance**, Bradford, Inglaterra, GB, v. 5, n. 3, p. 95 – 104, 2005.

THOMPSON, John L. The World of the Social Entrepreneur. **The International Journal of Public Sector Management**, Bradford, Inglaterra, GB, v. 15, n. 5, p. 412 – 431, 2002.

THOMPSON, John L. The Facets of the Entrepreneur: identifying entrepreneurial potencial, **Management Decision**, York, Inglaterra, GB, v. 42, n. 2, p. 243-258, 2004.

WESTNEY, Lynn C.; COLUMNIST, Guest. Conspicuous by Their Absence: academic librarians in the engaged university. **Reference & User Services Quartely**, Chicago, vol.45, n.3, p.200-203, 2006.

WILSON, Nicholas C.; STOKES, David. Managing Creativity and Innovation: the challenge for cultural entrepreneurs. **Journal of Small Business and Enterprise Development**, Bradford, Inglaterra, GB, v.12, n. 3, p. 366 -378, 2005.

APÉNDICE

APÊNDICE A
QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS ACADÊMICOS

Questionário de Avaliação do Projeto Comunitário pelo Acadêmico

1. Você tinha claro, antes de iniciar a atividade, quais eram os objetivos sociais do seu Projeto Comunitário?

() Sim

() Não

2. Você conseguiu atingir os objetivos sociais do seu Projeto Comunitário durante a realização da sua atividade?

() Plenamente

() Parcialmente

() Não atingiu

3. Você utilizou o conhecimento adquirido em sala de aula para a realização da atividade?

() Utilizou totalmente

() Utilizou parcialmente

() Não utilizou

4. Realizar uma atividade social mudou a sua percepção da realidade social?

() Sim

() Não

Por quê? _____

5. Você acha que esta atividade serviu para mudar a realidade social das pessoas (crianças, adolescentes, idosos), as quais você realizou a atividade? Por quê?

() Muito _____

() Pouco _____

() Não mudou _____

6. Você pretende continuar a realizar esta atividade social, mesmo depois de finalizar a carga horária exigida pela PUCPR? Por quê?

() Sim. _____

() Não. _____

7. Você pretende realizar outro tipo de atividade social, depois de ter concluído a carga horária exigida pela PUCPR? Por quê?

() Sim. _____

() Não. _____

8. Em qual destas áreas, a atividade que você realizou está inserida?

() educação

() saúde

() qualidade de vida

() mercado de trabalho

Curso: _____

Instituição: _____

Qual o público da instituição: _____

Atividade realizada: _____

Qual o público que participou da atividade que você realizou:

Período de realização da atividade (mês/ano): ___/05 a ___/05.

APÊNDICE B

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES CONVENIADAS

Questionário de Avaliação do Projeto Comunitário pelas instituições Conveniadas

1. O acadêmico tinha claro, antes de iniciar a atividade, quais eram os objetivos sociais do seu Projeto Comunitário?

() Sim

() Não

2. O acadêmico conseguiu atingir os objetivos sociais do seu Projeto Comunitário durante a realização da atividade?

() Plenamente

() Parcialmente

() Não atingiu

3. O acadêmico possuía o conhecimento necessário para a realização da atividade?

() Sim

() Não

() Parcialmente

4. A presença dos acadêmicos contribuiu para os objetivos da instituição?

() contribuiu muito

() contribuiu

() contribuiu pouco

() não contriuiu

5. Você acha que a atividade social realizada pelo acadêmico serviu para mudar sua percepção da realidade social?

() Sim

() Não

Por quê? _____

6. Você acha que a atividade social realizada pelo acadêmico serviu para mudar a realidade social do público da instituição? Por quê?

() Sim. _____

() Não. _____

7. Algum acadêmico pretende continuar a realizar esta atividade social, mesmo depois de finalizar a carga horária exigida pela PUCPR? Por quê?

() Sim. _____

() Não. _____

8. Algum acadêmico pretende realizar outro tipo de atividade social, depois de ter concluído a carga horária exigida pela PUCPR? Por quê?

() Sim. _____

() Não. _____

9. Em qual destas áreas, a atividade realizada pelo acadêmico está inserida?

() educação

() saúde

() qualidade de vida

() mercado de trabalho

Nome da Instituição: _____

Nome da pessoa responsável na Instituição por acompanhar os alunos do Projeto Comunitário: _____

Qual seu público-alvo: _____

Quantidade de alunos que realizou atividade do Projeto Comunitário: _____

Período de realização da atividade do Projeto Comunitário na Instituição (mês/ano): ___/05 a ___/05.

APÊNDICE C
QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DOS BENEFICIADOS

Questionário de Avaliação do Projeto Comunitário pelas Pessoas Beneficiadas

1. Você acha que a atividade realizada pelos alunos serviu para mudar a sua realidade social?

Por quê?

() Sim. _____

() Não. _____

2. Você gostaria que a atividade a qual você participou tivesse continuidade? Por quê?

() Sim. _____

() Não. _____

3. Você gostaria de participar de alguma outra atividade? Qual?

() Sim. _____

() Não.

4. Você acha que a atividade a qual você participou contribuiu para a sua formação profissional?

() Sim

() Não

5. Em qual destas áreas, a atividade que você participou está inserida?

() educação

() saúde

() qualidade de vida

() mercado de trabalho

Nome do respondente: _____

Nome da Instituição a qual você pertence: _____

Atividade realizada pelo aluno da PUC com você: _____

Quantidade de alunos que realizou atividade: _____

Período em que o aluno realizou a atividade (mês/ano): ___/05 a ___/05.

ANEXO

ANEXO A

MANUAL DOS ACADÊMICOS DO PROJETO COMUNITÁRIO

MENSAGEM DO REITOR

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de acordo com sua missão institucional, está empenhada em formar seus estudantes para serem profissionais competentes e qualificados e, além disso, para serem cidadãos solidários. A educação oferecida pela PUCPR tem, portanto, duas perspectivas: ensinar a ganhar a vida e ensinar a viver.

Desde os anos 70, a PUCPR se preocupa com a formação da mente e do coração de seus estudantes. Já naqueles tempos, acadêmicos e professores dedicavam horas de suas férias no então chamado Projeto Litoral. Eram mutirões realizados com o objetivo de ajudar as populações carentes do litoral paranaense, tanto no continente como nas ilhas. Anos mais tarde, o Projeto Litoral evoluiu para uma forma mais sistemática de atendimento, incorporada pelo ProAção - Programa de Ação Comunitária e Ambiental, que reúne estudantes voluntários de diferentes cursos da Universidade. Hoje o ProAção tem núcleos estabelecidos em quatro municípios do litoral e da região metropolitana de Curitiba.

Porém, uma maior consciência da responsabilidade social da PUCPR levou-a a ampliar as atividades sociais, somando às iniciativas voluntárias já existentes, ações institucionalizadas e formais, previstas, inclusive, no currículo escolar, envolvendo todos os seus estudantes. Assim nasceu o Projeto Comunitário, aprovado pelo Conselho Universitário.

Atenta aos desafios emergentes da sociedade e afinada com os anseios da comunidade, a PUCPR quer fazer-se presente nos processos históricos de transformação social, em vista da melhoria da qualidade de vida para todos. A PUCPR sabe que não pode prescindir de um ajuste permanente de sua sintonia social, pela qual se insere na vida da comunidade, colocando a riqueza do saber científico e da tecnologia a serviço da solução dos graves problemas sociais.

O Projeto Comunitário é uma atitude concreta que permite aos estudantes da PUCPR desenvolverem o espírito de solidariedade e de gratuidade, e a sensibilidade para com os menos favorecidos econômica e socialmente. Isso constitui elemento fundamental de uma educação integral. Portanto, a proposta do Projeto Comunitário é algo para o qual esperamos a adesão de todos, pois ela é, explicitamente, uma proposta educativa.

Estejamos todos empenhados em construir um mundo melhor, inclusive para os menos favorecidos. O Projeto Comunitário será uma atitude concreta para que isso, de fato, aconteça. Que nenhum estudante deixe a PUCPR sem ter aprendido a imprescindível lição da solidariedade.

Clemente Ivo Juliatto

Reitor

APRESENTAÇÃO

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no empenho de se tornar uma Escola de Cidadania, posiciona-se, contribuindo de forma significativa para a formação de seres humanos, conscientes e atuantes na construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Com a inclusão do Projeto Comunitário nas novas Diretrizes para o Ensino de Graduação da PUCPR, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná abre uma nova fase de história acadêmica, envolvendo seus acadêmicos, professores e colaboradores na formação integral e para a cidadania.

O pano de fundo desta iniciativa caracteriza-se como um país que busca respostas para uma situação marcada por desigualdades sociais. Estas respostas não podem ser unilaterais, devem emanar de todos os segmentos sociais.

A Coordenadoria do Projeto Comunitário, instância administrativa responsável pela execução do Projeto Comunitário, tem, entre suas atribuições de gestão, a responsabilidade de operacionalização do projeto, compreendendo a divulgação da concepção do projeto, o cadastramento do corpo discente, a celebração de convênios institucionais, a orientação, supervisão e avaliação dos planos de atividades em execução, visando a sua efetivação e continuidade junto a projetos internos da PUCPR e instituições conveniadas.

Neste documento, Manual do Projeto Comunitário, há o registro de informações para você conhecer e viabilizar, de forma efetiva, o seu projeto comunitário: conceitos, objetivos, diretrizes, formas de operacionalização do sistema de informatização, o desenvolvimento, participação e responsabilidade dos acadêmicos nas instituições conveniadas, o acompanhamento e a avaliação dos projetos comunitários. Caso você tenha dúvidas, acesse o *site* www.pucpr.br/projetocomunitario ou procure seu diretor de curso ou, ainda, dirija-se à Coordenadoria do Projeto Comunitário.

Finalmente, é nossa expectativa, também, que este documento seja instrumento de comunicação e força inspiradora para o seu pensar e fazer social. Só há um jeito de transformar a realidade social e chegar ao lugar da fraternidade: é participando! Projeto Comunitário: uma lição de amor, na escola da vida!

Prof.^a Marilda Lili Corbellini,

Coordenadora do Projeto Comunitário, PUCPR.

1 CONCEPÇÃO DO PROJETO COMUNITÁRIO

O Projeto Comunitário é uma idéia social emergente de pensar e praticar ações sócio-comunitárias em um processo acadêmico de relação universidade/sociedade que geram qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social da comunidade paranaense.

Assim, à luz deste entendimento e tendo por foco a formação integral de cidadãos conscientes e preocupados com a atual realidade social, o Projeto Comunitário significa, igualmente, envolvimento e participação do acadêmico na sua preparação para a vida, constituindo-se uma ferramenta capaz de ativar o processo de consolidação de uma cultura de responsabilidade e integração social.

2. CARACTERIZAÇÃO E OBJETIVO

O Projeto Comunitário constitui atividade complementar (totalizando 36 horas), integrante do currículo dos cursos de graduação desenvolvida por acadêmicos matriculados a partir do 5º período. É desenvolvido por meio de planos de atividades previamente aprovados pela Pró-Reitoria Comunitária da PUCPR.

Tem como objetivo cumprir a missão institucional, sensibilizando o acadêmico para a realidade social.

3 QUAIS SÃO AS ETAPAS DO PROJETO COMUNITÁRIO?

Primeira etapa – Participação na Etapa de Preparação, sendo pré-requisito para realizar a inscrição nas ações sociais ofertadas pela Coordenadoria do Projeto Comunitário.

Segunda etapa - Inscrição nas ações sociais pelo *site* do Projeto Comunitário.

Terceira etapa – Realização pelo acadêmico das ações sociais nas quais se inscreveu.

Quarta etapa - Preenchimento do Relatório Final de Avaliação no sistema IGER da PUCPR, referente a inscrição e ação realizada.

Quinta etapa – Validação de frequência dos acadêmicos pelos responsáveis das ações sociais.

3.1 Quais os procedimentos para participar do Projeto Comunitário?

3.1.1 Primeira etapa – preparação

No início de cada semestre letivo da PUCPR a equipe técnica do Projeto Comunitário visita as turmas dos cursos convocados a participarem da Etapa de Preparação do Projeto Comunitário naquele semestre. Na oportunidade, é entregue o Manual do Acadêmico do Projeto Comunitário e calendário de Etapa de Preparação de cada curso.

Durante a Etapa de Preparação, o acadêmico recebe informações gerais sobre as questões sociais relevantes que justificam a parte prática do Projeto Comunitário, além de informações sobre procedimentos e forma de operacionalização.

Para participar da Etapa de Preparação, o acadêmico tem uma tolerância de horário na entrada de **10 minutos de atraso, não sendo autorizado saída antecipada**. Os acadêmicos deverão comparecer **com sua carteira de estudante e apresentá-la na recepção do auditório**. Caso o acadêmico não compareça no dia e hora marcado, deverá efetuar inscrição (*via site*) para participação da Segunda Etapa, divulgada no calendário acadêmico da PUCPR. Caso contrário, não poderá realizar sua inscrição nas ações sociais ofertadas.

Na Etapa de Preparação, o acadêmico recebe uma declaração a qual assina, afirmando ter conhecimento do conteúdo deste Manual e atualizando seus dados pessoais para contato. Por este motivo, o Manual é entregue em sala de aula, alguns dias antes da data prevista para participação do acadêmico na referida Etapa.

3.1.2 Segunda etapa – inscrição nas ações sociais

O período de inscrição ocorre no início de cada semestre letivo, conforme divulgado no calendário acadêmico da PUCPR.

Poderão inscrever-se os acadêmicos dos cursos de graduação que estiverem devidamente matriculados, a partir do 5º período e que participara, da Etapa de Preparação.

A inscrição nas ações sociais é efetuada via *internet*, no endereço www.pucpr.br/projetocomunitario, ou por apresentação formal de **Proposta Interna** que deverá ser submetida à avaliação da Equipe da Coordenadoria de Projeto Comunitário e cujo formulário encontra-se no *site* supra mencionado.

No ato da inscrição o acadêmico deverá emitir comprovante de inscrição, para ser apresentado ao responsável pela ação social na qual se inscreveu. Somente mediante apresentação desse comprovante a Instituição em que a ação social será efetuada poderá receber o acadêmico.

3.1.3 Terceira etapa – realização da ação social

Ao comparecer para realização da ação social, o acadêmico deverá registrar sua presença junto ao responsável pela atividade, na **Ficha de Acompanhamento de Frequência** (modelo disponibilizado pelo Projeto Comunitário). Para o devido efeito, o registro deverá conter a assinatura do responsável e do acadêmico.

3.1.4 Quarta etapa – relatório final

Para cada inscrição, o acadêmico deverá preencher o Relatório Final de Avaliação, pelo sistema IGER da PUCPR também disponível no *site* do Projeto Comunitário.

3.1.5 Quinta etapa – validação de frequência

Serão computadas as horas efetivamente cumpridas na atividade e não as registradas no ato da inscrição. A validação de frequência ocorrerá por meio de documento formalmente apresentado à Coordenadoria do Projeto Comunitário pelos responsáveis das ações sociais.

O acadêmico somente terá suas horas computadas após o cumprimento de todas estas etapas.

4 CANCELAMENTO DE INSCRIÇÃO

Caso o acadêmico necessite, por algum motivo, cancelar sua inscrição deverá comparecer na Coordenadoria do **Projeto Comunitário**¹ para justificar, por escrito mediante preenchimento de declaração, o seu pedido. **Caso não continue a atividade inscrita e não cancele, não poderá realizar nova inscrição no site, posteriormente.**

O cancelamento de inscrição e reencaminhamento para outra atividade, no mesmo semestre, somente será permitido por motivo de doença e com a apresentação de atestado médico. Quaisquer outros motivos de cancelamento serão reencaminhados para efetivação de nova inscrição apenas no semestre subsequente. Também poderá ser objeto de cancelamento da inscrição conduta indevida do acadêmico, comunicada, mediante documento inscrito, pelo responsável da instituição conveniada à Coordenadoria do Projeto Comunitário. Atos de **indisciplina**, ou conduta indevida, bem como as sanções estabelecidas para tais atos, estão consideradas e previstas no **Regimento Geral da PUCPR, - artigo 128** (atos de indisciplina) e **artigo 129** (penalidades).

Ao ocorrerem 3 (três) faltas consecutivas na ação social (sem justificativa plausível), o acadêmico deverá comparecer pessoalmente na Coordenadoria do Projeto Comunitário para solicitar formalmente o cancelamento de sua inscrição na referida ação social. Este procedimento se faz necessário, uma vez que a não realização acarretará na impossibilidade de efetuação de nova inscrição posteriormente (o sistema de informática utilizado para gerenciar as informações relativas à inscrição não permite sobreposição de inscrições).

5 FALTAS NA AÇÃO SOCIAL

A falta a uma ação social programada implicará na perda destas horas, devendo o acadêmico comunicar sua ausência, para o responsável pela ação social, com antecedência mínima de 24 horas.

As faltas às aulas, às provas e não entrega de trabalhos, durante a imersão, e somente nestes casos, deverão ser justificadas aos Diretores de Curso, por meio de declaração da Coordenadoria do Projeto Comunitário. As ações não definidas como imersão devem ser realizadas em horário não coincidente com o das aulas regulares, de modo a não comprometer a outras atividades acadêmicas.

6 QUANTO A CARGA HORÁRIA

O tempo de deslocamento para se dirigir ou retornar ao local onde será desenvolvida a ação comunitária **NÃO** será computado para efeito de cumprimento da carga horária.

O acadêmico interessado em continuar atuando em ações comunitárias mesmo após o cumprimento das 36 (trinta e seis) horas previstas poderá fazê-lo desde que a instituição esteja de acordo e se comprometa a disponibilizar vaga.

Somente os acadêmicos que cumprirem todas as etapas do Projeto Comunitário, até 10 (dez) dias antes da data prevista para a divulgação de notas no calendário acadêmico, terão sua carga horária computada no respectivo semestre. Caso o prazo seja excedido, as horas serão computadas no semestre seguinte, ficando o acadêmico em situação de pendência com o Projeto Comunitário.

6.1 Acadêmicos formandos

Os acadêmicos que estiverem cursando o último período acadêmico do seu curso devem impreterivelmente cumprir todas as etapas do Projeto Comunitário até 10 (dez) dias antes data prevista em calendário acadêmico para o encerramento do semestre letivo. Caso não ocorra o cumprimento deste quesito, não poderão participar das atividades de encerramento de seu curso, ficando em situação de **dependência** no Programa de Aprendizagem do Projeto Comunitário.

7 O QUE SE ESPERA DO ACADÊMICO INSCRITO NO PROJETO COMUNITÁRIO?

- Respeito aos valores éticos e à dignidade da pessoa humana.
- Zelo pela imagem da PUCPR, pelo cumprimento e observância do seu regimento interno.
- Respeito à cultura e aos procedimentos das comunidades, instituições e organismos onde realiza atividades do Projeto Comunitário.

- Cumprimento da atividade comunitária na qual se inscreveu, respeitando o calendário, o horário e as orientações do responsável institucional.

- Participação nas reuniões de preparação e capacitação ao Projeto Comunitário, no caso destas reuniões serem pré-requisito ao processo de inclusão nas atividades das instituições conveniadas.

- Cumprimento da carga horária mínima prevista no Projeto Comunitário.

- Informação à Coordenadoria do Projeto Comunitário sempre que a Instituição, onde desenvolve a sua ação comunitária, não esteja cumprindo as condições de trabalho estabelecidas.

8 DIREITOS DO ACADÊMICO INSCRITO NO PROJETO COMUNITÁRIO

- Auxílio da Coordenadoria do Projeto Comunitário para transporte, alimentação e hospedagem, quando sua atividade comunitária for realizada fora da Região Metropolitana de Curitiba ou fora de outra sede, nos casos de *campi* situados em outras regiões do Estado.

- Ser informado pela Coordenadoria do Projeto Comunitário, durante o processo de monitoramento e avaliação, dos procedimentos pessoais de conduta insatisfatória ou de faltas observadas em relação ao Regulamento do Projeto Comunitário.

- Garantia de seus direitos no caso de publicação, utilização para outros fins ou menção especial de algum plano de atividades do Projeto Comunitário em que tenha participado como autor ou co-autor.

9 OUTRAS INFORMAÇÕES IMPORTANTES

As atividades realizadas nos Projetos Comunitários não precisam, necessariamente, estar vinculadas às atividades específicas da formação profissional do acadêmico.

As ações sociais desenvolvidas no Projeto Comunitário não equivalem a estágios acadêmicos e/ou profissionais.

A Coordenadoria do Projeto Comunitário garantirá “seguro contra acidentes” para os acadêmicos inscritos nas ações sociais.

10 APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE AÇÃO SOCIAL (PROJETOS INTERNOS)

Caso o acadêmico tenha interesse em propor uma ação social alternativa, poderá fazê-lo seguindo as diretrizes explicitadas em documento disponível no site do Projeto Comunitário (menu “Como Apresentar Propostas de Ações”). O encaminhamento de propostas devem ser apresentadas em formulário específico para este fim, também disponível no referido *site* (menu “Roteiro Propostas de Ações”). As propostas estarão sujeitas à apreciação e avaliação da Coordenadoria do Projeto Comunitário.

Os casos omissos neste Manual serão resolvidos pela Divisão de Projetos Comunitários, em consonância com as orientações da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão.

ANEXO B
ORIENTAÇÕES GERAIS AOS RESPONSÁVEIS DAS INSTITUIÇÕES
CONVENIADAS

APRESENTAÇÃO

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, no empenho de se tornar uma escola de Cidadania, posiciona-se, contribuindo de forma significativa para a formação de seres humanos, conscientes e atuantes na construção de uma sociedade mais justa, humana e solidária.

Com a inclusão do Projeto Comunitário nas novas Diretrizes para o Ensino de Graduação da PUCPR, a Pontifícia Universidade Católica do Paraná abre uma nova fase de história acadêmica, envolvendo seus acadêmicos, professores e colaboradores na formação integral e para a cidadania.

O pano de fundo desta iniciativa caracteriza-se como um país que busca respostas para uma situação marcada por desigualdades sociais. Estas respostas não podem ser unilaterais, devem emanar de todos os segmentos sociais.

A Coordenadoria do Projeto Comunitário, instância administrativa responsável pela execução do Projeto Comunitário, tem, entre suas atribuições de gestão, a responsabilidade de operacionalização do projeto, compreendendo a divulgação da concepção do projeto, o cadastramento do corpo discente, a celebração de convênios institucionais, a orientação, supervisão e avaliação dos planos de atividades em execução, visando a sua efetivação e continuidade junto a projetos internos da PUCPR e instituições conveniadas.

O Projeto Comunitário é observado como atividade obrigatória complementar ao projeto pedagógico que se configura na inserção do acadêmico, a partir do 5º período de cada curso, com 36 horas para realização de programas e ações que focam uma dimensão social explícita, a ser desenvolvida por práticas profissionais que favoreçam, concretamente, a população atingida.

Visando ao bom desempenho das atividades ligadas ao projeto, acreditamos ser impreterível sua participação, no sentido das proposições de ações a serem desenvolvidas pelos acadêmicos desta Universidade, assim como sugestões, críticas e encaminhamentos que se fizerem necessários.

Periodicamente o responsável pela instituição conveniada será convidado a participar de reuniões na PUCPR, no intuito de estreitar relações e atingir um nível de satisfação adequado em todas as ações propostas, estruturando uma teia social, que se constitui uma rede de vida e prática de solidariedade cidadã.

Profª. Marilda Lili Corbellini - Coordenadora do Projeto Comunitário
PUCPR

1 A CONCEPÇÃO DO PROJETO COMUNITÁRIO

O projeto comunitário é uma idéia social emergente de pensar e praticar ações socio-comunitárias em um processo acadêmico de relação universidade/sociedade que geram qualidade de vida e desenvolvimento econômico e social da comunidade paranaense.

Assim, à luz deste entendimento e tendo por foco a formação integral de cidadãos conscientes e preocupados com a atual realidade social, o projeto comunitário significa, igualmente, envolvimento e participação do acadêmico na sua preparação para a vida, constituindo-se uma ferramenta capaz de ativar o processo de consolidação de uma cultura de responsabilidade e integração social.

Examinado em outro enfoque, o projeto comunitário é observado, como atividade obrigatória complementar ao projeto pedagógico que se configura na inserção do acadêmico, a partir do 5º período de cada curso, com 36 horas para a realização de programas e ações que focam uma dimensão social explícita, a ser desenvolvida por práticas profissionais que favoreçam, concretamente, a população atingida.

1.1 Qual é a sua missão?

Sob muitos ângulos e perspectivas, pode-se analisar o sentido do Projeto Comunitário, bem como, a importância de seus efeitos no campo sócio-econômico, político e educacional.

Entre estes ângulos, podemos considerar:

1.2 O enfoque filosófico

- O Projeto Comunitário é um processo de superação gradativa das limitações do homem, pela exploração contínua de suas virtualidades intrínsecas;

- O Projeto Comunitário é um processo que traz à discussão a “formatação de mentes e corações das novas gerações” (Ir. Clemente Juliatto – Solidariedade de Beca – 1998) e da maximização da construção de visão de mundo e que extrapola, muitas vezes, os limites estreitos da sala de aula, onde ocorre a formação focada somente no profissional e intelectual.

O acadêmico que se vincula ao Projeto Comunitário participa, como ser circunstanciado; e todo o processo de transformação que o vier a atingir, atingirá também e, de forma direta ou indireta, a comunidade, como grupo social onde se fazem presentes as relações interpessoais, as relações sociais e onde se identificam demandas, problemas, desejos, objetivos, crenças, cultura e valores comuns, capazes de inspirar, orientar e conduzir ações comunitárias.

O Projeto Comunitário não comporta restrições: sua ação, conduzida de forma planejada, pertinente e intencional, se direciona de modo a articular e integrar esforços, desenvolvidos por instituições do tipo, natureza e objetivos diversos e cujas ações possam somar-se de forma a assegurar ao acadêmico exercício ético responsável e solidário, e às pessoas atendidas e às comunidades, a inclusão cidadã no contexto social e a apropriação progressiva de sua humanidade.

1.3 O enfoque político: de formação para cidadania

- O Projeto Comunitário se baseia na convicção de que as soluções para os desafios do IIIº. milênio estão na cooperação e na mobilização permanente da população, notadamente da juventude;

- O Projeto Comunitário é uma proposta de contribuição para a ampliação de parcerias em um compromisso para um país melhor, através do movimento de responsabilização;

- O Projeto Comunitário quer formar cidadãos conscientes e solidários para a co-responsabilização social solidária, buscando a integração do acadêmico no processo coletivo.

1.4 O enfoque institucional

O Projeto Comunitário supõe um novo sentido da universidade, redimensionando seu papel voltada não apenas para a qualidade de ensino, para o capital científico e tecnológico, mas também para a formação de profissionais comprometidos com a sociedade em que vivem e com a sua transformação. Para o desempenho desta função, a PUCPR propõe-se a contribuir para um novo salto de qualidade, dando oportunidade aos

jovens de participação, envolvimento e realização com situações sociais que comprometam a qualidade de vida e felicidade das pessoas.

1.5 O enfoque educativo-operacional

O Projeto Comunitário é considerado como um processo de formação de profissionais cidadãos competentes, que irão identificar problemas e necessidades, aspirações e desejos, recursos e potencialidades, participando, direta e ativamente, do enfrentamento das questões sociais e do desenvolvimento das organizações e comunidades. Assim concebido, o Projeto Comunitário representa uma maior integração de forças e instituições comunitárias, enriquecendo o conhecimento acadêmico, com as experiências trazidas das atividades sociais, adequando-o às necessidades da comunidade.

O Projeto Comunitário constitui atividade complementar integrante do currículo pleno dos cursos de graduação ofertados pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e tem como objetivo cumprir a missão institucional, sensibilizando o acadêmico para a realidade social.

O Projeto Comunitário é desenvolvido por meio de planos de atividades previamente aprovados pela Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão, equivalente a 2 (dois) créditos, por acadêmicos matriculados a partir do 5.º período.

1.6 Objetivos do Projeto Comunitário

- Garantir, de modo mais pleno, a realização da missão social da PUCPR.
- Oferecer aos estudantes a oportunidade de uma formação integral, incluindo os aspectos sociais e comunitários, a atitude de serviço e o espírito de abertura aos outros.
- Desenvolver nos estudantes o espírito de solidariedade e compromisso com a sociedade mediante o conhecimento direto da realidade social e a intervenção participativa.
- Enriquecer o conhecimento acadêmico com a experiência advinda das atividades sociais e comunitárias, a fim de adequá-lo às necessidades da sociedade.

- Favorecer a atuação de profissionais de áreas distintas no processo de formação dos estudantes.
- Fazer do Projeto Comunitário uma atividade que signifique um ato de reciprocidade da Universidade para com a comunidade.

1.7 Etapas do Projeto Comunitário

O acadêmico deverá cumprir 36 horas, sendo 4 destinadas à etapa preparatória para as ações comunitárias.

Primeira etapa : esta etapa corresponde a preparação (4 horas), ou seja, participação do acadêmico em seminário prático. Nesta oportunidade o acadêmico entrega o termo de conhecimento do conteúdo do Manual do Acadêmico que regula e orienta sua atuação no Projeto Comunitário.

Segunda etapa : inscrição no sistema de cadastramento do acadêmico nas Instituições Sociais conveniadas junto a Coordenação do Projeto Comunitário.

Terceira etapa : apresentação à Instituição levando comprovante de inscrição para a realização da ação comunitária (32 horas).

Quarta etapa: elaboração do relatório final pelo acadêmico, referente a cada atividade credenciada, registrado no sistema.

Quinta etapa: Validação da frequência pelas Instituições Sociais e conseqüentemente administração do sistema, com encaminhamento de avaliação de horas e ações dos acadêmicos.

O acadêmico somente terá seus créditos computados após o cumprimento de todas estas etapas.

2 A PARCERIA COM AS INSTITUIÇÕES SOCIAIS

A inscrição de propostas sociocomunitárias de instituições externas interessadas na adesão aos Programas do Projeto Comunitário, é vinculada a formalização de termo de cooperação técnica, científica e financeira celebrada entre a instituição interessada e a Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Antecedendo a formalização do termo mencionado, as instituições interessadas deverão encaminhar solicitação escrita à Coordenadoria do Projeto Comunitário. A equipe da Coordenadoria do Projeto Comunitário realizará então, visita técnica institucional para avaliar a viabilidade do citado convênio.

2.1 Não são aceitos no Projeto Comunitário os planos em que constem:

- Ações de proselitismo religioso ou político-partidário.
- Eventos exclusivamente religiosos e/ou espirituais.
- Atividades referentes a estágio curricular ou estágio profissional.
- Atividades profissionais remuneradas.
- Participação em atividades acadêmicas e/ou culturais como seminários, congressos, simpósios, monitoria, grupos de estudo, projetos de pesquisa e similares.
- Atividades assistencialistas isoladas, incluindo doações e participação em campanhas, desvinculadas de planos mais amplos de ação comunitária.

As propostas de ação comunitária não podem, em hipótese alguma, prever benefícios pessoais aos participantes, quer sejam coordenadores, quer sejam estudantes ou qualquer outra pessoa envolvida.

Em caso da **proposição de atividades sociocomunitárias internas** na instituição PUCPR, por órgãos, divisões, decanos, diretores, professores de cursos e acadêmicos (individual ou coletivamente) não válidas, as seguintes atividades:

- Correção de tarefas de professores.
- Desempenho de cargos diretivos ou colaborativos nas entidades estudantis.
- Serviço de bolsistas ou estágios remunerados.
- Atividades administrativas em direções, divisões, departamentos ou qualquer outro órgão da Universidade.

O cumprimento dos quesitos prioritários a formalização do termo de cooperação técnica estarão dependentes de:

- realização de visita técnica institucional;
- apreciação e aprovação da equipe técnica de documentação necessária a ser apresentada:

- fotocópia do CNPJ;
- certificados de utilidade pública (quando for o caso);
- estatuto da instituição;
- foto institucional (parte externa e/ou foto de atividades desenvolvidas com usuários).

- apreciação da caracterização da identidade e estrutura institucional aonde deverão estar descritos em correspondência especial os dados:

1. Nome da instituição.
2. Responsável Geral.
3. Área de atuação.
4. Endereço.
5. Títulos de Utilidade Pública quando for o caso.
6. Apresentação da Instituição (breve histórico).
7. Apresentação da missão institucional.
8. O público que atende (tipo e quantidade de atendidos).
9. Principais atividades e finalidades da instituição.
10. Necessidade de colaboração do Projeto Comunitário.
11. Formas de retorno do projeto para o usuário e para o acadêmico.
12. Indicação de pessoa para esclarecimento e contato sobre a proposta na

Instituição e endereço para encaminhamento do Parecer da Comissão de análise.

- validação de conteúdos das propostas e ações institucionais.
- inclusão nos quesitos formais da resolução Consun nº 106/2001.
- demanda de vagas dos acadêmicos para cada período em específico, bem como o enquadramento da instituição e suas propostas na Resolução que regulamenta as propostas de planos de atividade do Projeto Comunitário.

Para validação dos conteúdos das propostas a serem encaminhadas à Coordenadoria do Projeto Comunitário, as instituições conveniadas deverão preencher modelo de projeto de atividade que encontra-se no *site* www.pucpr.br/projetocomunitario, em papel timbrado e carimbado.

É importante que a instituição considere as seguintes **prioridades de ação na elaboração dos projetos:**

- Fortalecimento da integração e autonomia dos municípios.
- Combate ao atraso educacional.
- Apoio ao auto-emprego e geração de renda.

- Desenvolvimento urbano.
- Melhoria da qualidade de vida das comunidades.
- Apoio a comunidades rurais e de pescadores.
- Promoção e assistência à saúde.
- Promoção dos marginalizados.
- Apoio à cultura ecológica.
- Assistência a pessoas portadoras de necessidades especiais.
- Apoio a instituições beneficentes e de promoção comunitária.
- Defesa e promoção dos direitos humanos.

Em anexo ao projeto sociocomunitário a ser encaminhado, deverão ser apresentados (conforme o caso):

- Termo assinado por todos os membros da equipe proponente da proposta, afirmando conhecimento dos objetivos e das diretrizes do Projeto Comunitário neste MANUAL.

- Termo de adesão de atuação voluntária, quando for o caso, para os demais membros da equipe que não possuem vínculo com a PUCPR;

- Declaração do responsável pela Instituição, público ou comunidade a receber o benefício da ação comunitária, aceitando a realização da ação proposta, nos termos do convênio.

Obs.: Todos os modelos de termos e declarações estarão à disposição no site do Projeto Comunitário ou, diretamente, na Coordenadoria de Projeto Comunitário e, para terem valor oficial, devem vir em papel timbrado e carimbado.

2.2 São obrigações, da responsabilidade da PUCPR:

- Assumir o ônus da cobertura contra acidentes para estudantes inscritos no Projeto Comunitário.

- Orientar e supervisionar os planos de atividades em execução, visando a sua efetivação e continuidade.

- Divulgar, incentivar e acompanhar a comunidade acadêmica.

- Zelar pela segurança, orientação e acompanhamento das atividades propostas.

- Avaliar e opinar sobre o cumprimento, execução e validade dos convênios firmados.

- Ofertar aos estudantes projetos encaminhados pela conveniada.
- Preparar e informar os acadêmicos sobre a operacionalização do Projeto Comunitário junto à conveniada.

2.3 São obrigações de responsabilidade das instituições conveniadas:

A Instituição que desejar estabelecer convênio de colaboração com a Coordenadoria do Projeto Comunitário, apresentando um ou mais planos de atividades, deverá:

- Atender às prioridades, às normas e aos requisitos estabelecidos pela Coordenadoria do Projeto Comunitário.
- Apresentar planos de atividades dirigidos aos setores menos favorecidos da sociedade, de acordo com a capacidade acadêmica institucional e as necessidades da comunidade.
- Acompanhar o monitoramento dos planos de atividades em execução, designando um responsável e mantendo processos contínuos de avaliação, cujos dados estarão à disposição da Coordenadoria do Projeto Comunitário.
- Informar a Coordenadoria do Projeto Comunitário, alterações que venham a ocorrer no conteúdo de atividades na designação de novos responsáveis pela orientação dos acadêmicos e outros procedimentos que venham a alterar as atividades dos acadêmicos.
- Comprometer-se a expedir os documentos solicitados pela Coordenadoria do Projeto Comunitário para o registro das horas de atividades realizadas pelos estudantes, bem como avaliações dos acadêmicos, respeitando prazos de entrega e os formatos dos relatórios estabelecidos pela Coordenadoria do Projeto Comunitário.
- Informar à Coordenadoria do Projeto Comunitário, dos planos de atividades e procedimentos de conduta insatisfatória dos acadêmicos.
- A designação de coordenação do Projeto Comunitário na Instituição conveniada deverá ser comunicada por escrito, por ocasião da assinatura do presente documento.

Os casos de omissão neste MANUAL, serão resolvidos pela Coordenadoria do Projeto Comunitário, em consonância com as orientações da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão.

3 O PROCESSO DE INCLUSÃO DO ACADÊMICO NA INSTITUIÇÃO SOCIAL CONVENIADA COM A COORDENADORIA DO PROJETO COMUNITÁRIO

3.1 O responsável pela gestão das atividades sociais do acadêmico:

A pessoa responsável pelas atividades programadas para os acadêmicos é o grande facilitador e mediador da gestão, garantindo os objetivos e resultados a serem alcançados, nas avaliações institucionais que os acadêmicos realizam. O gestor é considerado na maioria das vezes a figura estratégica que auxiliou no alcance das intenções do acadêmico.

É importante que:

- O gestor acolha os acadêmicos, de forma que estes sintam-se gratificados em estar fazendo parte da instituição e das ações programadas.

- O gestor compreenda no trato das relações interpessoais, a diferença de personalidade e comportamentos dos acadêmicos. Muitos deles nunca tiveram uma experiência social anterior ou acesso a discussão das gestões sociais e podem demonstrar como formas comunicativas, expressões de medo, indiferença ou mesmo rejeição ao novo contexto institucional.

- Neste processo de inclusão ao novo espaço socioeducacional, haja ambientação. Apresentar a instituição, na forma de slides, cartazes, entregando ao acadêmico materiais informativos que auxiliarão o acadêmico a memorizar e compreender o contexto institucional.

- Antes de iniciar as atividades, convidar os acadêmicos para conhecer as instalações da instituição. A visita e os contatos com outros profissionais permitirão sua inclusão de forma mais espontânea e imediata, contribuindo inclusive com a postura propositiva futura dos acadêmicos em novas idéias e estratégias do fazer social e institucional.

- O gestor comunique as informações necessárias das atividades que estão programadas para serem desenvolvidas no período definido pelo acadêmico. Muitos acadêmicos inscrevem-se em ações que lhe despertam curiosidade e desejo de participar, mas não estão necessariamente capacitados e informados para a realização destas atividades. Questionar os conhecimentos e habilidades e caso haja dúvidas e inseguranças, promover um processo rápido de capacitação, para que haja sensibilização a proposta e o acadêmico possa

organizar-se administrativamente conhecendo as pessoas com quem irá trabalhar e os recursos materiais que a organização irá lhe disponibilizar.

- O gestor no dia-a-dia mantenha um ambiente agradável e motivador estimulando a participação, mostrando ao acadêmico como a ação que desempenhou é importante e contribui para a transformação social. Alguns acadêmicos interessam-se por participar mais intensamente, seja em forma propositiva ou no acréscimo de novas idéias as suas funções. Permitir a participação e a criatividade, estando abertos a críticas e a novas formas de pensar.

3.2 Operacionalização do acompanhamento

No exercício da função, o gestor social compartilha com a equipe técnica do projeto comunitário, algumas atribuições de controle de ações, estabelecendo padrões, procedimentos e avaliando objetivos das ações e desempenho discente.

Registro de admissão – logo após o acolhimento do acadêmico, solicitar o comprovante de inscrição na atividade proposta e o preenchimento de formulário de acompanhamento de frequência, registrando sua presença nas datas elencadas junto ao responsável pela atividade, em formulário próprio. Observar se o comprovante de inscrição tem o registro de entrada e validação no sistema e não simplesmente um documento de leitura de dados. O gestor não deve aceitar o registro de admissão do acadêmico sem o comprovante adequado, ou seja, com o cadastro efetivado no sistema do Projeto Comunitário. Caso tenha dúvidas, entre em contato com o Projeto Comunitário.

Alterações no desenvolvimento das ações do Projeto Comunitário – As instituições são registradas e documentadas no sistema. Em casos especiais para transferência de datas, horários e/ou reposição de atividades (por falta do acadêmico), faz-se necessário o registro da alteração ou ocorrência, pelo responsável da atividade. Tal registro deve ser efetuado no formulário de acompanhamento de frequência do acadêmico. E deverá conter, impreterivelmente, a assinatura do acadêmico e do responsável pela atividade.

É importante observar que a falta a uma ação comunitária programada implicará na perda automática das horas previstas, devendo o acadêmico comunicar na instituição a qual está inscritas, sua ausência, com antecedência de 24 horas.

3.3 Comportamento de acadêmico e procedimento de conduta

A instituição conveniada deve observar e comunicar à Coordenadoria do Projeto Comunitário os procedimentos de conduta insatisfatória, por parte dos estudantes, durante o desenvolvimento de atividades do Projeto Comunitário. Em tais casos, mediante prévia autorização, a instituição conveniada pode suspender e até cancelar a participação do estudante que incorrer em uma das seguintes faltas:

- I. Abandono do Projeto a qualquer tempo.
- II. Três ausências, não necessariamente sucessivas, sem justificativa ou prévia comunicação ao responsável pelo plano de atividades.
- III. Não cumprimento das funções designadas.
- IV. Conduta ou ato que afete o nome e o patrimônio da instituição, da comunidade ou de algum dos beneficiários do Projeto.
- V. Comportamento inadequado em relação às normas e regulamentos da PUCPR.
- VI. Conduta contrária aos princípios éticos, humanos e cristãos.

3.4 Avaliação do acadêmico e validação do registro de frequência

A avaliação do acadêmico pelo gestor social, responsável do programa constitui momento fundamental para garantir o alcance dos objetivos e metas do projeto comunitário, da instituição conveniada e dos acadêmicos participantes. Com a avaliação é possível mensurar:

- O grau de compromisso individual do acadêmico;
- A execução da tarefa e a superação das expectativas;
- A satisfação do acadêmico;
- O alcance dos objetivos.

Primeiramente, o gestor deverá validar o registro de frequência observando se as horas planejadas foram efetivamente cumpridas pelo acadêmico da PUCPR, ao longo do comparecimento nos dias e horas assinalados no comprovante de inscrição.

Para validação do registro de frequência no sistema, somente serão creditadas as horas, mediante recebimento do registro de frequência do acadêmico, encaminhado pela instituição conveniada, o qual deverá, impreterivelmente, ser entregue à

Divisão de Projetos Comunitários, logo após o término da atuação do acadêmico na atividade proposta, junto com a ficha de avaliação do acadêmico.

No formulário de avaliação, o gestor deverá assinalar o conceito que mais se aproxima do desempenho do acadêmico, registrando as dificuldades dos acadêmicos, e colaborando com críticas e sugestões ao Projeto Comunitário.

3.5 Relacionamento institucional

Entendemos que a comunicação, o processo permanente de troca de idéias e experiências, permitirá a formação de uma rede social parceira aonde o compartilhar dos limites e possibilidades das ações, promoverá a qualidade e o atendimento das metas propostas. Com este entendimento algumas ações de relacionamento estão previstas:

- Reuniões de programação de semestre e avaliação de ações dos períodos anteriores.

- Visitas técnicas as instituições para avaliação de abertura de convênios ou elaboração de novos projetos.

- Realização de encontros e cursos para integração, avaliação, desenvolvimento e capacitação de gestores;

- Realização de eventos que viabilizem ampliação da teia social, de partilha de experiências interinstitucionais, com a troca de idéias e metodologias entre os gestores das diversas atividades do Projeto Comunitário.

- É expectativa da equipe do Projeto Comunitário que a parceria com as instituições sociais se caracterize como uma proposta de irrupção e alargamento de ação cidadã no diálogo para construção de projetos sociais que radicalizem a democracia.

Importante

Havendo qualquer tipo de dificuldade, direta ou indiretamente relacionada ao convênio, os responsáveis ou representantes da instituição conveniada poderão entrar em contato com a equipe do Projeto Comunitário pessoalmente, ou pelo telefone (45) 3277-8625. Ou ainda, por e-mail: pcomunitario.too@pucpr.br

Aguardamos seu contato.

Sua contribuição é imprescindível.

ANEXO C

FICHA DE ACOMPANHAMENTO DE FREQUÊNCIA DOS ALUNOS

ANEXO D
FICHA DE AVALIAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DO ALUNO NA ATIVIDADE DO PROJETO COMUNITÁRIO

1 - O aluno demonstrou ter informações suficientes sobre o Projeto Comunitário... quanto às suas finalidades?

Sim Não Parcialmente Não foi possível identificar

2 - O aluno demonstrou ter informações suficientes sobre o Projeto Comunitário... quanto à sua forma de operacionalização?

Sim Não Parcialmente Não foi possível identificar

3 - O aluno demonstrou satisfação com a realização da atividade escolhida?

Sim Não Não foi possível identificar

O desempenho real do aluno em relação ao esperado pela instituição atendeu aos seguintes itens:

4 - Pontualidade?

Sim Não Parcialmente Não foi possível identificar

5 - Assiduidade?

Sim Não Parcialmente Não foi possível identificar

6 - Execução das atribuições conferidas a ele?

Sim Não Parcialmente Não foi possível identificar

7 - Adequação aos objetivos da Instituição?

Sim Não Parcialmente Não foi possível identificar

8 - Superação das expectativas?

Sim Não Não foi possível identificar

9 - O aluno demonstrou interesse em continuar desenvolvendo atividades comunitárias na instituição, após o término da carga horária prevista?

Sim Não Não foi possível identificar

10 - Ocorreram dificuldades por parte do acadêmico na realização da atividade? De qual tipo?

11 - Você, como agente de construção do Projeto Comunitário, tem, a oportunidade de propor outras questões de interesse individual e institucional, registrando livremente, tanto novas questões para avaliação quanto comentários sobre a atuação específica do(s) aluno(s). Da mesma forma, desejamos que sejam apresentadas sugestões e críticas para o aperfeiçoamento de todo o Projeto.

DATA: ____/____/____

Assinatura do Responsável

Obs: Após conclusão da atividade, solicitar ao aluno preenchimento do relatório final no site do Projeto Comunitário. www.pucpr.br/projetocomunitario

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado: Fonte: (Padrão)
Arial, 10 pt

Formatado ... [1]

Formatado ... [2]

Formatado ... [3]

Formatado ... [4]

Formatado ... [5]

Formatado ... [6]

Formatado ... [7]

Formatado ... [8]

Formatado ... [9]

Formatado ... [10]

Formatado ... [11]

Formatado ... [12]

Formatado ... [13]

ANEXO E
RESOLUÇÃO N° 106/2001 – CONSUN

RESOLUÇÃO Nº 106/2001 – CONSUN

APROVA A PROPOSTA DE REGULAMENTO PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO COMUNITARIO PREVISTO NA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO DA PUCPR, PARA ALUNOS INGRESSANTES A PARTIR DE 2000.

O Presidente do Conselho Universitário, no uso de suas atribuições estatutárias, e tendo em vista o Parecer nº 67/2001 – CON SUN, aprovado na sessão de 18 de dezembro de 2001.

RESOLVE

I - DA CARACTERIZAÇÃO

Artigo 1.º - O Projeto Comunitário constitui atividade complementar integrante do currículo pelo dos cursos de graduação ofertados pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR e tem como o objetivo cumprir a missão institucional, sensibilizando o acadêmico para a realidade social.

Parágrafo Único – O projeto comunitário é desenvolvido por meio de planos de atividades previamente aprovados pela Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão, equivalente a 2 (dois) créditos, por acadêmicos matriculados a partir do 5.º período

II – DAS INSTANCIAS ADMINISTRATIVAS

Artigo 2.º - São responsáveis pelo Projeto Comunitário

I - Pela execução do Projeto Comunitário – Divisão de Projetos Comunitários, órgão vinculado a Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão;

II. Pelo registro e controle acadêmico da carga horária – Diretoria de Administração e Controle Acadêmico – DACA. Órgão vinculado a Pró-Reitoria Acadêmica.

III - DAS ATRIBUIÇÕES DA PRÓ-REITORIA COMUNITÁRIA E DE EXTENSÃO

Artigo 3.º - Compete à Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão:

- I-Estabelecer as políticas que regem o Projeto Comunitário;
- II-Promover sua avaliação permanente;
- III-Garantir o cumprimento do Regimento da PUCPR e a observância da missão e da identidade institucionais nas atividades e programas desenvolvidos;
- IV-Responder pelo Projeto Comunitário perante a Administração Superior da PUCPR.
- V-Propor à Reitoria da PUCPR a nomeação ou destituição da Chefia da Divisão de Projetos
- VI-Comunitários. Aprovar os planos de atividades propostos e encaminhados pela Divisão de Projetos Comunitários.
- VII-Supervisionar as atividades e avaliar o desempenho desta Divisão.

IV - DAS ATRIBUIÇÕES DA DIVISÃO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS

Artigo 4.º - Compete à Divisão de Projetos Comunitários:

- I-Gerir o Projeto em consonância com as determinações da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão.
- II-Submeter à aprovação da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão os planos de atividades para a realização dos Projetos.
- III-Orientar e supervisionar os planos de atividades em execução, visando a sua efetivação e continuidade, bem como garantir vagas a todos os estudantes inscritos.
- IV-Divulgar, incentivar e acompanhar a comunidade acadêmica, juntamente com o Decanato e a Direção dos Cursos, na execução dos Projetos.
- V-Zelar pela segurança, orientação e acompanhamento das atividades propostas.
- VI-Encaminhar a celebração de convênios visando atingir os objetivos do Projeto Comunitário.
- VII-Avaliar e opinar sobre o cumprimento, execução e validade dos convênios firmados.
- VIII-Controlar e encaminhar à Pró-Reitoria Acadêmica, nas datas estabelecidas, a listagem dos acadêmicos envolvidos nos projetos e a respectiva carga horária.

V – DAS ATRIBUIÇÕES DA PRÓ-REITORIA ACADÊMICA

Artigo 5.º - Compete à Pró-Reitoria Acadêmica:

- I-Propor a inclusão no Currículo dos Cursos de Graduação, a título de Atividades Complementares Comunitárias, o Projeto Comunitário, equivalente a 2 (dois) créditos, a partir do 5.º período.

II-Promover por meio da Diretoria de Admissão e Controle Acadêmico, o registro, conforme relação encaminhada pela Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão, da carga horária realizada pelos acadêmicos.

VI - DOS PLANOS DE ATIVIDADES DOS PROJETOS COMUNITÁRIOS

Artigo 6.º - Os planos de atividades apresentados para participação no Projeto Comunitário, independentemente do proponente, devem ser submetidos à apreciação e aprovação da Divisão de Projetos Comunitários, a qual deve considerar como critério de análise a vinculação às seguintes prioridades de ação:

- I-Fortalecimento da integração e autonomia dos municípios.
- II-Combate ao atraso educacional.
- III-Apoio ao auto-emprego e geração de renda.
- IV-Desenvolvimento urbano.
- V-Melhoria da qualidade de vida das comunidades.
- VI-Apoio a comunidades rurais e de pescadores.
- VII-Promoção e assistência à saúde.
- VIII-Promoção dos marginalizados.
- IX-Apoio à cultura ecológica.
- X-Assistência a pessoas portadoras de necessidades especiais.
- XI-Apoio a instituições beneficentes e de promoção comunitária.
- XII-Defesa e promoção dos direitos humanos.

§ 1.º – Os planos de atividades podem ser propostos por:

- I-Órgãos ou divisões da PUCPR;
- II-Decanos, Diretores e Professores de Cursos;
- III-Acadêmicos, individual ou coletivamente;
- IV-Entidades conveniadas à PUCPR.

§ 2.º - A Divisão de Projetos Comunitários deve analisar a viabilidade da execução dos planos de atividades apresentados e encaminhar parecer à Pro-Reitoria Comunitária e de Extensão.

Artigo 7.º - Não são aceitos no Projeto Comunitário os planos em que constem:

- I-Ações de proselitismo religioso ou político-partidário.

II-Eventos exclusivamente religiosos e/ou espirituais.

III-Atividades referentes a estágio curricular ou estágio profissional.

IV-Atividades profissionais remuneradas.

V-Participação em atividades acadêmicas e/ou culturais como seminários, congressos, simpósios, monitoria, grupos de estudo, projetos de pesquisa e similares. Atividades assistencialistas isoladas, incluindo doações e participação em campanhas, desvinculadas de planos mais amplos de ação comunitária.

Artigo 8.º - No caso de instituições religiosas ou confessionais - sejam católicas ou de outra denominação cristã, ou não cristãs – os planos de atividades são aceitos quando demonstrarem explicitamente a sua dimensão sócio-comunitária, de acordo com as prioridades apresentadas no Artigo 6.º.

Parágrafo Único : As instituições conveniadas pertencentes a outras denominações religiosas devem respeitar a identidade católica da PUCPR.

Artigo 9.º - Os planos de atividades não podem, em hipótese alguma, prever benefícios pessoais aos participantes, sejam coordenadores, estudantes ou qualquer outra pessoa envolvida.

Artigo 10 - Não são válidas para o Projeto Comunitário as seguintes atividades, ainda que realizadas na própria PUCPR:

I-Correção de tarefas de professores.

II-Desempenho de cargos diretivos ou colaborativos nas entidades estudantis.

III-Serviço de bolsistas ou estágios remunerados.

IV-Atividades administrativas em direções, divisões, departamentos ou qualquer outro órgão da Universidade.

Artigo 11 - A instituição que desejar estabelecer convênio de colaboração com a Divisão de Projetos Comunitários, apresentando um ou mais planos de atividades, deve:

I-Atender às prioridades, às normas e aos requisitos estabelecidos pela Divisão de Projetos Comunitários.

II-Aceitar este Regulamento, em declaração por escrito, quando da assinatura do convênio.

III-Apresentar planos de atividades dirigidos aos setores menos favorecidos da sociedade, de acordo com a capacidade acadêmica institucional e as necessidades da comunidade.

IV-Indicar de forma clara as ações e os objetivos de cada plano de atividades, de acordo com os artigos 6.º e 7.º deste Regulamento, encaminhando-os para a avaliação da Divisão de Projetos Comunitários.

V-Acompanhar o monitoramento dos planos de atividades em execução, designando um responsável e mantendo processos contínuos de avaliação, cujos dados estarão à disposição da Divisão de Projetos Comunitários.

VI-Comprometer-se a expedir os documentos solicitados pela Divisão de Projetos Comunitários para o registro das horas de atividades realizadas pelos estudantes, respeitando os prazos de entrega e os formatos dos relatórios estabelecidos.

Artigo 12 - A instituição conveniada deve observar e comunicar à Divisão de Projetos Comunitários os procedimentos de conduta insatisfatória, por parte dos estudantes, durante o desenvolvimento de atividades do Projeto Comunitário. Em tais casos, mediante a prévia autorização da mesma, a instituição conveniada pode suspender e até cancelar a participação do estudante que incorrer em uma das seguintes faltas:

I-Abandono do Projeto a qualquer tempo.

II-Três ausências, não necessariamente sucessivas, sem justificativa ou prévia comunicação ao responsável pelo plano de atividades.

III-Não cumprimento das funções designadas.

IV-Conduta ou ato que afete o nome e o patrimônio da instituição, da comunidade ou de algum dos beneficiários do Projeto.

V-Comportamento inadequado em relação às normas e regulamentos da PUCPR.

VI-Conduta contrária aos princípios éticos, humanos e cristãos.

Artigo 13 - Os planos de atividades devem obedecer às diretrizes institucionais e ser produto de um processo de planificação interdisciplinar compreendendo avaliação sistemática dos objetivos propostos e das metas alcançadas.

Artigo 14 - Os planos de atividades devem ser documentados pelos seus responsáveis mediante formulários próprios de registro e controle, colocados à disposição pela Divisão de Projetos Comunitários.

Artigo 15 - A avaliação do plano de atividades deve ocorrer durante o processo de realização das atividades, dela participando três instâncias:

- a) a coordenação (incluindo a Divisão de Projetos Comunitários, o representante da instituição conveniada, quando for o caso, e outros envolvidos diretamente na coordenação do plano);
- b) os estudantes;
- c) os beneficiários diretos.

Parágrafo Único : A avaliação será feita com a utilização de metodologia e instrumentos específicos, definidos pela Divisão de Projetos Comunitários.

Artigo 16 - Os planos de atividades devem justificar a necessidade de dispor de determinado número de estudantes e determinado período de tempo, estabelecidos *a priori*, podendo ser alterados de acordo com a análise dos informes periódicos, descritos nos artigos 11, inciso V, e 14 deste Regulamento e conforme a avaliação prevista no artigo 15.

Formatado: Justificado

VII - DA PARTICIPAÇÃO DOS ALUNOS NOS PROJETOS COMUNITÁRIOS

Artigo 17 - Os alunos devem tomar conhecimento dos objetivos, das políticas e do Regulamento do Projeto Comunitário, declarando sua aceitação por escrito no ato de sua inscrição no Projeto.

Artigo 18 - A inscrição no Projeto Comunitário, realizada em formulário próprio, deve ser feita pelo aluno que estiver devidamente matriculado, a partir do quinto período até, no máximo, o último período antes da conclusão do curso.

Artigo 19 - No ato de inscrição, o aluno deve especificar o plano de atividades do qual vai participar, escolhendo unicamente na lista de planos aprovados pela Divisão de Projetos Comunitários aquele que desejar, respeitando-se o número de vagas disponíveis em cada plano.

Artigo 20 - As atividades realizadas nos Projetos Comunitários não precisam, necessariamente, estar vinculadas às atividades específicas da formação profissional do estudante.

Artigo 21 - Os alunos inscritos nas atividades do Projeto Comunitário devem informar regularmente à Divisão de Projetos Comunitários, mediante formulário próprio, as ações realizadas, especificando o local, o nome do responsável institucional e o número de horas cumpridas ao final de cada etapa, tendo realizado apenas uma parte ou o total das horas previstas.

Artigo 22 – Cabe ao estudante inscrito no Projeto Comunitário:

I-Participar do Projeto Comunitário a partir do 5.º período letivo, a qualquer tempo, sempre e quando cumprir os trâmites e procedimentos solicitados pela PUCPR.

II-Participar, de acordo com as vagas existentes, nas atividades do Programa de Ação Comunitária e Ambiental da PUCPR – ProAção.

III-Garantir seus direitos no caso de publicação, utilização para outros fins ou menção especial de algum plano de atividades do Projeto Comunitário em que tenha participado como autor ou co-autor.

IV-Informar à Divisão de Projetos Comunitários sempre que a Instituição, onde desenvolve o seu plano de atividades, não esteja cumprindo as condições de trabalho estabelecidas.

V-Ser informado pela Divisão de Projetos Comunitários, durante o processo de monitoramento e avaliação, dos procedimentos pessoais de conduta insatisfatória ou de faltas percebidas em relação a este Regulamento.

VI-Obter auxílio da Divisão de Projetos Comunitários para o transporte, a alimentação e a hospedagem quando seu plano de atividades for realizado fora da Região Metropolitana de Curitiba ou fora de outra sede, nos casos de *campi* situados em outras regiões do Estado.

Artigo 23 - O estudante inscrito no Projeto Comunitário tem as seguintes obrigações:

I-Respeitar os valores éticos e a dignidade da pessoa humana.

II-Zelar pela imagem da PUCPR, bem como pelo cumprimento de suas normas internas e pela observância deste Regulamento.

III-Respeitar a cultura e os procedimentos das comunidades, instituições e organismos onde realiza atividades do Projeto Comunitário.

IV-Assinar um termo de compromisso junto à Divisão de Projetos Comunitários e à instituição conveniada onde vai realizar seu plano de atividades.

V-Cumprir o plano de atividades no qual se inscreveu, respeitando o calendário, o horário e as orientações do responsável institucional.

VI-Participar de reuniões de sensibilização e capacitação ao Projeto Comunitário no caso destas reuniões serem pré-requisito ao processo de inclusão nas atividades das instituições conveniadas ou dos organismos onde o plano de atividades for realizado.

VII-Apresentar informes periódicos sobre o plano de atividades realizado, conforme o que dispõe o artigo 21 deste Regulamento.

VII-Cumprir a carga horária mínima prevista para o Projeto Comunitário.

VIII - NORMAS REFERENTES AO CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA

Excluído: ¶
¶

Artigo 24 – O registro de participação em Projeto Comunitário só será efetuado, quando o estudante tiver cumprido integralmente a carga horária mínima exigida e executado as atividades previstas para o respectivo projeto.

Artigo 25 - Nos casos de atividades de imersão em comunidades, já previstas no plano de atividades, serão creditadas: Seis horas diárias para imersões de três dias. Oito horas diárias para imersões de quatro dias ou mais.

§ 1.º - As faltas às aulas, ausência nas provas e não entrega de trabalhos, durante a imersão, e somente nestes casos, deverão ser justificadas aos Diretores de Curso, mediante declaração da Divisão de Projetos Comunitários.

§ 2.º – As atividades não definidas como imersão devem ser realizadas em horário não coincidente com o período letivo, de modo a não comprometer as outras atividades acadêmicas.

IX – DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 26 - Os casos omissos neste Regulamento serão resolvidos pela Divisão de Projetos Comunitários, em consonância com as orientações da Pró-Reitoria Comunitária e de Extensão.

Artigo 27 - O presente Regulamento entra em vigor nesta data revogadas as disposições em contrário.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Sala de Sessões do Conselho Universitário, em Curitiba, aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e um.

Clemente Ivo Juliatto
PRESIDENTE

PROGRAMAS DE CIDADANIA

1 INTRODUÇÃO

A disciplina Programas de Cidadania integra o currículo de todos os cursos da Universidade do Sagrado Coração, desde o 1º semestre letivo de 1994, por força de Portaria da Reitora (nº 4/94 de 20/06/94).

O exercício da cidadania é o principal alvo na dimensão acadêmica, no entanto, a USC, alicerçada numa filosofia cristã, nas lições do seu Patrono – o Sagrado Coração de Jesus e nos ideais da grande mestra fundadora do IASCJ – Madre Clélia Merloni – extrapola esse âmbito buscando, com o desenvolvimento dessa disciplina, o fortalecimento do espírito missionário, associando a Evangelização aos seus propósitos educacionais.

Este Manual contém os objetivos e as diretrizes metodológicas que norteiam o desenvolvimento desse curso-disciplina e objetiva orientar alunos e a subsidiar instituições congêneres em ações similares.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nº 8.663, de 14 de junho de 1993

Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º É revogado o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todo o País e dá outras providências

Artigo 2º A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior, bem como seu objetivo formador de cidadania e de conhecimento da realidade brasileira, deverão ser incorporados sob critério das

instituições de ensino e do sistema de ensino respectivo às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais.

Artigo 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de junho de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Murílio de Avellar Hingel

PORTARIA DA REITORA Nº 4/94, DE 20 DE JUNHO DE 1994

A Reitora da Universidade do Sagrado Coração, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- o que trata a Lei Federal nº 8.663, de 14/06/93;
- as decisões conjuntas assumidas pelos dirigentes das instituições de ensino superior, associadas à ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas) e ao CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras);
- o momento histórico brasileiro no qual as questões relacionadas à Ética e à Cidadania assumem inquestionável relevância,

RESOLVE:

Artigo 1º Incorpora-se, a partir do 1º semestre letivo de 1994, aos currículos de todos os cursos em funcionamento, ou que vierem a se instalar na USC, o curso-disciplina PROGRAMAS DE CIDADANIA integrando o bloco das disciplinas do 1º Ciclo.

§ 1º O Curso-disciplina terá a duração de 30 h/a (2 créditos) não computadas no total da carga horária do currículo pleno do curso.

§2º O Curso-disciplina deverá ser desenvolvido através de metodologias que contemplem a integração teoria-prática, a interdisciplinaridade, a criatividade, a vivência da cidadania, fundamentadas nos princípios estabelecidos pelos documentos da Igreja, especialmente a Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II sobre as Universidades Católicas.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor com validade retroativa ao primeiro semestre letivo do corrente ano.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Drª Ir. Jacinta Turolo Garcia, ASCJ

Reitora

3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

3.1 Objetivo Geral

O curso-disciplina Programas de Cidadania tem por objetivo geral oportunizar ao universitário o exercício da cidadania, associado à vivência missionária.

3.2 Objetivos Específicos

- Contribuir com as ações extensionistas da USC através de atuação junto a pessoas e comunidades locais e regionais, caracterizadas como à margem dos direitos e deveres de cidadão;

- Associar-se a entidades e órgãos públicos e particulares na erradicação/minimização dos problemas de ordem social, política, cultural, cívica, moral, econômica e religiosa;

Promover uma formação acadêmica em nível de complementaridade que propicie o trabalho coletivo e as ações comunitárias, e que favoreça a atuação multiprofissional e interdisciplinar;

- Resgatar o valor do trabalho comunitário em detrimento das ações individualistas que enfatizam a competição exacerbada, característica da sociedade atual;

- Intercambiar teorias e práticas acadêmicas com conhecimentos empíricos, visando à troca de experiências e ao crescimento mútuo da comunidade universitária e das comunidades externas.

4 DIRETRIZES METODOLÓGICAS

- Embora Programas de Cidadania integre o bloco das disciplinas do 1º Ciclo, a matrícula do aluno deve acontecer, sempre, no penúltimo ou no último ano de sua formação universitária. Isto se justifica pela exigência de embasamento científico e fundamentação humanista para que o universitário, além de teorizar sobre Cidadania e Evangelização, possa construir um projeto, vivenciá-lo e avaliá-lo na perspectiva do bem comum;

- O grupo deve apresentar um Projeto de Trabalho. Somente após a sua aprovação pelo professor responsável é que as atividades podem ser iniciadas. Do Projeto devem constar, no mínimo: dados de identificação, introdução, desenvolvimento, cronograma, resultados esperados e formas de avaliação;

Ao término do Projeto, Relatório circunstanciado deverá ser elaborado, juntando-se anexos (fotos, vídeos, depoimentos etc);

- O trabalho não terminado no decorrer do semestre poderá ser concluído no próximo, sem dependência, ficando a avaliação em aberto até à conclusão final;

- A apresentação do trabalho é feita para o grupo, podendo ser convidados membros da comunidade universitária ou da comunidade externa. É marcada 3 semanas antes dos exames (fixados no Calendário Acadêmico). A falta do aluno nesse período, sem motivo justificado legalmente, implica em retenção;

- As atividades compreendem aulas expositivas e trabalhos de campo. Nas aulas expositivas são desenvolvidos temas que propiciem reflexões e estudos teóricos sobre cidadania. São, em média, 6 aulas. Nestas, também, os grupos interdisciplinares são formados, considerando-se, na medida do possível, os trabalhos realizados pelas equipes anteriores, a fim de garantir continuidade nas ações;

- Não há número determinado de integrantes de um grupo. A orientação é no sentido de se constituírem grupos com alunos de diferentes cursos para que a interdisciplinaridade seja contemplada;

Alunos de turmas diferentes podem se organizar para um mesmo trabalho e escolher dia e horário comuns, para a apresentação;

- Aluna gestante pode participar das aulas e/ou fazer atividades de compensação, mas a apresentação do trabalho de grupo é obrigatória, após o término de sua licença;

- Após o período das aulas expositivas, o professor responsável atende, através de agendamento (média de 15 min.), aos grupos e continua à disposição dos alunos no decorrer de suas atividades;

- Os melhores trabalhos poderão constar dos Cadernos de Cidadania, editados pela Universidade do Sagrado Coração.

5 AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno é contínua e abrangente, iniciando-se com o Projeto de Trabalho elaborado, passando pelo Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas e culminando com a apresentação pública dos resultados obtidos.

Contempla, ainda, a auto-avaliação e a avaliação pelos pares além da que é efetuada pelo professor responsável pelo curso-disciplina.

Nos demais aspectos, a avaliação segue o que determinam os Artigos 85 a 95 do Regimento Geral da USC.

6 EMENTA

PROGRAMAS DE CIDADANIA – 2 CR. – 30 h/a

- Cidadania – Conceituações. Aspectos legais, acadêmicos, socioeconômicos, cívicos e culturais.

- Concepção dialética de Cidadania.

- Cidadania como processo permanente, de natureza interdisciplinar.

- A ação comunitária. Conceitos de Comunidade. Caracterização. Mapeamento de comunidades. Cidadania e ação comunitária.

- A extensão universitária e o exercício da cidadania.

- Planos, programas e projetos comunitários. A interação entre diferentes campos do saber num projeto comum de ação.

- O cidadão cristão: a dimensão missionária da cidadania.

Formatado: Espaçamento entre linhas: Duplo

Página 147: [1] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [2] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [3] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [4] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [5] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [6] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [7] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [8] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [9] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [10] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [11] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [12] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 147: [13] Formatado	particular	14/9/2006 5:46
Fonte: (Padrão) Arial, 10 pt		
Página 158: [14] Excluído	particular	14/9/2006 1:57

ANEXO F

MANUAL DO PROGRAMA DE CIDADANIA DA UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO - USC

-----Quebra de página-----

PROGRAMAS DE CIDADANIA

1 INTRODUÇÃO

A disciplina Programas de Cidadania integra o currículo de todos os cursos da Universidade do Sagrado Coração, desde o 1º semestre letivo de 1994, por força de Portaria da Reitora (nº 4/94 de 20/06/94).

O exercício da cidadania é o principal alvo na dimensão acadêmica, no entanto, a USC, alicerçada numa filosofia cristã, nas lições do seu Patrono – o Sagrado Coração de Jesus e nos ideais da grande mestra fundadora do IASCJ – Madre Clélia Merloni – extrapola esse âmbito buscando, com o desenvolvimento dessa disciplina, o fortalecimento do espírito missionário, associando a Evangelização aos seus propósitos educacionais.

Este Manual contém os objetivos e as diretrizes metodológicas que norteiam o desenvolvimento desse curso-disciplina e objetiva orientar alunos e a subsidiar instituições congêneres em ações similares.

2 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Nº 8.663, de 14 de junho de 1993

Revoga o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º É revogado o Decreto-Lei nº 869, de 12 de dezembro de 1969, que dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todo o País e dá outras providências

Artigo 2º A carga horária destinada às disciplinas de Educação Moral e Cívica, de Organização Social e Política do Brasil e Estudos dos Problemas Brasileiros, nos currículos do ensino fundamental, médio e superior, bem como seu objetivo formador de cidadania e de conhecimento da realidade brasileira, deverão ser incorporados sob critério das instituições de ensino e do sistema de ensino respectivo às disciplinas da área de Ciências Humanas e Sociais.

Artigo 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de junho de 1993, 172º da Independência e 105º da República.

ITAMAR FRANCO

Murílio de Avellar Hingel

PORTARIA DA REITORA N^o 4/94, DE 20 DE JUNHO DE 1994

A Reitora da Universidade do Sagrado Coração, no uso de suas atribuições legais e considerando:

- o que trata a Lei Federal n^o 8.663, de 14/06/93;**
- as decisões conjuntas assumidas pelos dirigentes das instituições de ensino superior, associadas à ABESC (Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas) e ao CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras);**
- o momento histórico brasileiro no qual as questões relacionadas à Ética e à Cidadania assumem inquestionável relevância,**

RESOLVE:

Artigo 1^o Incorpora-se, a partir do 1^o semestre letivo de 1994, aos currículos de todos os cursos em funcionamento, ou que vierem a se instalar na USC, o curso-disciplina PROGRAMAS DE CIDADANIA integrando o bloco das disciplinas do 1^o Ciclo.

§ 1^o O Curso-disciplina terá a duração de 30 h/a (2 créditos) não computadas no total da carga horária do currículo pleno do curso.

§2º O Curso-disciplina deverá ser desenvolvido através de metodologias que contemplem a integração teoria-prática, a interdisciplinaridade, a criatividade, a vivência da cidadania, fundamentadas nos princípios estabelecidos pelos documentos da Igreja, especialmente a Constituição Apostólica do Sumo Pontífice João Paulo II sobre as Universidades Católicas.

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor com validade retroativa ao primeiro semestre letivo do corrente ano.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Drª Ir. Jacinta Turolo Garcia, ASCJ

Reitora

3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

3.1 Objetivo Geral

O curso-disciplina Programas de Cidadania tem por objetivo geral oportunizar ao universitário o exercício da cidadania, associado à vivência missionária.

3.2 Objetivos Específicos

- Contribuir com as ações extensionistas da USC através de atuação junto a pessoas e comunidades locais e regionais, caracterizadas como à margem dos direitos e deveres de cidadão;

- Associar-se a entidades e órgãos públicos e particulares na erradicação/minimização dos problemas de ordem social, política, cultural, cívica, moral, econômica e religiosa;

Promover uma formação acadêmica em nível de complementaridade que propicie o trabalho coletivo e as ações comunitárias, e que favoreça a atuação multiprofissional e interdisciplinar;

- Resgatar o valor do trabalho comunitário em detrimento das ações individualistas que enfatizam a competição exacerbada, característica da sociedade atual;

- Intercambiar teorias e práticas acadêmicas com conhecimentos empíricos, visando à troca de experiências e ao crescimento mútuo da comunidade universitária e das comunidades externas.

4 DIRETRIZES METODOLÓGICAS

- Embora Programas de Cidadania integre o bloco das disciplinas do 1º Ciclo, a matrícula do aluno deve acontecer, sempre, no penúltimo ou no último ano de sua formação universitária. Isto se justifica pela exigência de embasamento científico e fundamentação humanista para que o universitário, além de teorizar sobre Cidadania e Evangelização, possa construir um projeto, vivenciá-lo e avaliá-lo na perspectiva do bem comum;

- O grupo deve apresentar um Projeto de Trabalho. Somente após a sua aprovação pelo professor responsável é que as atividades podem ser iniciadas. Do Projeto devem constar, no mínimo: dados de identificação, introdução, desenvolvimento, cronograma, resultados esperados e formas de avaliação;

Ao término do Projeto, Relatório circunstanciado deverá ser elaborado, juntando-se anexos (fotos, vídeos, depoimentos etc);

- O trabalho não terminado no decorrer do semestre poderá ser concluído no próximo, sem dependência, ficando a avaliação em aberto até à conclusão final;

- A apresentação do trabalho é feita para o grupo, podendo ser convidados membros da comunidade universitária ou da comunidade externa. É marcada 3 semanas antes dos exames (fixados no Calendário Acadêmico). A falta do aluno nesse período, sem motivo justificado legalmente, implica em retenção;

- As atividades compreendem aulas expositivas e trabalhos de campo. Nas aulas expositivas são desenvolvidos temas que propiciem reflexões e estudos teóricos sobre cidadania. São, em média, 6 aulas. Nestas, também, os grupos interdisciplinares são formados, considerando-se, na medida do possível, os trabalhos realizados pelas equipes anteriores, a fim de garantir continuidade nas ações;

- Não há número determinado de integrantes de um grupo. A orientação é no sentido de se constituírem grupos com alunos de diferentes cursos para que a interdisciplinaridade seja contemplada;

Alunos de turmas diferentes podem se organizar para um mesmo trabalho e escolher dia e horário comuns, para a apresentação;

- Aluna gestante pode participar das aulas e/ou fazer atividades de compensação, mas a apresentação do trabalho de grupo é obrigatória, após o término de sua licença;

- Após o período das aulas expositivas, o professor responsável atende, através de agendamento (média de 15 min.), aos grupos e continua à disposição dos alunos no decorrer de suas atividades;

- Os melhores trabalhos poderão constar dos Cadernos de Cidadania, editados pela Universidade do Sagrado Coração.

5 AVALIAÇÃO

A avaliação do aluno é contínua e abrangente, iniciando-se com o Projeto de Trabalho elaborado, passando pelo Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas e culminando com a apresentação pública dos resultados obtidos.

Contempla, ainda, a auto-avaliação e a avaliação pelos pares além da que é efetuada pelo professor responsável pelo curso-disciplina.

Nos demais aspectos, a avaliação segue o que determinam os Artigos 85 a 95 do Regimento Geral da USC.

6 EMENTA

PROGRAMAS DE CIDADANIA – 2 CR. – 30 h/a

- Cidadania – Conceituações. Aspectos legais, acadêmicos, socioeconômicos, cívicos e culturais.

- Concepção dialética de Cidadania.

- Cidadania como processo permanente, de natureza interdisciplinar.

- A ação comunitária. Conceitos de Comunidade. Caracterização.

Mapeamento de comunidades. Cidadania e ação comunitária.

- A extensão universitária e o exercício da cidadania.

- Planos, programas e projetos comunitários. A interação entre diferentes campos do saber num projeto comum de ação.

- O cidadão cristão: a dimensão missionária da cidadania.